

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E
DEFESA

CAMILLA MONTEIRO FREIRE

**OS NOVOS POPULISMOS CONTEMPORÂNEOS COMO FENÔMENO GLOBAL:
as estratégias discursivas de construção de inimigos e ameaças nas
campanhas de Nicolás Maduro e Viktor Órban (2018)**

Rio de Janeiro

2021

CAMILLA MONTEIRO FREIRE

**OS NOVOS POPULISMOS CONTEMPORÂNEOS COMO FENÔMENO GLOBAL:
as estratégias discursivas de construção de inimigos e ameaças nas
campanhas de Nicolás Maduro e Viktor Órban (2018)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Segurança Internacional e Defesa.

Orientadora: Erica Simone Almeida Resende.

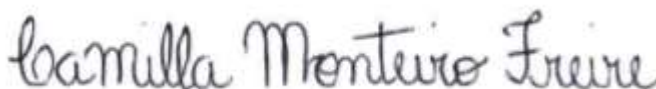
Rio de Janeiro

2021

C2021ESG

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG



CAMILLA MONTEIRO FREIRE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F866n Freire, Camilla Monteiro

Os novos populismos contemporâneos como fenômeno global: as estratégias de construção de inimigos e ameaças nas campanhas de Nicolás Maduro e Viktor Órban (2018) / Camilla Monteiro Freire - Rio de Janeiro: ESG, 2021.

172 f.

Orientador: Dra. Erica Simone Almeida Resende

Dissertação de Conclusão de Curso - Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Mestrado Acadêmico da Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (2019).

1. Populismo - História. 2. Campanhas eleitorais. 3. História moderna - Séc. XXI. I. Título.

CDD – 909.82

Elaborada pelo bibliotecário Antonio Rocha Freire Milhomens – CRB-7/5917

CAMILLA MONTEIRO FREIRE

OS NOVOS POPULISMOS CONTEMPORÂNEOS COMO FENÔMENO GLOBAL:
as estratégias discursivas de construção de inimigos e ameaças nas campanhas de
Nicolás Maduro e Viktor Órban (2018)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Segurança
Internacional e Defesa da Escola Superior de
Guerra, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Segurança Internacional e
Defesa.

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Erica Simone Almeida Resende
ESG – PPGSID



Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto
ESG – PPGSID



Prof^a. Dr^a. Paula Orrico Sandrin
PUC-Rio – PPGRI IRI

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à CAPES pela bolsa concedida e que viabilizou financeiramente grande parte da elaboração desta dissertação.

Agradeço à minha querida orientadora, Erica Simone Almeida Resende, não só pelos debates e *insights* dentro de sala que possibilitaram o desenho deste trabalho, mas, igualmente, pelo suporte, pela compreensão e pelo apoio durante os meses de redação em que todos estávamos inseridos nas incertezas e nos medos causados pela pandemia do COVID-19. Agradeço, também, à ESG, aos professores e funcionários, pelo ambiente acadêmico, pelas discussões enriquecedoras e por todo o suporte.

Agradeço aos amigos que o mestrado me trouxe, em especial a Douglas, Alice e Matheus, que dividiram junto a mim o dia a dia e as aflições da realidade acadêmica. Contem comigo sempre! Agradeço também, ao meu amigo-irmão, Leandro Mendes, que, mesmo a muitos de quilômetros de distância, se fez presente em todas as etapas de construção deste trabalho, assim como se faz presente em todos os momentos da minha vida, desde o nosso encontro ainda no colégio.

Ao meu amor, Luiz Armando, pelo incentivo, pelo suporte, pelo amor e pelos respiros durante todo esse processo.

Por fim, agradeço à minha família. À minha irmã, Carol, obrigada pelo apoio diário, pelas conversas reflexivas, pelos conselhos e pela parceria de uma vida. Aos meus pais, Lucinea e Antonio, obrigada por todo o esforço, compreensão, apoio e por sonharem meus sonhos junto comigo, mesmo diante de tantas adversidades. Sem vocês nada disso seria possível!

Because there is strong heterogeneity in any society, **the “community” has to be continuously reinvented.** Empty signifiers hence appear in a new light, as they serve the task of combining heterogeneous demands in an equivalential chain. **This process is the necessary ingredient of the political.**

Dirk Nabers

RESUMO

O presente trabalho busca compreender os novos populismos contemporâneos enquanto fenômeno global e como os novos líderes populistas utilizam-se de estratégias de construção de inimigos e ameaças, via Outricidade, para angariar apoio popular, e, assim, alcançar e manter o poder político em seus Estados. Para isso, buscamos, primeiramente, compreender a ascensão dos novos populismos como consequência da crise da ordem liberal. Nesse sentido, examinamos as contradições e as consequências da interconexão entre globalização, neoliberalismo e democracia representativa. Em seguida, investigamos como tal crise vem sendo inserida nos discursos populistas de Nicolás Maduro e Viktor Órban, respectivamente populistas de esquerda e de direita, olhando para as campanhas eleitorais de 2018. Observamos como esses líderes construíram discursivamente suas respectivas realidades nacionais com base na lógica populista que pressupõe uma divisão antagônica da sociedade que opõe a identidade do “povo” em antagonismo ao bloco de poder, à “elite” ou quaisquer “Outros”. Assim, partimos da hipótese de que novos regimes populistas, seja à direita ou à esquerda, os líderes costumam utilizar-se da Outricidade como principal instrumento político em suas estratégias eleitorais. Ao criar uma ameaça existencial ao povo – personificada em inimigos reais ou imaginários –, a partir da (re)produção de uma narrativa constante de crise capaz de criar lacunas no senso de segurança ontológico do eleitorado, o líder populista mobiliza apoio popular para chegar e se manter no poder. Assim, o engajamento em discursos de Outricidade, que constrói e transforma o diferente em ameaça existencial ao povo, mobiliza medos, inseguranças, ansiedades e antagonismos que não só incita violência e radicalismo, como também legitima o líder populista como a figura protetora que livrará o povo dos perigos representados por tais ameaças.

Palavras-chave: Populismo. Outricidade. Segurança Ontológica. Venezuela. Hungria.

ABSTRACT

This thesis attempts to understand how the so-called new populisms has emerged as a contemporary global phenomenon and how new populist leaders use strategies for constituting – via Othering practices – enemies and threats to gain political support to remain in power. First I tried to comprehend the emergence of new populisms as a consequence of the crisis in the liberal order. For that this dissertation examines the contradictions and interconnections between globalization, neoliberalism, and representative democracy. Next I examine how this crisis writes itself in the populist discourses of Nicolás Maduro and Viktor Órban, respectively a left-wing and a right-wing populist, during the election campaigns of 2018. I show how both leaders (re)constitutes their national realities based on the (re)production of a populist logic predicted on an antagonic divide in the social body that puts the “people” in opposition to the “elites” and any different “Other”. My working hypothesis is that in both types of populist regimes, be it from right or the left, leaders will use Othering practices as their main rhetorical tool in political campaigns. By creating real or imaginary existential threats to the “people” based narratives of a permanent, social crisis that shatters the ontologically security of the electorate, populist leaders at mobilize popular support to get to power. As a result, by engaging in Othering discourses and practices that construct and transform the encounter with difference into something to be feared and thus repelled, they instigate fear, insecurity, anxiety, and antagonism that not only feed into violence and radicalism, into the theis own legitimacy of protector figure of the nation in peril.

Keywords: Populism. Otherness. Ontological Security. Venezuela. Hungary.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao “povo” nos discursos de Nicolás Maduro.....	120
Tabela 2 - Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados aos “Outros” nos discursos de Nicolás Maduro.....	123
Tabela 3: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao “povo” nos discursos eleitorais de Viktor Órban.....	135
Tabela 4: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados aos “Outros” nos discursos eleitorais de Viktor Órban.....	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação dos modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeitos, relações e realidades (Venezuela).....	128
Figura 2: Representação dos modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeitos, relações e realidades (Hungria).....	142
Figura 3 – Outdoor imigração.....	143
Figura 4 – Outdoor George Sores e oposição.....	143
Figura 5 – Outdoor Bruxelas.....	143
Figura 6 – Outdoor Stop Soros.....	143

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACD – Análise Crítica do Discurso
AD – Partido Ação Democrática
AfD – Partido Alternativa para a Alemanha
AKP – Partido da Justiça e Desenvolvimento da Turquia
BJP – Partido do Povo Indiano
BM – Banco Mundial
COPEI – Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
EB - Eurobarômetro
EPI – Economia Política Internacional
EUA – Estados Unidos da América
Fidesz – Aliança Cívica Húngara
FKgP – Partido dos Pequenos Produtores Independentes
FMI – Fundo Monetário Internacional
IED – Investimento Externo Direto
INE – Instituto Nacional de Estatística da Venezuela
KDNP – Partido Popular Democrata Cristão
KSH – Escritório Central de Estatística Húngaro
LCR – La Causa Radical
M5S – Movimento 5 Estrelas
MAS – Movimento pelo Socialismo
MDF – Fórum Democrático Húngaro
MNB – Banco Nacional Húngaro
MSZP – Partido Socialista Húngaro
MUD – Mesa de Unidade Democrática
NME – Novo Mecanismo Econômico
OIM – Organização Mundial para as Migrações
ONU – Organização das Nações Unidas
PEGIDA – Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente
PIB – Produto Interno Bruto
PiS – Partido Lei e Justiça
PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela
RI – Relações Internacionais

RSI – Real, Simbólico e Imaginário

RU – Reino Unido

SI – Segurança Internacional

Syriza – Coligação da Esquerda Radical

SZDSZ – Aliança dos Democratas Livres

TINA – *There is no alternative*

UE – União Europeia

UKIP – Partido de Independência do Reino Unido

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	VARIÁVEIS SISTÊMICAS E A EMERGÊNCIA DOS NOVOS POPULISMOS COMO FENÔMENO GLOBAL.....	24
2.1	(In)Segurança Global e a crise da ordem liberal	24
2.2	Populismos contemporâneos como fenômeno global.....	34
2.3	Venezuela: De Chávez à Maduro	45
2.4	Hungria: do pós-socialismo ao “Órbanismo”	64
3	POPULISMO, OUTRICIDADE E (IN)SEGURANÇA ONTOLÓGICA	82
3.1	Afinal, o que entendemos por populismo?	82
3.2	Populismo, Outricidade e (In)Segurança Ontológica	102
4	AS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE INIMIGOS E AMEAÇAS NAS CAMPANHAS DE NICOLÁS MADURO E VIKTOR ÓRBAN	113
4.1	Teoria e Análise de Discursos	113
4.2	Análise dos discursos de construção de inimigos e ameaças na campanha de Nicolás Maduro.....	119
4.2.1	Modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeitos.....	120
4.2.2	Análise Crítica do Discurso: enfoque histórico.....	128
4.3	Análise dos discursos de construção de inimigos e ameaças na campanha de Viktor Órban.....	134
4.3.1	Modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeito	134
4.3.2	Análise Crítica do Discurso: enfoque histórico.....	142
4.4	Outricidade e (In)Segurança Ontológica à esquerda e à direita	147
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
6	REFERÊNCIAS	160

1 INTRODUÇÃO

O populismo se tornou a palavra de ordem do século XXI (KALTWASSER; MUDDE, 2017). Da Onda Rosa, nos anos 2000, na América Latina, ao surgimento do *Tea Party* em 2009, nos Estados Unidos; da votação pelo *Brexit* em 2016 à chegada do *Front National* ao segundo turno das eleições presidenciais na França em 2017. Do surgimento de partidos com características populistas, tanto à esquerda quanto à direita, como o *UK Independence Party* (UKIP), no Reino Unido, o *MoVimento 5 Stelle* (M5S), na Itália, o *Syriza* e *Golden Dawn*, na Grécia, o *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes* (PEGIDA), na Alemanha, o *Podemos*, na Espanha, o *New Zealand First*, na Nova Zelândia, à eleição de lideranças populistas como Viktor Órban/Fidesz (Hungria – 2010-hoje), Nicolás Maduro (Venezuela – 2013-hoje), Narendra Modi/BJP (Índia – 2014-hoje), Recep Erdogan (Turquia – 2014-hoje), Donald Trump (Estados Unidos - 2016-2020), Rodrigo Duterte (Filipinas – 2016-hoje), Giuseppe Conte (Itália – 2018-2021) e Jair Bolsonaro (Brasil – 2019-hoje). Todos esses acontecimentos sinalizam que “nós estamos, aparentemente, vivendo tempos populistas” (MOFFIT, 2016, p.1, tradução nossa)¹.

Ainda que este seja um conceito altamente contestado na academia (WEYLAND, 2001; LACLAU, 2005; MÜLLER, 2016, KALTWASSER; MUDDE, 2017) e utilizado, muitas vezes de forma pejorativa, em análises políticas e pela mídia, podemos dizer que as características mínimas que unem os conceitos mais recentes de populismo dizem respeito ao seu caráter antielitista, além da ideia de que o líder populista, e somente ele, representa a vontade do “povo” (MÜLLER, 2016; KALTWASSER; MUDDE, 2017; WEYLAND, 2001, 2017). Independentemente da ideologia que empregam em seus discursos, estes novos líderes se colocam como os autênticos representantes e defensores de seus povos contra inimigos reais ou imaginados. Tais inimigos são construídos e apresentados discursivamente e os perigos advindos dos mesmos são difundidos e amplificados pelos novos meios de comunicação.

Diante dessa dinâmica, a presente pesquisa nasce no ímpeto de compreender a constituição da realidade que vem sendo construída ao longo dos últimos anos. Assim, dedicamo-nos a entender a temática dos novos populismos contemporâneos

¹ Todas as traduções aqui trazidas são de responsabilidade da própria autora.

como um fenômeno global e a maneira como líderes populistas utilizam estratégias discursivas de construção de inimigos e ameaças, via Outricidade, para alcançar apoio popular e obter o poder político em seus Estados.

Primeiramente, entendemos que olhar para um fenômeno como o dos populismos contemporâneos requer uma visão de mundo que não reivindique para si o status de verdade posta e inquestionável, mas que reconheça a construção social e discursiva da própria realidade. Nesse sentido, deixamo-nos influenciar por teóricos críticos pós-modernos/pós-estruturalistas, que buscam refletir sobre a construção e as transformações mundiais a partir da superação de pressupostos ortodoxos, positivistas, racionalistas, individualistas e estado-cêntricos, que historicamente dominaram o pensamento e a área das Relações Internacionais.

Tal perspectiva teórica, conforme salientam Nogueira e Messari (2005, p. 193), “coloca em evidência a questão da identidade, ou seja, aquilo que nos define como indivíduos e como membros de um grupo ou comunidade, como um pressuposto indispensável para compreender como os interesses se formam e orientam a ação política”. No decorrer deste trabalho, portanto, preocupamo-nos em compreender a ascensão dos novos populismos contemporâneos como consequência da lógica e dos processos globais que se (re)produzem desde os finais do século XX e a maneira como eles são inseridos nos discursos políticos de forma a (re)modular as realidades nacionais e mundial.

Assim, empenhamo-nos a investigar a constituição da globalização, do neoliberalismo e da democracia representativa enquanto premissas sistêmicas e, também, as consequências da interconexão entre as mesmas, dando destaque à crise do sistema liberal e às inseguranças estruturais que nos vemos inseridos nos dias atuais e que tornam possíveis as rupturas populistas contemporâneas. Contudo, para além da possibilidade de rupturas populistas, buscamos aqui compreender, igualmente, as condições de possibilidade da manutenção de uma lógica populista ao longo do tempo, como é o caso da reeleição dos líderes aqui analisados.

Levando em conta a nossa lente pós-moderna/pós-estruturalista, elegemos o conceito de populismo de Laclau (2005, 2013) para nortear a nossa análise. Tal perspectiva teórica enxerga o populismo como uma lógica política que se constitui da construção discursiva de uma fronteira social interna que divide a sociedade em dois polos, o “povo” e o bloco de poder, a “elite”. Nesse sentido, a possibilidade de uma ruptura populista encontraria lugar a partir de uma série de demandas insatisfeitas

que, sem serem resolvidas pelo sistema institucional, encontrariam em si uma relação de equivalência na falta. O não cumprimento de tais demandas, então, criaria uma ruptura cada vez maior entre representantes e representados e, assim, abriria a possibilidade de emergência do “povo” enquanto ator político. O populismo, portanto, seria “um processo eminentemente político de construção de identidades coletivas, marcado pela centralidade da ideia de povo” (LOPES; MENDONÇA, 2013, p.12).

É importante ressaltar que, na perspectiva de Laclau (2013, p. 173), “não existe totalização sem exclusão” e, assim, “a identidade do ‘povo’ e do ‘outro’ são construções políticas, simbolicamente constituídas através da relação de antagonismo (PANIZZA, 2005, p. 3). Nesse sentido, a constituição do “povo” na lógica populista depende da própria exclusão do “Outro” para se realizar (LACLAU, 2013).

Pelo menos quatro pontos da perspectiva teórica de Laclau (2005, 2013) são de extrema importância para a consecução dos nossos objetivos. Primeiro, entender o populismo enquanto lógica política e, assim, enquanto conceito ontológico, nos permite desacoplar tal fenômeno de pré-julgamentos e compreender que aquilo que vai indicar o potencial emancipatório ou autoritário de uma experiência populista são, na verdade, os discursos e as ideologias acopladas quando da constituição do “povo” e do seu “Outro”. Ademais, olhar o populismo sob tal referencial também nos permite enxergar a constituição de lógicas populistas de baixo para cima (*bottom-up*), construídas a partir da equivalência entre demandas populares. É digno de nota, entretanto, que também reconhecemos existir a constituição de lógicas populistas de cima para baixo (*top-down*).

Em terceiro lugar, olhar sob o viés de Laclau nos permite perceber que uma ruptura populista não se faz possível sem uma crise do social que rompa com as identidades anteriormente constituídas. Por fim, entender o populismo enquanto lógica política, igualmente nos permite vislumbrar a constituição das identidades do “povo” e do seu “Outro” como produto dessa relação e, assim, nos leva de encontro ao segundo conceito basilar da nossa pesquisa, o da Outricidade.

Partindo das ideias de Lacan (1977) quanto à constituição das subjetividades, quando reconhecemo-nos como nós, inevitavelmente, reconhecemos o que não somos. O “Outro”, portanto, é entendido a partir de uma série de diferenças em relação ao “Eu”, seja do ponto de vista individual, de um determinado grupo ou no âmbito nacional (CONNOLLY, 1991).

Dentro dessa perspectiva, a identidade não é uma categoria fixa, mas construída por meio de processos históricos e que, assim, carece de reafirmação contínua. Ademais, como o Outro é constituído de tudo aquilo que não se reconhece no Eu, a depender da qualidade de tal diferenciação, positiva ou negativa, o Outro é afirmado como digno de amor ou como indesejável (LACAN, 1977). Nesse sentido, nossa pesquisa se dedicou a compreender as questões de poder quando da construção social das identidades, ou seja, como a diferença é construída e apresentada. Na tentativa de afirmar e consolidar uma determinada identidade como fixa em si mesma, a manutenção de tal identidade requer a conversão de algumas diferenças em Outricidade, em algo necessariamente mau.

É importante ressaltar que em nossa análise intentamos, ao invés de explicar a realidade que está posta, compreender como essa realidade vem sendo construída, por quem e a partir da articulação de quais sujeitos e objetos. Nesse sentido, seguimos a distinção feita por Doty (1993) entre análises que buscam responder perguntas do tipo “Por quê?” (*why-questions*) e aquelas que respondem perguntas do tipo “Como?” (*how-questions*), como é o caso da presente pesquisa. Segundo a autora, as primeiras nos forneceriam respostas incompletas e deturpadas da realidade, por não vislumbrarem ou problematizarem outros cenários passíveis de acontecer. Ademais, tomariam conceitos como dados e, assim, fechariam os olhos para as contingências, para outras alternativas e para a mudança. Por outro lado, as perguntas do tipo “Como?” nos possibilitariam examinar

como os significados são produzidos e atribuídos a vários sujeitos / objetos sociais, constituindo assim disposições interpretativas particulares que criam certas possibilidades e impedem outras. O que é explicado não é porque um determinado resultado foi obtido, mas sim como os sujeitos, objetos e disposições interpretativas foram socialmente construídos de tal forma que certas práticas se tornaram possíveis (DOTY, 1993, p.298).

Sendo assim, buscando nos afastar de perguntas no tipo “Por quê?” e na tentativa de compreender as condições de possibilidade da manutenção da lógica populista via utilização de práticas de produção de Outricidade, partimos da seguinte pergunta: **Como os líderes populistas contemporâneos utilizam-se da Outricidade como instrumento político para obtenção e manutenção do poder?**

Visando responder nossa pergunta de partida, recorreremos a dois casos empíricos de líderes populistas contemporâneos, um à esquerda, Nicolás Maduro,

presidente da Venezuela, e uma à direita, Viktor Órban, primeiro-ministro da Hungria. A escolha dos casos venezuelano e húngaro² se justifica, primeiramente, pela oposição ideológica dos líderes desses países, retratados, respectivamente, como populistas de esquerda (WEYLAND, 2013; STAVRAKAKIS, et al., 2016; MUDDE; KALTWASSER, 2017) e de direita (MUDDE, 2007; BECKER, 2010; ÁDAM; BOZÓKI, 2016).

Além disso, a opção pelos respectivos casos igualmente diz respeito à importância dos mesmos com relação ao Brasil. No caso da Venezuela, as dinâmicas internas do país influenciam diretamente o Brasil e seu entorno estratégico, como vemos atualmente com a crise migratória e a Operação Acolhida³. Dessa forma, compreender como a realidade venezuelana é construída e reproduzida por Maduro se torna de grande importância para nós brasileiros conseguirmos compreender os impactos e os desdobramentos dessa realidade internamente.

A importância do caso húngaro se demonstra com a tentativa de aproximação entre Órban e Bolsonaro, desde pelo menos a vinda do primeiro-ministro húngaro na posse do presidente brasileiro, e o fato de que ambos os líderes possuem uma linha ideológica muito semelhante. Ademais, identificar os sentidos e significados conferidos às subjetividades e aos objetos e empregados nas construções discursivas da realidade húngara pode nos apontar para a construção da própria realidade brasileira, e os riscos atrelados a tal construção.

Quando da análise dos casos, para além de identificar de que forma os novos líderes populistas utilizam-se da Outricidade como instrumento de obtenção e manutenção de poder, buscamos identificar, também, os elementos constitutivos dos discursos de construção de inimigos e de ameaças empregados por Nicolás Maduro e Viktor Órban em seus respectivos ciclos eleitorais. Ademais, procuramos

² O fato de a Venezuela possuir um regime presidencialista e a Hungria um regime parlamentarista não afeta os objetivos da presente pesquisa. Seja no presidencialismo ou no parlamentarismo, a constituição de identidades, a partir da Outricidade, como instrumento da estratégia populista, se mostra representativa quando da realização das campanhas eleitorais, seja para o cargo de presidente ou para garantir maioria no parlamento.

³ A Venezuela passa por uma crise migratória desde pelo menos 2015, decorrente da situação econômica do país, que passa por uma crise hiperinflacionária que acabou por gerar desabastecimento maciço de itens básicos como alimentos, remédios e energia. A Operação Acolhida, por sua vez, é uma operação do Exército brasileiro, com ajuda de outras instituições estatais e da sociedade civil, deflagrada desde fevereiro de 2018, em decorrência o alto número de venezuelanos que estavam atravessando a fronteira do Brasil, em Roraima. A mesma tem como objetivos o ordenamento da fronteira, o abrigo e a interiorização dos refugiados e migrantes venezuelanos no país (BRASIL, 2021).

demonstrar que o emprego de retórica com base em Outricidade é um instrumento político comum tanto a populistas de direita quanto de esquerda.

Partimos da hipótese de que novos regimes populistas, seja à direita ou à esquerda, os líderes costumam utilizar-se da Outricidade como principal instrumento político em suas estratégias eleitorais. Ao criar uma ameaça existencial ao povo – personificada em inimigos reais ou imaginários –, a partir da (re)produção de uma narrativa constante de crise capaz de criar lacunas no senso de segurança ontológico do eleitorado, o líder populista mobiliza apoio popular para chegar e se manter no poder. Assim, o engajamento em discursos de Outricidade, que constrói e transforma o diferente em ameaça existencial ao povo, mobiliza medos, inseguranças, ansiedades e antagonismos que não só incita violência e radicalismo, como também legitima o líder populista como a figura protetora que livrará o povo dos perigos representados por tais ameaças.

A fim de comprovar a nossa hipótese, optamos por uma metodologia capaz de abarcar em si a ontologia e epistemologia existentes no arcabouço teórico pós-moderno/pós-estruturalista: a análise de discursos. A partir da utilização de dois estudos de caso, tal metodologia nos permitirá compreender a maneira pela qual a linguagem⁴, a utilização e interpretação da mesma, é utilizada quando da construção social das subjetividades. Tal perspectiva de análise nos permite compreender como a realidade é construída e significada socialmente a partir da criação e do estabelecimento de relacionamento entre sujeitos, objetos, situações, narrativas e estruturas.

Tal metodologia, assim, nos fornece o conhecimento e técnica necessários para que possamos identificar um discurso dominante, localizar os mecanismos de sua (re)produção, mapear sua transformação e adaptação ou não a crises, buscar sua genealogia, apontar contradições, falhas e inconsistências internas, revelar as articulações que constroem um “Eu” privilegiado em oposição a “Outro” desvalorizado, perturbar sua coerência interna, demonstrar o caráter arbitrário na articulação entre significantes e significados, denunciar a falsa correspondência entre forma e conteúdo, indicar discursos concorrentes, ou sugerir discursos alternativos e apontar suas respectivas implicações políticas.

⁴ Linguagem aqui entendida não como produto da realidade, mas como constitutiva da mesma.

Para dar conta da nossa problemática, optamos por dois métodos de análise de discursos – os modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeitos de Lynn Doty (1993) e a análise crítica do discurso (ACD) sob o enfoque histórico de Ruth Wodak (2003) – que juntos nos possibilitarão compreender a “realidade” criada pelos discursos dos líderes populistas aqui analisados e de que forma são construídos, caracterizados e posicionados entre si os sujeitos da lógica populista, ou seja, o “povo” e os seus “Outros” – a elite ou quaisquer outras subjetividades (re)construídas em antagonismo ao “povo”. Ademais, tais métodos nos permitirão compreender como essa estratégia de construção de Outricidade é instrumentalizada por meio de construções discursivas que fomentam uma perspectiva de crise permanente ao criar medo e um senso de insegurança ontológica no eleitorado, garantindo ao líder não só o apoio necessário no que concerne às eleições, mas, também, a manutenção da lógica populista.

No que diz respeito à amostra, em virtude da grande quantidade de textos que constituem os discursos a serem analisados, optamos pela utilização de três discursos durante a campanha eleitoral de cada líder aqui analisado⁵, no período entre fevereiro e maio de 2018. É digno de nota que embora pequena em quantidade, tal amostra mostrar-se-á representativa à análise aqui pretendida. Após seleção, chegamos aos seguintes textos:

Campanha de Nicolás Maduro:

- o discurso realizado no dia 14 de abril, durante a Marcha Anti-imperialista, que ocorreu em Caracas;
- o discurso proferido em ato de campanha na cidade de Mérida, no dia 27 de abril; e
- o discurso final de campanha, que se deu no dia 17 de maio, também em Caracas.

Campanha de Viktor Órban:

- o discurso Estado da Nação (*State of Nation Address*), realizado em Budapeste, no dia 08 de fevereiro;

⁵ No caso de Viktor Órban, campanha feita para a eleição de seu partido, Fidesz, que possuindo maioria no parlamento, lhe garante o posto de Primeiro-Ministro da Hungria. É preciso ressaltar que, ainda que dentro da estrutura de um partido político, Viktor Órban é comumente apresentado como “a” figura do partido, sendo o seu líder e o seu principal articulador de ideias (RAJCSÁNYI, 2018).

- o discurso pelo 170º aniversário da Revolução Húngara de 1848 (*Orbán Viktor's ceremonial speech on the 170th anniversary of the Hungarian Revolution of 1848*), realizado em 16 de março, em Budapeste; e
- o discurso proferido por Órban durante o evento que marcou o final da campanha do Fidesz para as eleições gerais, que se deu no dia 07 de abril, na cidade de Székesfehérvár.

A respeito da obtenção de tal amostra, no caso húngaro, a mesma foi obtida através do site oficial do governo deste país, já em língua inglesa. No caso venezuelano, por sua vez, diante da ausência da transcrição dos discursos de campanha do presidente Nicolás Maduro em site oficial, utilizamos os vídeos desses discursos, disponíveis na plataforma *YouTube* e realizamos a transcrição dos mesmos.

Após a análise dos casos, realizaremos uma breve comparação entre os mesmos a fim de apontar as semelhanças, as diferenças e alguns questionamentos que venham a surgir durante a atividade de análise. Reconhecemos as diferenças históricas, sociais, culturais e econômicas entre os dois casos aqui analisados, porém, entendemos que a análise dos mesmos nos possibilitará compreender as dinâmicas, as nuances e as possíveis consequências da (re)produção de uma lógica populista no longo prazo.

Nossa pesquisa está organizada em cinco partes, sendo a primeira esta mesma introdução. Em seguida, o primeiro capítulo, intitulado “Variáveis Sistêmicas e a emergência dos novos populismos contemporâneos como fenômeno global”, oferece uma análise empírica da emergência dos novos populismos contemporâneos como consequência da crise da ordem liberal e das inseguranças compartilhadas globalmente.

Na primeira subseção, nos propomos a apresentar um panorama geral do mundo pós-Guerra Fria, abarcando também períodos anteriores necessários à nossa análise, que nos permitisse compreender as variáveis sistêmicas – globalização, neoliberalismo e democracia representativa – sob as quais as rupturas populistas contemporâneas se tornaram possíveis. Assim, investigamos como a realidade sistêmica (re)produzida desde os finais do século XX, suas contradições e consequências, geraram descontentamento popular e inseguranças a nível global

que, atualmente, vem sendo articulados pelos discursos populistas, seja da esquerda ou da direita política, permitindo-lhes alcançar apoio eleitoral e chegar ao poder.

Na segunda subseção, então, analisamos a emergência dos populismos contemporâneos enquanto fenômeno global, exacerbando as experiências populistas contemporâneas ao redor do mundo, da Onda Rosa latino-americana às experiências populistas na Europa e nos EUA, além de outras partes do mundo. Nos dois últimos subcapítulos, por sua vez, realizamos uma análise empírica dos casos por nós selecionados – Venezuela e Hungria, respectivamente – de modo a compreender a realidade e o contexto sob os quais uma ruptura populista se tornou possível nos dois países. Ademais, identificamos os acontecimentos e as narrativas capazes de (re)produzir a lógica populista ao longo do tempo, até o período das eleições de 2018.

No segundo capítulo, “Populismo, Outricidade e (In)Segurança Ontológica”, especificaremos os conceitos estruturantes do nosso trabalho. Na primeira subseção, nos dedicaremos a discutir as principais perspectivas teóricas a respeito do populismo na contemporaneidade, além de identificar aquela que norteará a nossa pesquisa. Além disso, identificaremos o que entendemos por populismo de esquerda e de direita. Na segunda subseção, então, realizaremos uma análise conceitual da construção das subjetividades – enquanto discursivas, fluidas, relacionais e performáticas – e de que maneiras a instrumentalização da Outricidade se faz possível, a partir de uma narrativa de (in)segurança ontológica.

No nosso terceiro e último capítulo, intitulado “*As estratégias de construção de inimigos e ameaças por Nicolás Maduro e Viktor Órban*”, procederemos à análise dos discursos de campanha dos líderes populistas analisados de modo a identificar como os mesmos (re)constróem suas realidades nacionais e a realidade mundial, via instrumentalização da Outricidade, a partir da (re)produção de uma narrativa de crise constante que lhes garante, além do apoio popular, a manutenção da lógica populista em seus respectivos países. A partir da metodologia selecionada para dar andamento à pesquisa, como já antecipado aqui, demonstraremos as condições de possibilidade e as articulações identitárias realizadas por Maduro e Órban, de modo a identificar sob qual enquadramento os mesmos constroem suas realidades. Por fim, identificaremos as semelhanças e as diferenças entre as articulações e a (re)construção da realidade pelos discursos populistas de esquerda e de direita de forma a manter a lógica populista vigente e, também, algumas reflexões e questionamentos quanto tais dinâmicas.

Por fim, traremos nas considerações finais apontamentos e reflexões que nos permitam vislumbrar a superação da lógica antagônica populista e, assim, a (re)construção de novas realidades capazes de trazer consigo construções identitárias que abarquem em si a inerente diversidade que existe nas sociedades da pós-modernidade.

2 VARIÁVEIS SISTÊMICAS E A EMERGÊNCIA DOS NOVOS POPULISMOS COMO FENÔMENO GLOBAL

2.1 (In)Segurança Global e a crise da ordem liberal

Esta primeira sessão tem por objetivo apresentar um panorama geral do mundo pós-Guerra Fria, ainda que períodos anteriores também sejam apresentados, de forma a nos permitir ter a compreensão das variáveis sistêmicas sob as quais se tornou possível a ascensão dos líderes populistas contemporâneos. Para tal, utilizaremos como arcabouço teórico não só autores que se debruçam propriamente sobre o fenômeno dos novos populismos, mas, também, autores da área de Relações Internacionais (RI) e do seu subcampo Segurança Internacional (SI) e autores que se dedicam às temáticas de Economia Política Internacional (EPI). Dessa forma, conseguiremos compreender os processos, e as consequências dos mesmos, que, a partir do descontentamento popular e do sentimento de insegurança latente, são articulados pelos discursos dos líderes populistas atuais, seja da esquerda ou da direita política, permitindo-lhes alcançar apoio eleitoral e chegar ao poder.

Em grande medida, o fenômeno dos populismos contemporâneos é um resultado de uma “*combinação* de riscos da globalização e do neoliberalismo” (GEISELBERGER, 2016, p. 16, grifos do autor) que, juntos, transformaram os paradigmas políticos, econômicos e socioculturais até então vigentes e aumentaram a experiência da insegurança compartilhada por todo o mundo (CAMILLERI, 2017). Acrescido a isso, não podemos deixar de salientar que, concomitantemente a tais processos, a inabilidade dos partidos políticos tradicionais por todo o mundo em lidar com as consequências de um sistema global e neoliberal (MOUFFE, 2015; BAJO-RUBIO; YAN, 2019; TUSHNET, 2019), a falta de governança efetiva das Organizações internacionais e as contradições internas do próprio projeto liberal também se mostram bastante relevantes quando da análise da ascensão dos novos populismos.

No que concerne à globalização, esse processo, em sua atual fase, aumentou a interconectividade mundial em todas as suas esferas, trouxe consigo a liberalização comercial e financeira, diminuiu as distâncias com o aumento e a interconexão dos transportes e a disseminação das tecnologias de comunicação e promoveu uma nova

divisão do trabalho e o aumento do PIB global (MCGREW, 2010). Todas essas dinâmicas, contudo, também trouxeram consequências.

Por exemplo, o aumento do PIB global não acarretou uma distribuição equitativa entre os países e, contrariamente, fez aumentar a desigualdade de renda entre e dentro dos mesmos, o que, igualmente, levou a um aumento da imigração dos países em desenvolvimento para os países centrais. Segundo Milanovic (2016), entre 1988 e 2008, ainda que o PIB global tenha em si aumentado, em grande medida puxado pelo crescimento de economias como a da China e a da Índia, além de outros Estados emergentes, apenas 8% da população mundial retinha para si um total de 50% de toda a renda produzida. Na mesma via, a renda dos 1% mais ricos do mundo cresceu, no mesmo período, 60%, enquanto os 5% mais pobres não tiveram mudanças em seus rendimentos. De acordo com um relatório da ONU de 2020, entre 1990 e 2015, os 40% da população mundial mais pobre, ficou com apenas 25% da riqueza produzida anualmente. Além disso, conforme dados dos indicadores globais de migração da Organização Mundial para as Migrações (OIM, 2018), entre 2010 e 2015, metade de todos os adultos que planejavam migrar viviam em apenas 20 países, entre os quais a sua maioria da África (Nigéria, República Democrática do Congo, Sudão, Egito, Etiópia, Gana, Argélia e Côte d'Ivoire), Ásia (Índia, Bangladesh, China e Paquistão) e América Latina (México, Colômbia e Brasil).

Ademais, a atual divisão do trabalho significou precarização e desregulamentação do mercado de trabalho, além da perda do poder de barganha dos trabalhadores (DELLA PORTA, 2019) e a liberalização e a desregulamentação das transações financeiras, ao aumentar a volatilidade dos mercados financeiros, aumentou, igualmente, a ocorrências de crises econômicas e financeiras de alcance global (RODRIK, 2011, 2017).

É preciso salientar, entretanto, que o processo de globalização em sua fase atual precisa ser amplamente compreendido dentro da dinâmica da adoção do neoliberalismo pela potência hegemônica do bloco ocidental da Guerra Fria – os Estados Unidos –, juntamente com o Reino Unido, ainda nos anos de 1980, sob o slogan *There Is No Alternative* (TINA), e que foi, a posteriori, exportado para os países em desenvolvimento pelo que ficou conhecido como Consenso de Washington, primeiramente para a América Latina e, depois do fim da Guerra Fria, para as antigas repúblicas soviéticas e para os países sob a antiga área de influência da URSS, além

de países na África, Ásia e Oriente Médio e, mais recentemente, para a Europa ocidental no pós crise de 2008⁶.

O fim da conversibilidade do dólar em ouro e a crise do Petróleo durante a década de 1970 trouxeram consigo o fim de décadas de crescimento do bloco ocidental – o fim da Era de Ouro das economias liberais – e o questionamento do modelo keynesiano de Estado de Bem-Estar Social mantido até então. A crise dos anos de 1970, portanto, acabou com o consenso firmado ainda em Bretton Woods de que a liberalização comercial seria respaldada pelo Estado, que, além de fixar as principais políticas públicas e formular as grandes linhas de desenvolvimento econômico, também se responsabilizaria pela compensação de tal liberalização no que concerne às políticas de distribuição de renda, criação de empregos e controle da inflação (BEDIN; NIELSSON, 2013). Sendo assim, argumentava-se, naquele momento, que o Estado deveria retirar-se da economia e focar seus esforços em melhorar a eficiência e a competitividade econômica (LARNER, 2006).

Seguindo a cartilha do neoliberalismo, e com uma economia cada vez mais global, os Estados precisariam reduzir em grande medida seus gastos, privatizar empresas estatais para fornecer novas oportunidades para a acumulação de capital e abrir todas as outras áreas da vida social à lógica do mercado, o que aumentaria a eficiência e criaria novas oportunidades de lucro (CHODOR, 2015). É importante ressaltar que, para além da economia, a lógica neoliberal viria a se tornar o *modus operandi* da governança e da vida social (GILL, 1995).

A adoção das políticas neoliberais, contudo, não foi uniforme. O poder relativo dos Estados, inevitavelmente, foi um fator relevante nesse aspecto. Enquanto os EUA e as principais economias mundiais, como Alemanha, Reino Unido e Japão, conseguiam naquele momento, à despeito das pressões dos mercados, definir suas políticas econômicas nacionais e proteger suas sociedades das consequências inevitáveis da abertura econômica e da competitividade internacional (COX, 1993)⁷, o neoliberalismo chegou à periferia por meios muito mais coercitivos (CHODOR, 2015), por exemplo, com os acordos de resgate de instituições como o Fundo Monetário

⁶ É preciso ressaltar que, ainda que anteriormente à Crise de 2008 as nações da Europa ocidental tenham aberto suas economias e feito reformas estatais, estes Estados mantiveram muitas garantias de um Estado de Bem-Estar Social que se tornaram ainda mais questionadas após a Crise de 2008, inclusive quando da elaboração de planos econômicos para “salvar” algumas economias do bloco europeu, como Grécia, Espanha e Portugal.

⁷ É digno de nota que alguns autores entendem que essa proteção não foi tão efetiva assim (BROWN, 2019; FRASER, 2019).

Internacional (FMI) e o Bando Mundial (BM), que foram atrelados à cláusulas de reformas políticas e econômicas de viés neoliberal.

No final dos anos de 1980, os países latino-americanos enfrentavam uma grave crise em suas dívidas externas, na qual somava-se grande fuga de capitais, nacionais e estrangeiros, estagnação econômica e processos inflacionários incontroláveis. No bojo dessa crise, que acabava por afetar os interesses econômicos dos EUA na região, um *think tank* estadunidense – o *Institute for International Economics* –, promoveu uma conferência, que contou com a participação de economistas dos países latino-americanos, com o propósito de compreender o que havia levado tais Estados à crise e de prescrever medidas que fossem capazes de superá-la (BANDEIRA, 2002). Como resultado dessa conferência, fora apresentado um documento – o Consenso de Washington – com dez propostas de reforma econômica, de viés neoliberal, às quais dispunham de amplo consenso, seja no governo, nas instituições financeiras internacionais, entre os membros do Congresso e nos *think tanks* (WILLIAMSON, 1990).

Apresentadas pelo economista estadunidense John Williamson, as propostas visavam a estabilização monetária e o restabelecimento das leis de mercado e incluíam, entre outras, a liberalização do comércio, privatização de empresas estatais, desregulamentação das atividades econômicas, reforma tributária e mudanças nas prioridades do gasto público (WILLIAMSON, 1990). Assim, o discurso pela necessidade de reforma nos países latino-americanos foi transposto para as organizações financeiras internacionais, como o FMI e o BM (CHODOR, 2015), que se tornaram verdadeiros agentes e difusores da ideologia neoliberal (BABB, 2012).

O objetivo do Consenso de Washington, portanto, era a liberalização dos mercados e a reforma dos países da América Latina, a partir dos empréstimos condicionais providos pelas instituições financeiras internacionais que, naquele momento, implementaram o que ficou conhecido por “Cartas de Intenções” (FMI) e “Cartas de Política de Desenvolvimento” (BM), espécies de contratos que delimitavam o valor total do empréstimo a ser concedido aos países, o cronograma de pagamentos e uma série de compromissos políticos a serem cumpridos (BABB, 2012). A necessidade urgente de recursos para lidar com suas dívidas externas levou grande parte desses Estados a adotarem as condicionalidades do Consenso nos anos seguintes. Como já exacerbado, o Consenso de Washington não se restringiu apenas à América Latina e, nos anos seguintes, viria a se tornar um verdadeiro “paradigma

político transnacional⁸” (HALL, 1993; BABB, 2012), chegando ao Oriente Médio, Norte da África, África Subsaariana e Europa Oriental (após do fim da Guerra Fria).

Neste momento, alguns pontos importantes merecem destaque. Primeiramente, é preciso reconhecer que a adoção do neoliberalismo pela periferia do sistema internacional não foi acompanhada de considerações sobre o contexto local. A mesma receita era prescrita para todos os países, independente das circunstâncias particulares de cada um e sem que existisse um plano efetivo que levasse em conta os revezes sociais desse processo (BAAB, 2012; CHODOR, 2015). Em segundo lugar, a aceitabilidade das elites locais a tal processo, para além dos constrangimentos internacionais, decorre não só da crença de que a integração de seus mercados com a economia global direcionaria capital e tecnologia necessários para o desenvolvimento de tais Estados, mas, também, de que a reestruturação neoliberal andaria de mãos dadas com a democratização, a partir da ideia de que as liberdades individuais desfrutadas pelas democracias ocidentais seriam baseadas na liberdade de mercado (CHODOR, 2015)⁹.

Por fim, e muito importante para analisarmos as consequências de todos esses desdobramentos, é digno de nota que a agenda neoliberal não se restringiu à direita política. Ainda que os anos de 1980 tenham representado uma guinada à direita, tendo como principais representantes Ronald Reagan (EUA) e Margareth Thatcher (RU), o fato é que, conforme argumenta Stuart Hall (1988) sobre o “thatcherismo” no Reino Unido, seu poder estava em sua habilidade de constituir posições de sujeito nas quais seus discursos sobre o mundo pudessem fazer sentido para pessoas em diferentes posições sociais.

Nesse sentido, o thatcherismo teria promovido uma transformação ideológica sob os princípios do neoliberalismo, a qual não abarcou apenas o Reino Unido, mas se difundiu por todo o mundo criando uma espécie de consenso internacional pela

⁸ Utilizamos a definição de Sarah Babb (2002, p. 272), que define paradigma político transnacional como “um modelo de política que especifica um conjunto de instrumentos e um conjunto de objetivos a serem perseguidos na utilização desses instrumentos, que é legitimado por conhecimento especializado e adotado por dois ou mais governos”.

⁹ Os ideais de liberdade política que acompanhavam os discursos favoráveis à adoção de políticas neoliberais são particularmente tentadores para países que experimentaram décadas de ditadura/regimes autoritários (como foi o caso da maioria dos países latino-americanos entre as décadas de 1960-1980, países africanos e as repúblicas do Leste Europeu durante a Guerra Fria). Assim, como demonstrou história, a adoção do neoliberalismo pela periferia do sistema se sobrepõe à “terceira onda” de democratização que derrubou regimes repressivos por todo o mundo entre as décadas de 1980-1990 (HUNTIGTON, 1991).

inevitabilidade desse processo (MOUFFE, 2015). Tendo esses pontos em mente, precisamos também reiterar que

o neoliberalismo não é uma coisa. Ele evolui e se diversifica. No entanto, geopoliticamente, as ideias, políticas e estratégias neoliberais vão ganhando terreno gradativamente, redefinindo o modelo político, social e econômico, governando as estratégias e ditando o ritmo (HALL, 2011, p. 12).

Sendo assim, nos anos que se seguiram, e especialmente com o desmantelamento da URSS em 1991, o neoliberalismo, juntamente com a globalização, ascenderia como esse verdadeiro crivo do sistema internacional de Estados. O “fim da História” fora anunciado já em 1989 por Francis Fukuyama (1992), que acreditava não mais existirem alternativas sistêmicas viáveis ao liberalismo, e que a democracia liberal ocidental seria a forma final de governo humano. Entretanto, é de se notar que “o complacente consenso liberal começou a se desfazer quase tão logo seu trinfo foi proclamado” (TRAUB, 2019, p. 141), e os desdobramentos dos anos posteriores exacerbariam as consequências, o sentimento de insegurança generalizado, as contradições, as demandas silenciadas, o abandono social pela classe política e o descontentamento popular às forças globalizantes e neoliberais.

Antes, contudo, de nos atermos especificamente a tais desdobramentos, é necessário que nos debruçemos sobre mais uma variável sistêmica que, interconectada com as demais, nos fornece um pouco mais de substância analítica para que possamos compreender a ascensão dos novos populismos: o alicerce político-social da ordem liberal – a democracia representativa. A vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial significou, também, a vitória da democracia sobre o totalitarismo hitlerista/fascista e a difusão dos ideais liberais por todo o mundo, principalmente no pós-Guerra Fria, quando a afirmação de uma ordem internacional mundialmente liberal parecia indubitável¹⁰.

Sem adentrarmos especificamente nas discussões sobre teoria política, quando nos referimos à democracia estamos nos referindo a um tipo de organização política que se constitui de um conjunto de garantias que protegeria o povo das arbitrariedades do Estado: eleições livres e periódicas, em que os candidatos eleitos representariam a vontade do povo (soberania popular), separação entre os poderes

¹⁰ Reconhecemos, pela dinâmica bipolar da Guerra Fria, que, ao mesmo tempo que os ideais liberais eram difundidos no bloco ocidental, a URSS, igualmente, difundia entre suas repúblicas e os países sob a sua área de influência os ideais do bloco socialista.

Executivo, Legislativo e Judiciário, um conjunto de instituições democráticas, previstas constitucionalmente, que garantiriam o sistema de freios e contrapesos e respeito aos direitos humanos, à pluralidade social e política e aos direitos das minorias (CATELLS, 2018)¹¹. O fato é que, como exacerbado por Huntington (1991), entre 1974 e 1990, o mundo teria vivenciado a terceira onda democrática, esta, parte de uma espiral de continuidade e expansão do que o autor chamou de “revolução democrática global” (HUNTINGTON, 1991, p. 12). Essa onda é representativa do fim das ditaduras na América Latina, do desmantelamento da URSS, do crescimento de forças opositoras desejosas de liberdades políticas na África e de uma movimentação, até certo ponto forçada, de aspirações democráticas dentro de alguns regimes autoritários na Ásia. Juntas, essas transformações fizeram florescer no imaginário global a esperança por um mundo melhor, onde a democracia promoveria benefícios para além da garantia das liberdades políticas e do respeito aos direitos humanos e, também, viabilizaria o rápido desenvolvimento econômico dos países e aumento do bem-estar, assim como representaria relações internacionais cooperativas e pautadas no entendimento mútuo entre os Estados¹² (SORENSEN, 2008).

Hoje, trinta anos após o fim da Guerra Fria e da proclamação do fim da História, é lugar comum na academia que a ordem liberal está em crise e que os seus alicerces de sustentação estão sob grande risco (SIMÃO, 2019; MENDONÇA, 2019; IKENBERRY, 2018; KRASSTEV, 2007). Para que possamos, contudo, compreender as razões por trás de tal crise, precisamos interconectar as variáveis sistêmicas aqui já elucidadas e, assim, buscar assimilar as consequências e as contradições inerentes de tal interconectividade e como esses desdobramentos fazem aumentar a insegurança global – em termos econômicos, sociais e culturais – e, assim, florescem

¹¹ É digno de nota que ainda que se pretendam democráticos e liberais, não faltam exemplos na história de países que, ainda que se digam como tais, feriram/ferem constantemente os princípios de tal ordenamento, como é o caso do racismo e do machismo estrutural em muitas das sociedades democrático-liberais ocidentais.

¹² Não podemos deixar de ressaltar que as visões sobre a ordem liberal são inúmeras e não, necessariamente, concordam entre si. Se por um lado, parte da literatura repousa suas convicções de que a ordem liberal se constitui e se sustenta pelos princípios liberais políticos e econômicos, respaldados na ideia de um mundo global e cosmopolita, em detrimento a um passado de guerra e destruição (FUKUYAMA, 1992), existem autores que elucidam tal ordem liberal como uma ordem extremamente violenta e imperialista (DALBY, 2008). Outros, ainda, repousam seus questionamentos se a democracia liberal seria, de fato, responsiva ao povo e, por outro lado, acreditam que o que hoje chamamos de democracias representativas são, na verdade, “regimes em que a política foi colonizada pela lógica econômica, tornando os “representantes do povo” meros operadores do discurso hegemônico neoliberal” (MENDONÇA, 2019, p. 34) e, ainda outros que narram uma ordem repleta de desigualdade e injustiça social, colocando o próprio planeta em risco (PIKETTY, 2014).

no imaginário social um enorme descontentamento com o atual modelo político, econômico e social.

A priori, é preciso que tenhamos em mente que, na perspectiva do presente trabalho, no esteio da crítica pós-moderna/pós-estruturalista das RI, não acreditamos existir uma realidade objetiva, aferida em termos da estrutura do sistema. Na contramão disso, entendemos que o que se diz natural e objetivo é construído por meio de representações da realidade social que se pretendem verdadeiras, via símbolos ou discursos e, assim, são capazes de criar/excluir/subjugar outras representações e subjetividades alternativas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Assim, precisamos questionar e exacerbar as hierarquias construídas no cerne da interconexão entre globalização, neoliberalismo e democracia representativa.

A promessa liberal no início dos anos de 1990 era de que o mundo seria cada vez mais interconectado e cosmopolita, que os novos Estados que se inseriam no tabuleiro internacional tomariam para si o modelo democrático-liberal, que os conflitos interestatais encontrariam fim, que o Conselho de Segurança da ONU, finalmente, serviria ao propósito para o qual fora criado, que os Estados primariam pelo multilateralismo, se comprometeriam com pautas internacionais no que se refere ao meio ambiente, aos direitos humanos e à manutenção da paz. Todavia, tais ares otimistas e liberais encontrariam duras tempestades.

A eclosão de conflitos étnicos no interior da antiga área de influência da URSS, como no caso da Guerra do Kosovo, e na África, como foi o caso do genocídio em Ruanda, ainda nos anos de 1990, são apenas dois exemplos que demonstraram a inabilidade seja das potências ocidentais de intervir quando necessário, seja das organizações internacionais, com base nos mecanismos jurídicos internacionais de intervenção humanitária, de evitar massacres, mortes e violações de direitos humanos. Ademais, para além da lógica internacional da ordem liberal e do fracasso de suas instituições em lidar com os problemas que se multiplicavam, o liberalismo também deixava de cumprir suas promessas no interior das sociedades nacionais.

Na América Latina, a aplicação do Consenso de Washington, já mostrava suas consequências sociais com o aumento das taxas de desemprego nos países da região, além da deterioração constante dos termos de troca, aumento da desindustrialização, aumento do mercado informal e, conseqüentemente, aumento do descontentamento popular para com uma lógica político-econômica que não representava os anseios e as necessidades da população em geral e, pelo contrário, fazia enriquecer o ápice da

pirâmide social mais abastada a despeito do aumento da pobreza da base. É de se notar, conforme nos mostra um *Policy Paper* do Banco Mundial (BIRDSALL et al, 2010), que, ainda que o PIB regional e a renda per capita tenham crescido entre os anos de 1990 e 2000, isso não resultou em aumento da produção regional ou de uma maior equiparação entre a renda dos países latino-americanos em relação aos países centrais. Ademais, a expectativa de diminuição da pobreza não se cumpriu conforme o esperado e a taxa de pobreza viu apenas uma ligeira queda no decorrer de toda a década (de 48% para 44%), assim como o coeficiente GINI, que mede a distribuição de renda entre a camada mais rica da população e a mais pobre, que aumentou apenas de 50,5 em 1990 para 51,4 em 2000. Ainda de acordo com dados do Banco Mundial (2021), entre 1990 e 2000, a taxa de desemprego na região aumentou de 6,49% em 1992 para 9,77% em 2000.

Os anos seguintes não tornaram a sustentação da ordem liberal mais fácil. Pelo contrário, os atentados terroristas no *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001 e a posterior proclamação da Guerra ao Terror, com as intervenções dos EUA no Iraque e no Afeganistão – sem a autorização de tais empreitadas pelo Conselho de Segurança da ONU –, e suas consequências políticas e culturais, fariam crescer num mundo outrora imaginado como cosmopolita sentimentos latentes de diferença, xenófobos, anti-islâmicos, antiocidentais e antiliberais.

Por conseguinte, a crise financeira de 2008, e sua resposta neoliberal, viria a aumentar ainda mais o cenário mundial de crise e instabilidade. As sociedades, da Europa à Ásia, das Américas ao Oriente Médio, pareciam não mais se ver representadas por suas elites e partidos políticos e começaram um amplo movimento popular, que varreu as ruas do Brasil à Turquia, e pediam por transformações sociais reais e globais (RENDUELES, 2019). Instaurava-se, assim, uma crise de representatividade política, a partir da descredibilidade crescente no que se refere a governos, parlamentos e partidos, percebível por um aumento de abstenções em eleições por todo o mundo, e também, pela falta de representatividade de organizações da sociedade civil, dos sindicatos à grande mídia (GERBAUDO, 2017). Além disso, como salienta Gerbaudo (2017, p. 48-49), “a crise de confiança pode ser entendida como um reflexo do descontentamento popular com a “pós-democracia”¹³:

¹³ A ideia de “pós-democracia” usada por Gerbaudo (2017) é do político Colin Crouch (2013, p.235) que a descreve como “uma organização política na qual, embora todas as instituições democráticas

a tendência para o "estripamento" da participação democrática que acompanhou o surgimento da ideologia neoliberal".

Hoje, muitas dessas pessoas têm plena consciência de que a possibilidade de fracasso vital se democratizou, deixando de ser patrimônio exclusivo de imigrantes, ex-operários industriais, trabalhadores precários de baixa qualificação e outros perdedores de primeira hora da globalização neoliberal. Justamente, as diferentes maneiras de interpretar a natureza desse destino comum oferecem algumas chaves para entendermos as convulsões políticas, sociais e culturais do nosso tempo (RENDUELES, 2019, p. 233-234).

A inabilidade política em lidar com a crise econômica e a utilização da crise de legitimidade como instrumento de aprovação de propostas impopulares que, ao invés de tentarem romper com a lógica neoliberal acabaram por aprofundá-la e realimentá-la (ANDRADE, 2019), fez nascer contramovimentos nos dois espectros políticos, à esquerda e à direita, que diziam representar genuinamente o povo e se comprometiam em defendê-lo das elites que o haviam arrastado para tal cenário de crise e insegurança. A depender da região do globo, da hierarquia sistêmica e da história nacional de cada país, pouco a pouco, vimos ascender novos líderes populistas, nem sempre afeitos aos ideais democráticos, mas, sempre, munidos de um discurso maniqueísta que separa a sociedade entre dois grupos homogêneos e antagônicos entre si, o "povo" e a "elite", a partir da ideia de que o líder populista, e somente ele, representaria a vontade do "povo" (MÜLLER, 2016; KALTWASSER; MUDDE, 2017; WEYLAND, 2001, 2017).

Dessa forma, ainda que as manifestações populistas, seus líderes e partidos, sejam diferentes entre si, precisamos compreender tal ascensão a partir da interconexão das variáveis sistêmicas aqui já elucidadas, que, juntas, possibilitaram rupturas populistas por todo o mundo. Se, por um lado, vimos ascender populistas de esquerda contra os princípios do neoliberalismo e das alarmantes consequências sociais advindas dessa lógica, por outro, populistas de direita repousam suas convicções no nacionalismo identitário, na xenofobia, no fundamentalismo religioso e numa vertente de populismo autoritário e nativista (ROTH, 2016; KAGAN, 2017). De toda maneira, independentemente do espectro político, precisamos reconhecer que o fenômeno dos populismos contemporâneos é, hoje, um fenômeno global.

continuam a funcionar, a energia da ação política mudou-se para outro lugar, em particular para uma pequena elite simultaneamente política e econômica".

2.2 Populismos contemporâneos como fenômeno global

Das consequências internas e externas da interconexão entre globalização, neoliberalismo e democracia representativa vimos, pelo menos ao longo dos últimos 20 anos, ascender um sentimento latente de descontentamento popular no que se refere à gestão política em geral. A promessa de que um mundo sem guerras formais entre Estados nacionais seria um mundo mais seguro não se cumpriu e, pelo contrário, todas as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no século XX e exacerbadas com o processo de globalização neoliberal fundaram uma nova ordem mundial em que as experiências e as consequências da insegurança assumiram dimensões globais (CAMILLERI, 2017).

Como resposta a tal descontentamento, derivado da desconexão entre representantes e representados dentro do arcabouço institucional das democracias representativas, temos visto ascender líderes e partidos populistas que dizem representar, de fato, os interesses do povo contra inimigos reais ou imaginados e têm ganhado, pouco a pouco, espaço na seara política mundial e conseguido ganhar eleições e cadeiras em parlamentos por todo o mundo. O fato é que “estamos, aparentemente, vivendo tempos populistas” (MOFFIT, 2016, p. 1).

A chamada Onda Rosa, que varreu a América Latina durante os anos 2000, talvez tenha sido o primeiro sinal desses novos tempos. Das consequências econômicas e sociais da adoção do Consenso de Washington pelas lideranças políticas latino-americanas, a região sofreu uma guinada para a esquerda, a partir de 1998, com a conquista do poder governamental por partidos, líderes e movimentos desse espectro político em pelo menos treze países da região nos anos que se seguiram¹⁴ (WEYLAND, 2009; CHODOR, 2015). A Onda Rosa, contudo, não foi uniforme. Enquanto os governos de esquerda no Brasil, no Chile e no Uruguai assumiram uma postura mais moderada em relação à reforma de seus Estados na contramão do neoliberalismo, na Venezuela (Hugo Chávez), na Bolívia (Evo Morales), no Equador (Rafael Correa) e na Nicarágua (Daniel Ortega) ascenderam líderes

¹⁴ Entre os países latino-americanos que elegeram, nesse período, lideranças à esquerda, podemos citar Venezuela (Hugo Chávez e Nicolás Maduro), Argentina (Néstor Kirchner e Cristina Kirchner), Brasil (Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff), Uruguai (Tabaré Vázquez e José Mujica), Peru (Alan García e Ollanta Humala), Nicarágua (Daniel Ortega), Bolívia (Evo Morales), Chile (Ricardo Lagos e Michele Bachelet), Equador (Rafael Correa), Costa Rica (Óscar Arias), El Salvador (Mauricio Funes e Salvador Sánchez Cerén), Honduras (Manuel Zelaya) e Paraguai (Fernando Lugo).

populistas da esquerda radical, contra os princípios do neoliberalismo e desejosos de uma reforma estatal mais profunda (WEYLAND, 2009; MUDDE; KALTWASSER, 2017)¹⁵.

Dessa forma, os líderes populistas da chamada Terceira Onda populista latino-americana (KALTWASSER, 2014; DE LA TORRE, 2015, 2017, 2019; MUDDE; KALTWASSER, 2017) afirmavam em seus discursos lutar pelos interesses de seus povos que foram solapados por uma elite neoliberal e imperialista e prometiam construir um novo modelo de desenvolvimento que fosse capaz de trazer progresso real para os pobres (KALTWASSER, 2014). O apelo de tal discurso populista de esquerda repousa nas consequências endógenas da interconexão entre globalização, neoliberalismo e democracia na região. Nesse sentido, a adoção do Consenso de Washington pelas elites locais e a falta de responsividade das mesmas em lidar com as consequências das reformas implementadas acabou por aumentar a desigualdade social que, por conseguinte, minou a confiança dos representados por seus representantes tradicionais, que pareciam mais agir em prol das elites locais e estrangeiras do que dos interesses do povo. Essa dinâmica, então, fez nascer uma resistência popular generalizada contra o neoliberalismo na região (DE LA TORRE, 2017).

Entre os episódios que exemplificam tal resistência popular, podemos citar o *Caracazo* venezuelano iniciado em 1989 – uma série de protestos e insurreições populares contra as medidas neoliberais implementadas pelo então governo de Carlos Andrés Pérez. O aumento do preço da gasolina, em decorrência da remoção de subsídios ao petróleo, foi o pontapé inicial das manifestações que duraram cerca de cinco dias e culminaram na paralisação de muitas cidades do país (MAYA; PANZARELLI, 2013). A grande repressão policial à tal insurreição e a insatisfação popular com o sistema político nacional como um todo, por conseguinte, serviram de alicerce para a tentativa fracassada de golpe, liderada por Hugo Chávez em 1992, e sua posterior eleição em 1998, sob a promessa de defender o povo venezuelano dos políticos corruptos e de se livrar do neoliberalismo (WASSERMAN, 2013; DE LA TORRE, 2017).

Ocorreram manifestações semelhantes também no Equador e na Bolívia. No que concerne ao Equador, entre 1996 e 2006, seis presidentes diferentes assumiram

¹⁵ Para uma discussão mais detalhada sobre as duas esquerdas latino-americanas, ver Weyland (2009) e Sirohi e Bhupatiraju (2021).

o poder no país, entre os quais três não foram eleitos através de eleições e os outros três, Abdalá Bucaram (1996-1997), Jamil Mahuad (1998-2000) e Lucio Gutiérrez (2003-2005), foram depostos do poder através de manifestações populares que incluíam movimentos sociais e os cidadãos em geral, que protestavam contra a corrupção e o neoliberalismo (ALONSO, 2015; DE LA TORRE, 2017). Em 2006, Rafael Correa, um *outsider*, professor universitário nunca antes filiado a nenhum partido político, fora eleito com a promessa de reverter o neoliberalismo e de levar de volta a democracia para o povo, com a convocação de uma nova constituinte (DE LA TORRE, 2017).

A Bolívia, por sua vez, enfrentou um ciclo de protestos entre 2000 e 2003, iniciados pela tentativa do então governo Bánzer de privatização da rede de abastecimento de água de Cochabamba (VIANA; MIGUEL, 2012). Esses protestos não só inviabilizaram o processo de privatização como, também, se juntaram a outras demandas étnicas, políticas e sociais do país que, juntas, culminaram no colapso do modelo neoliberal implementado e da chamada Democracia Pactuada, além de tornarem possíveis a eleição do primeiro indígena à presidência da república em 2005, Evo Morales (VIANA; MIGUEL, 2012; DE LA TORRE, 2017).

Respaldados pelo grande descontentamento popular para com as elites tradicionais e os modelos político-sociais por elas implementados, os líderes populistas contemporâneos latino-americanos retratam o “povo” como todos aqueles que sentem na pele os males da insegurança social, política e econômica causada pelas elites neoliberais locais e estrangeiras e, assim, são capazes de criar um discurso que opõe ricos a pobres (KALTWASSER, 2014)¹⁶. Esses líderes, ainda, propõem o estabelecimento de novas formas de participação democrática que seriam capazes de resolver os déficits participativos e representativos da democracia representativa, vista como um modelo ocidental de democracia e, assim, não adequado para a América Latina, e que pudessem fazer cumprir uma visão mais ampla de democracia que fosse capaz de promover igualdade e justiça social (KALTWASSER, 2014; DE LA TORRE, 2015, 2017).

¹⁶ É digno de nota que ainda que a Terceira Onda populista latino-americana defenda tradicionalmente uma agenda da esquerda radical, a eleição do líder populista de direita Jair Bolsonaro (2019), no Brasil, representa um ponto de inflexão nessa tradição. Para uma discussão sobre o populismo no Brasil, ver Goldstein (2019), Silva (2020) e Maitino (2020).

Do outro lado do Atlântico, mais especificamente na Europa, também temos visto ascender lideranças populistas pelo menos desde o final dos anos de 1990, e, particularmente, após a crise financeira em 2008 e a crise migratória em 2015. Na esteira de tais crises, tendo sempre em mente as dinâmicas globalizantes e neoliberais, as percepções de insegurança e medo também aumentaram na Europa. Como aponta um estudo do Eurobarómetro (PARLAMENTO EUROPEU, 2016), pelo menos 87% dos cidadãos europeus responderam que consideravam existir risco elevado ou algum risco de acontecer um ataque terrorista em seus respectivos Estados. Além disso, quando questionados sobre as medidas mais urgentes a serem tomadas pelo Bloco Europeu para combater o terrorismo, além do combate ao financiamento e às suas causas, o controle reforçado das fronteiras externas da UE apareceu como a terceira medida mais urgente.

No que concerne à perspectiva de recuperação da crise econômica, no mesmo estudo, as percepções dos europeus sobre a economia europeia e suas economias nacionais, que tinham tendência de aumento desde 2004 (EB62.1, 2004), tornaram-se negativas a partir da eclosão da crise em 2008 (EB68, 2008), atingindo seu nível mais baixo em 2011 (EB76, 2011). Da mesma forma, a avaliação no que se refere à situação do emprego a nível nacional registrou julgamentos amplamente negativos, mantendo-se ruins, embora uma pequena melhora nos últimos anos, até a data do referido relatório.

Concomitantemente às percepções de medo e insegurança, o aumento da participação de partidos populistas nas eleições por toda a Europa e o alcance do poder governamental por lideranças populistas estão intimamente relacionados ao aumento do descontentamento dos cidadãos europeus para com seus representantes políticos tradicionais. Entre os casos mais representativos, podemos citar o caso de Viktor Óban e seu partido Aliança Cívica Húngara (Fidesz), na Hungria, a partir de 2010 e da predominância política do partido Lei e Justiça (PiS) e suas lideranças entre 2005 e 2007 e de 2015 até hoje, na Polônia.

A edição de 2015 do estudo exploratório da opinião pública dos países pertencentes à União Europeia quanto à instituição (PARLAMENTO EUROPEU, 2015) demonstrou diminuição significativa da confiança dos cidadãos europeus nas instituições europeias entre 2004 e 2015. Ademais, o mesmo relatório demonstrou que a grande maioria dos europeus não possuía confiança em seus governos

nacionais e Paramentos, tendo tal indicador caído progressivamente desde 2004 (EB62, 2004) e atingido o seu nível mais baixo em 2013 (EB80, 2013).

O fato é que, nos últimos anos, o populismo, principalmente no espectro político da direita radical, se tornou uma força política latente nas eleições nacionais e europeias (TAGGART, 2017), com o surgimento de partidos populistas por todo o continente, embora com diferentes níveis de sucesso político e eleitoral (MUDDE; KALTWASSER, 2017). É importante ressaltar, contudo, que não existe um populismo europeu, mas vários populismos (KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ e al., 2020).

A vertente do populismo à direita, de fato, é representativa da maior parte dos casos contemporâneos na Europa. Entretanto, temos visto nos últimos anos o crescimento de partidos populistas de esquerda na região que têm ganhado relevância política em seus respectivos Estados. No espectro político à direita, os líderes populistas tendem a ser nativistas, com a ideia de que apenas os membros de sua nação devem habitar o Estado e que os integrantes não nativos, assim como minorias étnicas, religiosas e até sexuais, representam uma ameaça (MUDDE, 2007; SAMELA; VON SCHEVE, 2018). O populismo, então, é apresentado como uma forma de democracia melhorada e mais direta, que intenta acabar com a desintegração social e promete ações contra as elites políticas e econômicas em prol de uma maioria silenciosa (ROTH, 2016; KAGAN, 2017). Essa “elite”, por sua vez, geralmente, se refere às elites políticas e culturais acusadas de favorecer, econômica e culturalmente, vários grupos externos, às custas do “povo”, este definido em termos nativistas (SAMELA; VON SCHEVE, 2018).

À esquerda, os líderes populistas tendem a culpar a elite política no que concerne aos benefícios concedidos à elite econômica e empresarial, negligenciando os interesses do trabalhador comum (MUDDE, 2007). Dessa forma, o discurso e a retórica do populismo europeu de esquerda, de maneira semelhante ao que acontece na Terceira Onda populista latino-americana, são comumente caracterizados por uma ênfase nas questões socioeconômicas (MARCH, 2007), ao incutir raiva e ressentimento contra governos nacionais e instituições internacionais, ditos como os responsáveis pela imposição de políticas que só fazem aumentar a injustiça, a desigualdade e a precariedade (SAMELA; VON SCHEVE, 2018).

Como exemplos de partidos e lideranças populistas da atual onda contemporânea na Europa podemos citar, à direita, o partido francês *Front Nacional*, hoje *Ressementement National*. Fundado em 1971 por Jean-Marie Le Pen, trata-se de

um partido da extrema direita, de retórica antissemita, anticomunista, xenófoba e com tradições fascistas (KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ e al., 2020). Ao longo dos últimos anos, ele passou por um processo de desdemonização sob a liderança de Marine Le Pen, filha de seu fundador (NARCIZO, 2019). Tal processo aumentou os apelos populistas do partido, tendo como principais temas, além da tradicional e forte ênfase na identidade nacional francesa e na defesa da nação, forte crítica à UE, grande oposição à imigração, vinculando em sua retórica o aumento do desemprego e da insegurança à imigração em massa, apelos islamofóbicos e oposição ao multiculturalismo (SHIELDS, 2013; KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ e al., 2020). Sob a liderança de Marine Le Pen, o partido foi capaz de alcançar o segundo turno das eleições francesas em 2017, a maioria dos assentos franceses nas eleições do parlamento europeu em 2019 e, atualmente, está empatada com Emanuel Macron (ambos apresentam 25% das intenções de voto), atual presidente do país, nas pesquisas de intenção de voto para a próxima eleição presidencial que irá acontecer em 2022 (POLITICO, 2021).

Ainda na Europa Ocidental, forças populistas à direita também ascenderam no Reino Unido, sob a sigla do partido UKIP – Partido da Independência do Reino Unido –, o qual fora capaz, com um discurso populista e eurocético, de vincular as crescentes preocupações da sociedade britânica sobre a questão migratória à implementação do projeto de saída do RU da UE (SHIELDS, 2013; KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ e al., 2020). O crescimento do UKIP e sua vitória nas eleições para o Parlamento Europeu em 2014 colocaram o Partido Conservador britânico em alerta de tal maneira que, já em 2015, durante a campanha para as eleições legislativas, o partido reendossaria em seu manifesto eleitoral a promessa feita pelo então primeiro-ministro David Cameron, em 2013, num discurso na Bloomberg, de convocar um referendo sobre a saída do país da UE (SOARES, 2019).

Após a vitória expressiva de Cameron para a Câmara dos Comuns, ainda em 2015, – o UKIP alcançara a terceira posição – fora submetida ao Parlamento uma proposta de lei visando a organização de tal referendo, que se materializou no ano de 2016, no que ficou conhecido por Brexit, onde a maioria dos britânicos votaram, de fato, pela saída do país da União Europeia (SOARES, 2019). Nessa perspectiva, ainda que não tenha alcançado apoio político expressivo, ao menos diretamente, o UKIP e sua retórica populista e eurocética foram fundamentais em todo o desenrolar

do processo político que levou à decisão pelo Brexit (TAGGART, 2017; SOARES, 2019; KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ e al., 2020).

A Alemanha não se viu apartada da ascensão populista contemporânea. Ainda que, assim como nos outros Estados da Europa Ocidental aqui já citados, o país não tenha chegado a experimentar um governo populista, o fato é que partidos populistas de direita têm surgido e ganhado relevância nos últimos anos. Um exemplo disso é o partido Alternativa para a Alemanha (AfD) que, fundado apenas em 2013, foi capaz de angariar apoio significativo nas eleições subsequentes, alcançando, já no ano de seu nascimento, 4,7% do total de votos nas eleições parlamentares e 13% em 2017, além dos 11% obtidos nas eleições para o Parlamento Europeu em 2019 (POLITICO, 2020). O AfD nasceu como um partido eurocético e se desenvolveu ao longo do tempo. Principalmente no começo da crise migratória, passou a adotar uma postura ainda mais nacional-conservadora, com grande apelo anti-establishment, este sendo não apenas responsável pela crise do euro, como, também, pelo declínio dos valores tradicionais da sociedade alemã (BERBUIR; LEWANDOWSKY; SIRI, 2014; TAGGART, 2017; KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ e al., 2020).

No que concerne à Europa Central e Oriental, partidos e lideranças populistas também ascenderam nos últimos anos – embora não dominantes eleitoralmente na maioria dos países da região – muito em decorrência das adversidades e das consequências políticas e sociais da transição do socialismo para o capitalismo, após o desmantelamento da URSS (STANLEY, 2017). Os exemplos mais emblemáticos do populismo na região são o partido húngaro Fidesz e o partido polonês PiS (os dois do espectro político à direita). No que se refere ao Fidesz, o partido fora fundado ainda em 1988 como um partido liberal e foi, posteriormente, transformado em conservador após 1994, com a eleição de Viktor Órban, primeiro-ministro do país desde 2010, para a presidência do partido (KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ e al., 2020).

Sua virada populista se deu após a derrota nas eleições parlamentares em 2002, quando passou a adotar um tom cada vez mais conservador – clamando defender a família e os valores cristãos –, radical, eurocético e xenofóbico em seus programas e retóricas (STANLEY, 2017; KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ e al., 2020). Ao recuperar o poder nas eleições de 2010, obtendo esmagadora maioria no Parlamento, o que garantiu o cargo de primeiro-ministro à Viktor Órban, o Fidesz foi capaz de acumular poder suficiente para mudar o sistema político e eleitoral da Hungria (STANLEY, 2017). Órban mudou a constituição do país diversas vezes, substituiu

juízes, apropriou-se do controle da comunicação estatal, aprovou leis que restringiam a ação de ONGs no país (MEYER-RESENDE, 2018) e chegou a dizer, em um discurso proferido em 2014, que:

o novo estado que estamos construindo na Hungria é um estado iliberal, um estado não liberal. Não rejeita os princípios fundamentais do liberalismo, como liberdade, e eu poderia listar mais alguns, mas não torna essa ideologia o elemento central da organização do Estado, mas, em vez disso, inclui uma abordagem nacional diferente e especial. (...) uma democracia não tem necessariamente que ser liberal. Só porque um Estado não é liberal, ele ainda pode ser uma democracia. (...) a democracia liberal também se revelou incapaz de proteger os bens comunitários necessários à autossuficiência da nação em comparação com os outros Estados da Europa. O Estado liberal húngaro também foi incapaz de proteger o país de se endividar. E, finalmente, não protegeu as famílias do país (HUNGRIA, 2014, s/p).

Na Polônia, o PiS foi criado em 2001 e, assim como o Fidesz, não nasceu um partido populista. Em seu início, manteve-se dentro da estrutura ideológica dos partidos políticos poloneses na divisão pós comunista e tinha como característica um conservadorismo mais moderado, com ênfase principal na descomunização (STANLEY; CZEŚNIK, 2019). Principalmente a partir de 2005, seu apelo populista surgiu, ou se fortaleceu, ao articular em sua retórica uma homogeneização da narrativa cultural e um senso exclusivista da nação, na tentativa de construir uma identidade nacional fortemente interrelacionada com temas religiosos e com um fervoroso discurso antielitista, com críticas ferrenhas acerca das elites políticas e empresariais da era pós-comunista dos anos de 1990 (KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ e al., 2020).

O partido alcançou o maior número de votos nas eleições legislativas polonesas em 2005, 26,99% da votação, e, além de nomear o primeiro-ministro, elegeu o presidente do país. Em 2007 e 2011, continuou com expressivo número de votos, 32,11% e 29,9%, respectivamente, sendo o segundo partido com mais cadeiras no Senado. A partir de 2015, o país voltou a dominar a política do país, alcançando expressivos 37,5% dos votos nas eleições legislativas e 43,6% nas eleições de 2019. É importante ressaltar que o PiS também foi o partido polonês mais votado para as eleições do Parlamento Europeu em 2019, com 45,38% dos votos (POLITICO, 2019).

No espectro político à esquerda, os exemplos mais paradigmáticos são o partido grego Coligação da Esquerda Radical (SYRIZA) e o espanhol Podemos. No que se refere ao SYRIZA, o partido foi formado em 2004 como uma coligação de

vários partidos de esquerda menores e transformado em partido unificado em 2012 (KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ e al., 2020).

Na esteira da crise financeira de 2008, e em reação à adoção de políticas de austeridade – demandas pela UE, pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo FMI em troca de um acordo de resgate da economia grega e implementadas pelo então governo em 2010, o SYRIZA se espelhou no movimento Indignados espanhol. A população grega foi às ruas, respaldada em uma crítica aos fracassos gerais do capitalismo financeiro, ao aumento do desemprego e da desigualdade social no país (STAVRAKAKIS; KATSAMBEKIS, 2014; KYRIAKIDOU; OLIVAS-OSUNA, 2017). Da mesma maneira, o SYRIZA intensificou seu discurso e retórica populista, definindo o antielitismo, interno e, principalmente, externo (UE, Alemanha), o capitalismo e a globalização neoliberal como seus grandes inimigos, em nome do cidadão comum (STAVRAKAKIS; KATSAMBEKIS, 2014; KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ et al., 2020).

O partido alcançou em poucos anos amplo sucesso eleitoral. Nas eleições para o Parlamento Europeu em 2014, alcançou a maioria dos votos gregos, com 26,57%. Já nas eleições parlamentares gregas de 2015, contou com expressivos 35,5% dos votos, nomeando, assim, o líder do partido, Alexis Tsipras, primeiro-ministro, e nas eleições de 2019, continuou como importante ator na política grega como o segundo partido com maior porcentagem de votos tanto para o Parlamento grego (31,5%), quanto para o Parlamento europeu (23,76%).

No que concerne à Espanha, o Podemos surgiu como um partido político em 2014, construído a partir das demandas do movimento 15-M ou Indignados¹⁷, como resposta à grave crise de representação política que vinha se desenrolando e se acentuou com a crise de 2008 e suas consequências políticas, econômicas e sociais (KIOUPKIOLIS; KATSAMBEKIS, 2018; KUBÁT; MEJSTRIK; HUBÉ e al., 2020). Seus líderes buscavam “extrair as lições das experiências da Onda Rosa latino-americana e traduzir suas respostas em pressões contra a globalização neoliberal no contexto europeu” (AGUSTÍN; BRIZIARELLI, 2018, p. 7).

¹⁷ O movimento 15-M, também conhecido como Indignados, foi uma série de protestos ocorridos na Espanha, a partir de 2011, organizados via redes sociais, que reivindicava uma mudança política real na democracia espanhola. Sob o lema “Não somos mercadoria nas mãos de políticos e banqueiros”, os manifestantes chegaram a acampar no centro de Madri. Os manifestantes compartilhavam uma rejeição profunda ao bipartidarismo, a demanda pelo aprofundamento da democracia, além de condenarem as medidas de austeridade e criticarem a especulação financeira (RENDUELES; SOLA, 2018).

Com discurso populista baseado na dicotomia entre a casta (*la casta*), acusada de arruinar a economia do país, e o “povo”, o partido comumente destaca a necessidade de recuperar a soberania popular e nacional, usurpada não só pela casta nacional, mas, igualmente, por atores não eleitos pela sociedade espanhola (o BCE, o governo alemão, etc) (RAMIRO; GOMEZ, 2016). Já na sua formação, o Podemos conseguiu bons resultados nas eleições para o Parlamento Europeu em 2014, angariando 7,98% dos votos espanhóis e, em 2019, 10%. Nas eleições parlamentares da Espanha, em 2015, o partido ascendeu como o terceiro partido com mais cadeiras no Congresso, obtendo 12,67% dos votos e, nas eleições de 2019, obteve 12,8% dos votos para o Legislativo (ESPANHA, 2014, 2018; PARLAMENTO EUROPEU, 2014, 2019).

É importante ressaltar que, para além dos exemplos aqui apontados, outras forças, partidos e lideranças populistas também compõem a atual onda populista contemporânea na Europa: o Movimento Cinco Estrelas Italiano (MS5), sob a liderança do comediante Beppe Grillo, a organização alemã Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente (PEGIDA), o partido espanhol VOX e o Partido da Justiça e Desenvolvimento da Turquia (AKP), sob a liderança de Recep Erdogan, ex primeiro-ministro e atual presidente do país, entre outros.

Os Estados Unidos igualmente possuem suas contrapartes populistas da atual onda contemporânea. Já na primeira década do século XXI, na esteira da crise financeira de 2008 e da grande polarização partidária que dividia, cada vez mais, o eleitorado entre campos ideológicos opostos (LOFFLMAN, 2019), o país viu emergir dois movimentos populistas: o *Tea Party* e o *Occupy Wall Street*. Embora de espectros políticos distintos, ambos se opunham vigorosamente aos resgates do governo, iniciados por Bush e continuados por Obama, ao setor bancário, após a crise de 2008 (MUDDE; KALTWASSER, 2017; LOWDES, 2018).

O *Tea Party*, à direita, mobilizava, principalmente, conservadores e libertários contra os gastos do governo em infraestrutura, empréstimos a bancos e a empresas em falência e contra a reforma do sistema de saúde estadunidense, conhecido por *Obamacare* (MUDDE; KALTWASSER, 2017; LOWDES, 2018). Com um discurso populista que afirmava expressar a voz do povo estadunidense contra a elite bancária, democrata e de Hollywood (MUDDE; KALTWASSER, 2017), o movimento se expandiu com base em três valores fundamentais: responsabilidade fiscal, governo constitucionalmente limitado e livre mercado (TEA PARTY PATRIOTS, 2011).

No espectro político à esquerda, o *Occupy Wall Street* surgiu como um amplo protesto contra o resgate governamental aos bancos e os vínculos estreitos entre a elite econômica representada por *Wall Street* e o governo de Washington. Esse movimento reproduziu o descontentamento com a degradação econômica e política causadas pelo setor financeiro, e mais profundamente pelo neoliberalismo, atribuindo, também, aos dois principais partidos a culpa pela crise (MUDDE; KATWASSER, 2017; LOWDES, 2018). Alegando falar pelos “99%” que perderam com a crise econômica, o movimento possuía um estilo de protesto horizontal e igualitário, além de ser autônomo às instituições políticas do país, de partidos a sindicatos (LOWDES, 2018).

Embora os dois movimentos tenham tido, de certa forma, curta duração, suas pautas seguem latentes na política estadunidense ainda hoje. Ademais, a vitória de Donald Trump em 2016 exacerbou a vertente populista de direita no país. Empregando estratégias discursivas semelhantes às dos partidos populistas de extrema-direita da Europa (MUDDE, 2007), Trump, desde sua campanha eleitoral, empregou um discurso populista antielitista, nacionalista e autoritário (BONIKOWSKI, 2019).

O populismo de Trump descreve o povo em termos nativistas, como “uma comunidade etnocultural exclusiva de origem e destino compartilhados, separada das elites nefastas e de estranhos indesejáveis, ao mesmo tempo em que exalta a superioridade inerente do coração de seu povo e da nação” (LOFFLMANN, 2019, p. 116). A “elite”, por sua vez, é descrita como todos aqueles que teriam abandonado os verdadeiros membros da nação em favor minorias, imigrantes e diversos outros e, sendo assim, deveria ser destituída do poder político e substituída por legítimos representantes do “povo”. Nessa perspectiva, Trump prometia reaver e renovar os Estados Unidos por meio de medidas de protecionismo econômico, desregulamentação agressiva, medidas anti-imigração, além da priorização dos interesses do país para “tornar a América grande novamente” (LOFFLMANN, 2019).

Embora a atual onda populista contemporânea seja mais expressiva nas Américas e na Europa (KALTWASSER et al., 2018), ela também abarca outras regiões do globo. Na Ásia, líderes populistas à direita alcançaram o poder político na Índia, onde Narendra Modi, líder do Partido do Povo Indiano (BJP), ocupa o cargo de primeiro-ministro desde 2014 com o seu nacionalismo indu (JAFRELOT; TILLIN,

2017), e nas Filipinas, que tem Rodrigo Duterte como presidente desde 2016¹⁸. Ademais, o populismo contemporâneo também vem sendo estudado e analisado por pesquisadores na Oceania (KISSANE, 2013; MOFFIT, 2017), na África (HESS; AIDOO, 2013; RESNICK, 2014, 2017) e no Oriente Médio (HADIZ, 2016; DORRAJ, 2017). É importante ressaltar que, para além dos estudos e casos de líderes populistas em países específicos, atualmente, já existem pesquisas dentro da área de Relações Internacionais que entendem o populismo como um fenômeno global (CHYSSOGELOS, 2017, 2018; STENGEL et al., 2019; PLAGEMANN, 2019; CARLOS DE LA TORRE, 2019).

Diante do exposto, parece, de fato, que a onda populista contemporânea é o retrato dos dias atuais. Entretanto, ainda que as lideranças e partidos populistas da atualidade compartilhem características comuns, o populismo é em si um conceito altamente contestado na academia (WEYLAND, 2001; LACLAU, 2005; MÜLLER, 2016; MUDDE; KALTWASSER, 2017). Antes, contudo, de nos atermos às discussões sobre o conceito de populismo em si, faz-se necessário que os casos de populismo selecionados para dar andamento à presente pesquisa sejam aqui elucidados. Dessa maneira, as próximas sessões trarão em si as dinâmicas nacionais e internacionais que possibilitaram a ruptura populista na Venezuela e na Hungria e, assim, a ascensão de Nicolás Maduro e de Viktor Órban como os legítimos representantes do “povo” em seus respectivos países.

2.3 Venezuela: De Chávez à Maduro

A presente sessão tem por objetivo apresentar um panorama histórico sobre a Venezuela que nos permita compreender os eventos que possibilitaram a chegada do líder populista Hugo Chávez ao poder, após a quebra do Pacto de *Punto Fijo*, e como se deu a transição do bolivarianismo venezuelano, e o socialismo do século XXI, para as mãos de Nicolás Maduro, após a morte de seu antecessor, e os desdobramentos que possibilitaram a sua reeleição em 2018. Para isso, buscaremos compreender não só como as variáveis sistêmicas elucidadas no primeiro subcapítulo – globalização, neoliberalismo e democracia representativa – são imprescindíveis para a

¹⁸ Para uma discussão mais acurada sobre as nuances do populismo na Índia e nas Filipinas, ver Jafferlot e Tillin (2017) e Webb e Curato (2019).

compreensão da ruptura populista no país, mas, também, as diferenças e semelhanças entre os dois líderes. Veremos, também, como os acontecimentos internos e internacionais foram inseridos na retórica populista de Nicolás Maduro.

Diferente de seus vizinhos latino-americanos, que experimentaram décadas de ditadura entre os anos de 1960 e 1980, na Venezuela, os três principais partidos políticos do país conseguiram chegar a um acordo, anuído também pelas elites econômicas, que foi capaz de pôr fim à ditadura militar ainda em 1958. O Pacto de *Punto Fijo*¹⁹ instaurou uma democracia liberal no país, com a promessa de desenvolvimento econômico, modernização e aumento no bem-estar da população, sendo capaz de reconciliar e aglutinar em torno de si as principais forças sociais da Venezuela (EMERSON, 2011; CHODOR, 2015; STAVRAKAKIS et al., 2016).

Ao mesmo tempo em que o Estado atuava de maneira a induzir o desenvolvimento industrial doméstico por meio da concessão de crédito barato, investimento em infraestrutura, além da adoção de tarifas e barreiras à importação, generosos programas de bem-estar foram adotados para satisfazer os interesses das classes mais baixas (EMERSON, 2011; CHODOR, 2015). É importante salientar que tal aumento no gasto público, que era capaz de apoiar a acumulação de capital e garantir o bem-estar da sociedade, sem a necessidade de que a carga tributária fosse igualmente elevada, só foi possível devido à alta demanda e à renda obtida através da exportação de petróleo, que em 1979 representava cerca de 95,2% de todas as exportações do país (PEREIRA, 2003). Nessa conjuntura, o petróleo foi apresentado pela elite política “anti-imperialista” de *Punto Fijo* “como mais do que uma simples *commodity*” e elevado à “herança coletiva da nação” (CHODOR, 2015, p. 94).

Do ponto de vista econômico, enquanto o regime se estabilizava em função do aumento da renda oriunda do petróleo que, principalmente na década de 1970, devido aos choques de 1973 e 1979, aumentou de preços substancialmente; politicamente, o regime se cristalizava em torno de uma espécie de bipartidarismo tendo os partidos social-democrata Ação Democrática (AD) e o centro-direita democrata-cristão Comitê

¹⁹ O Pacto de Punto Fijo foi um acordo assinado pelos três principais partidos políticos venezuelanos, em 31 de outubro de 1958, o social-democrata Ação Democrática (AD), o centro-direita, democrata-cristão Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e o União Republicana Democrática (URD), de centro, após o fim da ditadura no país, com objetivo de manter a estabilidade política e garantir o caminho democrático no país. O referido pacto, entre as suas cláusulas, previa o respeito às eleições eleitorais que aconteceriam em dezembro do mesmo ano, a alternância de poder entre os referidos partidos e a divisão da renda do petróleo entre os setores da sociedade. É digno de nota que o partido URD deixou o pacto em 1962, devido a discordâncias na relação adotada pelo então governo com Cuba.

de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) como os partidos dominantes, eleitoralmente estáveis e capazes de desenvolver-se em extensas organizações eleitorais e multiclasse (ROBERTS, 2003). Concomitantemente a isso, o aumento dos indicadores sociais do país – níveis de educação, expectativa de vida, oportunidades de emprego, acesso à habitação e serviços públicos – entre as décadas de 1960 e 1970 acabaram por validar a hegemonia de *Punto Fijo* e sua promessa de distribuição da riqueza advinda do petróleo (LANDER, 2007; CHODOR, 2015).

O fato é que, naquele período, a Venezuela era elogiada por sua excepcionalidade em termos de estabilidade política, social e econômica e colocada como exemplo a ser seguido pelas demais nações latino-americanas (ELLNER, 2008; EMERSON, 2011; CHODOR, 2015). Não obstante, a década de 1980 e a queda na demanda e nos preços do petróleo no mercado internacional exacerbaram as fragilidades e os problemas persistentes e dariam origem à crise orgânica do bloco histórico de *Punto Fijo*.

Em termos econômicos, o modelo rentista não foi superado e a acumulação interna de capital não resultou em mudanças estruturais e na superação da dependência do país em termos de tecnologia e capital estrangeiro (CHODOR, 2015). Nesse sentido, a sobrevalorização da moeda nacional em decorrência do aumento das exportações de petróleo acabou por inviabilizar o desenvolvimento de outros setores no país, aumentando ainda mais a dependência da economia nacional à renda advinda de um único produto (HITNER, 2012), levando o país a acumular a dívida per capita mais alta da América Latina (CORONIL; SKURSKI, 1991) na época.

Politicamente, a monopolização do poder entre os partidos AD e COPEI acabou por marginalizar a oposição mais à esquerda que, excluída do Pacto de *Punto Fijo*, já nos anos de 1960 se engajou numa campanha de guerrilha, que de alguma maneira foi apaziguada pela melhora dos indicadores sociais na década seguinte. Ademais, na década de 1970, ainda marginalizadas, essas lideranças desistiram da luta armada para incorporarem-se ao jogo político, com a formação de novos partidos tais como o Movimento pelo Socialismo (MAS) e a Causa Radical (LCR), forças que, mais tarde, teriam papel importante no curso da Revolução Bolivariana (CHODOR, 2015).

Em 1982, a crise da dívida externa atingiu números estrondosos, em conjunto com a queda nos preços do petróleo e a alta fuga de capitais do país, trazendo consigo o fim da excepcionalidade venezuelana e o começo do desmoronamento de *Punto*

Fijo (CHODOR, 2015). Enquanto o PIB decresceu em cerca de 20% em comparação à década anterior e a renda real diminuiu por volta de 50%, é de se notar que isso se deu de forma bastante desigual, uma vez que a parte mais pobre da população viu sua renda diminuir em proporções maiores do que a parcela mais rica. Ademais, os salários industriais também sofreram duras quedas e o gasto social do governo diminuiu em cerca de 40% de 1980 a 1993, com a inflação alcançando 103,2% em 1995 (CEPAL, 1999; ROBERTS, 2003).

Nessa conjuntura, o Pacto de *Punto Fijo*, e sua hegemonia, passou a ser questionado por todas as suas frentes uma vez que “a combinação de crise econômica prolongada e mudança social corroe os vínculos corporativos e clientelistas criados para a intermediação entre o Estado venezuelano e a sociedade” (ROBERTS, 2003, p.51). Enquanto as classes alta e média atribuíam a crise à corrupção, à incompetência e ao intervencionismo estatal das elites políticas na economia, as massas clamavam por inclusão e rejeitavam qualquer medida austera que diminuísse ainda mais seus padrões de vida. No campo militar, por sua vez, a criação do Movimento Revolucionário Bolivariano (MBR-200) sob o legado de Simón Bolívar²⁰, surgiu como mais uma força de contestação ao regime vigente (CHODOR, 2015).

Em tal cenário de crise, a campanha de 1988 pela reeleição de Carlos Andrés Pérez do partido AD lançou slogans de continuidade do progresso e retorno à prosperidade apesar da crise econômica (EMERSON, 2011; CHODOR, 2015). O candidato se apresentava como “o homem com energia” e o “homem que realmente anda”, disposto a atender as demandas populares e contrário ao que denominava exploração internacional advinda das instituições financeiras internacionais (CORONIL; SKURSKI, 1991; EMERSON, 2011). Com vitória de 52,89% contra seu oponente Eduardo Fernández do COPEI, Pérez foi eleito para o mandato que teria início em 1989 (CONSEJO SUPREMO ELECTORAL, 1989).

Contraditoriamente à sua campanha eleitoral e ao seu discurso de posse, quando “emitiu um apelo às nações devedoras para fazerem lobby contra as pressões políticas dos bancos internacionais e do FMI” (CORONIL; SKURSKI, 1991, p. 295), poucas semanas após o início do seu governo, Pérez assinou uma carta de intenções

²⁰ Simón Bolívar (1783-1830) é a personalidade histórica central da Venezuela e o estrategista maior da luta pela independência de colônias espanholas como Venezuela, Bolívia, Colômbia e Peru. No que concerne especificamente à Venezuela, “a figura de Bolívar foi apropriada por todas as classes sociais, como um fator de unidade nacional ou como símbolo da manutenção de determinada ordem” (MARINGONI, 2021, p.1).

com o FMI e revelou o que chamou de *El Gran Virage*. A Grande Virada era um plano de estabilização macroeconômica em moldes neoliberais, ao longo das linhas do Consenso de Washington (DI JOHN, 2005; CHODOR, 2015; EMERSON, 2011). No bojo do pacote de austeridade, a remoção dos subsídios ao petróleo significou um aumento de 100% no preço da gasolina em todo o país, o que gerou enormes protestos populares, bloqueios de estradas, tumultos e saques em diversas cidades, além da capital Caracas, nos eventos que ficaram conhecidos por *Caracazo* (MAYA, 2003; CHODOR, 2015).

As mobilizações duraram cinco dias – de 27 de fevereiro a 3 de março de 1989 – e foram duramente reprimidas pela política e pelo exército, com mais de 300 mortes e milhares de prisões (MAYA, 2003). É importante ressaltar que o *Caracazo*, para além de uma reação popular contra o aumento do preço da gasolina, representou a primeira grande mobilização popular contra o projeto neoliberal na América Latina, além de exacerbar o enorme descontentamento popular com a ineficiência e não responsividade aos problemas sociais pela elite de *Punto Fijo* (MAYA, 2003; EMERSON, 2011; CHODOR, 2015).

Nessa perspectiva, o *Caracazo* “trouxe à tona as clivagens sociais que o Estado – não mais capaz de unir todos os venezuelanos na marcha para a modernidade – havia absorvido anteriormente” (EMERSON, 2011, p. 93). Para além de seguir com as reformas neoliberais, ainda que o neoliberalismo nunca tenha sido capaz de alcançar hegemonia na Venezuela (CHODOR, 2015), o governo Pérez também viria a reformular a relação do Estado com as classes mais pobres, inclusive, acusando os manifestantes dos levantes de aproveitadores, subversivos e antidemocráticos (EMERSON, 2011).

No bojo do aumento da insatisfação popular com o governo Pérez e o sistema de *Punto Fijo*, ocorreram duas tentativas fracassadas de golpe em 1992 – uma delas liderada por Hugo Chávez, que passou então a angariar reconhecimento e apoio popular. As acusações de corrupção contra Pérez em 1993 só corroboraram o cenário político caótico que se desenhava (CHODOR, 2015; STAVRAKAKIS et al., 2016). Em 1994, Rafael Caldera, ex-líder do COPEI, ganhou as eleições presidenciais com 30,46% dos votos totais, numa votação que contou com 39,84% de abstenções do número total de eleitores (CONSEJO SUPREMO ELECTORAL, 1994), sob a promessa de não avançar com as medidas neoliberais (CHODOR, 2015).

Não obstante, assim como fez seu antecessor, diante da piora dos indicadores econômicos, o governo Caldera chegou a um novo acordo com o FMI em 1996, e lançou um novo pacote de austeridade – *La Agenda Venezuela* –, o que culminou não só na perda de sua popularidade, mas, igualmente, exacerbou o colapso completo de *Punto Fijo* (ROBERTS, 2003; CHODOR; 2015). Em termos práticos, a adoção do neoliberalismo na Venezuela não significou melhora nos indicadores econômicos. “[O] período 1989-1998 foi marcado não apenas pela contínua estagnação da produção e do crescimento da produtividade, mas, também, houve uma percepção crescente de que a corrupção não diminuiu, mas, pelo contrário, estava aumentando” (DI JOHN, 2004, p.87).

Enquanto o preço do petróleo estava em baixa no mercado internacional, a economia nacional não-petroleira, como as indústrias intensivas em mão-de-obra, acumulava decréscimos (possuía uma taxa de crescimento de 4,3% na década de 1980-90, que caiu para 1,5% no período entre 1990-98), e tinha, cada vez mais, sua participação reduzida no total das exportações do país. Além disso, o PIB per capita sofreu uma queda de 2,7% no período de 1990-98 (DI JOHN, 2005). No que concerne aos indicadores sociais, a pobreza aumentou de 42% para 66% no ano de 1989 e para 81% em 1998 e os salários industriais em 1996 representavam apenas 40% do que eram em 1980. Ademais, os gastos sociais sofreram uma diminuição significativa de 40% entre 1980 e 1993 e os números de homicídios aumentaram vertiginosamente, 418%, entre 1986-96 (DI JOHN, 2005; LANDER, 2007; CHODOR, 2015).

Nessa conjuntura, o neoliberalismo não só não foi capaz de resolver a crise dos anos de 1980-90, como, também, gerou um sentimento de desapontamento latente na população, exacerbando uma crise orgânica da ordem social (CHODOR, 2015) e possibilitando, assim, o surgimento de uma ruptura populista. Segundo Laclau (2005, 2013), o cerne do populismo se encontra na reiterada não-satisfação de demandas populares pelo sistema institucional de um Estado onde tais demandas não-satisfeitas encontrariam em si uma relação de equivalência na falta, o que criaria, pouco a pouco, uma ruptura entre representantes e representados. Tal ruptura, por sua vez, possibilitaria a criação de uma fronteira interna do social, a criação de uma nova identidade popular e, então, a divisão da sociedade em dois campos antagônicos: o “povo” e a “elite”, “o bloco de poder”. Nessa perspectiva, o populismo

se apresenta como uma lógica política que constrói novas identidades, marcada pela centralidade da noção de povo (LACLAU, 2013).

O caso venezuelano é muito representativo dessas dinâmicas. O sistema inaugurado em *Punto Fijo*, alicerçado na confluência de interesses entre as elites venezuelanas e a satisfação das necessidades e da manutenção no padrão de vida das massas, entrou em crise nos anos de 1980. A resposta neoliberal, por sua vez, não só acentuou tal crise em termos econômicos, mas, também, rompeu de vez com a identidade oficial venezuelana como um povo unido (EMERSON, 2011), uma vez que, cada vez mais, as pessoas não sentiam que suas demandas estavam sendo satisfeitas pelo status quo.

Nessa direção, a marginalização das classes populares após o *Caracazo* colocou em contradição reivindicações de identidade rivais sobre quem eram os autênticos representantes da nação (EMERSON, 2011). Aqui vale ressaltar o papel de destaque desenvolvido por Hugo Chávez Farias desde pelo menos 1989, considerados por ele o momento máximo de traição à democracia e ao nacionalismo pelo sistema de *Punto Fijo* (CHODOR, 2015). Ademais, sua tentativa de golpe em 1992, ainda que fracassada, garantir-lhe-ia uma posição de destaque com as camadas populares insatisfeitas.

Em 1992, em uma aparição televisiva em que pedia a seus aliados que depusessem, Chávez disse aos telespectadores que “seus objetivos não foram alcançados ‘*por ahora*’ – por agora –, agitando o sentimento popular de que a luta apenas começou” (EMERSON, 2011, p. 95). O militar, então, passou a adotar um discurso inflamado e carismático de defesa e protagonismo das massas, da maioria oculta, da qual ele seria o representante, em detrimento à elite corrupta de *Punto Fijo* (CHODOR, 2015; STAVRAKAKIS et al., 2016). Assim, ele foi capaz de “unificar e dar voz a diferentes queixas, articulando-as no antagonismo político entre ele, como um outsider que representa a mudança, e os partidos tradicionais do país, representando o status quo” (PANIZZA, 2009, p. 202).

Calcado, portanto, nesse discurso populista e carismático que afirma expressar e representar a verdadeira vontade do “povo”, e utilizando-se da conexão com figuras, símbolos e mitos das tradições populares para reafirmar tal identidade (LACLAU, 2005; STAVRAKAKIS et al., 2016), Chávez, tomando para si o papel de líder e

Comandante da Revolução Bolivariana²¹, conseguiu vencer as eleições venezuelanas de 1998 numa coligação entre vários partidos da esquerda e centro-esquerda conhecida como Polo Patriótico, com 56,2% dos votos (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 1999).

Em 1999, uma nova constituinte foi convocada e a nova constituição foi aprovada, por referendo, no ano seguinte. No bojo desse processo, o nome do país foi alterado para República Bolivariana da Venezuela, incorporando o legado e os valores construídos culturalmente em torno da figura de Bolívar. A democracia representativa venezuelana foi transformada em democracia participativa e protagonista, elevando a cinco os poderes de Estado – além do Executivo, Legislativo e Judiciário, fora criado o Poder Cidadão e o Eleitoral. Ademais, o novo texto constitucional estabeleceu novas diretrizes para a reestruturação do Poder Judiciário, transformou o Poder Legislativo em unicameral, tendo como instância máxima a Assembleia Nacional, e concedeu o direito de voto aos militares (VILLA, 2005; MAYA, 2019).

A Constituição, ainda, previa a realização de novas eleições para o mesmo ano e estendia o mandato presidencial de cinco para seis anos. Chávez venceu as eleições de 2000 com 59,76% dos votos (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 2001) e obteve maioria no Congresso, o que lhe deu base para dar andamento à sua revolução. Ainda em 2000, seria lançado o *Plan Bolívar*, que trouxe consigo a participação mais enfática dos militares na administração pública, operando em tarefas distintas da de defesa territorial, uma vez que previa um programa de assistência cívico-militar onde as Forças Armadas, com o auxílio de outras partes, se dedicariam a realizar reformas de infraestrutura, distribuição de alimentos, consertos de hospitais, entre outras funções (BARROS, 2006; LEONE, 2019).

Já no ano seguinte, a Assembleia Nacional aprovaria 46 leis habilitantes²², algumas das quais, como a Lei dos Hidrocarbonetos e a Lei de Terras, geraram um

²¹ De acordo com Maringoni (2021, p. 1), “Hugo Chávez articulou o pensamento de Simón Bolívar pelo seu viés mais decididamente anti-imperialista – derivado do nacionalismo militar – e latino-americanista”. Com a Revolução Bolivariana, a intenção do presidente era “mostrar ao povo que sua trajetória e suas lutas têm história. Ela está solidamente fincada nas guerras de independência, nos embates contra o domínio espanhol e na luta antioligárquica empreendida na Guerra Federal (1859-1863). Chávez tentou mostrar à população que ela deve ser o sujeito de sua história, daí a expressão que usava constantemente, de querer construir uma democracia participativa e protagonista” (MARINGONI, 2021, p.1-2).

²² Uma das críticas que se faz à Constituição Bolivariana da Venezuela é a concentração de poder nas mãos do Executivo e uma das maneiras de concretização desse poder se daria por meios das leis habilitantes, que seriam decretos presidenciais sobre quaisquer matérias, que, aprovados pela

movimento representativo de oposição ao chavismo (VILLA, 2005). Enquanto a Lei dos Hidrocarbonetos fazia a exigência de que o capital nacional tivesse a maioria das ações nos acordos com corporações petrolíferas estrangeiras no país e aumentava para 30% os *royalties* cobrados pelo barril de petróleo, a Lei de Terras tinha como objetivo viabilizar a realização de uma reforma agrária e, assim, impunha limites à propriedade e à produção rural em larga escala (VENEZUELA, 2001; UCHOA, 2003; SCHURSTER; ARAUJO, 2015)²³.

Assim, indo de encontro aos interesses do empresariado nacional e estrangeiro, e na direção de reversão das medidas neoliberais tomadas nos governos anteriores, entre 2001 e 2005, a Venezuela foi palco de uma verdadeira luta pela hegemonia política. Os setores da oposição, que incluíam empresários, donos de meios de comunicação, os partidos políticos de oposição AD e COPEI, entre outras forças, convocaram greves e manifestações que culminaram com um golpe de Estado ainda em abril em 2002. Uma ampla greve do setor petrolífero foi instrumentalizada pela gerência da estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), após a demissão pelo governo de sete altos gerentes da empresa, entre o final de 2002 e início de 2003, e um referendo revogatório presidencial em agosto de 2004 (VILLA, 2005; SCHURSTER; ARAUJO, 2015; CHODOR, 2015; MAYA, 2019).

É importante ressaltar que o golpe não se deu sem reação. A base popular e militar chavista organizou-se em torno da restauração e legitimidade do governo, exigindo o retorno do presidente ao seu posto (VILLA, 2005; CHODOR, 2015). Posteriormente, em 2004, o referendo revogatório presidencial, convocado pela oposição, consagrou Chávez como o presidente legítimo da Venezuela para completar o seu mandato, com 59,1% dos votos (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 2005). No ano seguinte, os partidos de oposição realizaram um amplo boicote às eleições legislativas, retirando-se das mesmas e, assim, deram aos candidatos chavistas 100% dos assentos. A oposição pretendia fomentar um levante

Assembleia, teriam força de lei. Diz a constituição em seu Art.236, §8º “São atribuições e deveres do Presidente da República: Emitir, com autorização prévia em lei habilitante, decretos com força de lei.” (REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, 1999; VILLA, 2005).

²³ É de se notar que embora a Constituição de 1999 tenha ido de encontro a interesses do empresariado nacional e internacional, ela conseguiu, de muitas maneiras, atender às demandas democráticas das classes populares por maior participação política, com a previsão de referendos, seu texto previa maior inclusão social, responsabilização de governantes, direitos indígenas, entre outros direitos (REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, 1999; PANIZZA, 2009; STAVRAKAKIS et al., 2016).

militar que nunca aconteceu e, a despeito de todas as tentativas, acabou por consolidar o chavismo no poder, agora ainda mais fortalecido (MAYA, 2019).

Foi, também, a partir de 2005, que Chávez passou a lançar as bases para aquilo que seria o alicerce de sua campanha eleitoral no ano seguinte, e de seu segundo mandato como um todo, o intitulado “Socialismo do século XXI”.

(...) depois de muitas reflexões, depois de todos esses anos, de tudo o que passávamos, depois de ler, reler e olhar o mundo me fiz socialista. E isso é parte, sem dúvidas, da tomada de consciência, de um incremento das reflexões, do conhecimento, sobre o que o mundo está passando. (...) Em uma ocasião comentei que me parecia interessante buscar uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo, uma terceira via. Logo, tudo isso que me ocorreu, me convenceu que não há alternativas. Sim, há muitas alternativas, porque isso eu vejo de maneira muito flexível e diversa. Não? Mas, analisando assim entre o capitalismo, entre o capitalismo que põe em primeiro lugar o interesse do dinheiro, que promove egoísmos, o capitalismo que coloca o homem, o ser humano, a mulher, a criança em último lugar, não importa nada do ser humano, o capitalismo é Judas, o capitalismo é capaz de vender sua pátria e a sua própria mãe pelo ganho econômico. O capitalismo explora e massacra. João Paulo II o qualificou de selvagem, o capitalismo, entre esse caminho e o caminho do socialismo, que põe o ser humano em primeiro lugar, que apregoa a igualdade social, a justiça social, que coloca em primeiro lugar, repito, os valores supremos do ser humano, e que põe em segundo lugar o capital, o ganho econômico, pois não há dúvidas, o caminho é o socialismo. Vamos pelo socialismo! Vamos pelo caminho do socialismo, mas há que inventar o socialismo do século XXI, um novo socialismo, a altura desse século, a altura dos novos tempos, a altura da sabedoria de nossos povos (CHÁVEZ, 2005, p.256-267).

No bojo dessa visão, portanto, Hugo Chávez foi eleito para o seu segundo mandato em 2006, com 62,84% dos votos válidos (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 2007). Ao seu discurso populista contra as elites políticas de *Punto Fijo* e as oligarquias econômicas, somava-se progressivamente a percepção de outros inimigos, tais como o neoliberalismo, de maneira mais contundente, e o imperialismo estadunidense. É de se notar que de sua perspectiva e narrativa populista, “estes não seriam inimigos políticos de Chávez, mas inimigos do ‘povo’ venezuelano” (PANIZZA, 2009, p. 202).

Paralelamente ao discurso, para dar andamento à sua nova visão de mundo, além de canalizar e encorajar a energia popular chavista, Chávez criou o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) como um partido autoproclamado democrático, anticapitalista e anti-imperialista. Segundo a visão de seu líder – Hugo Chávez –, a criação dessa instituição “responderia à necessidade de criar uma estrutura e organização próprias de um ‘partido de massas’, com uma ideologia adequada ao tamanho da sua missão revolucionária” (GOMES, 2019, p. 41). Ademais, Chávez se

propôs a instituir na Venezuela uma democracia revolucionária, pautada na subjetividade política coletiva, com a instituição de Conselhos Comunais e Comunas²⁴, organizadas pelo que foi chamado de Estado Comunal (MAYA, 2019).

Na economia, por sua vez, o socialismo do século XXI de Chávez propagou a ideia de “economia social, em que a motivação do lucro é substituída por um foco na satisfação das necessidades coletivas” (CHODOR, 2015, p. 107). A partir dessa perspectiva, com a planificação macroeconômica centralizada via Estado, setores estratégicos foram nacionalizados – aço, eletricidade, comunicações –, junto com algumas corporações produtoras de produtos primários e alimentícios. Além disso, estimulou-se a criação de cooperativas com políticas de redução de impostos, contratos preferenciais e empréstimos a juros baixos e, até mesmo, expropriaram-se empresas por não cumprirem suas responsabilidades sociais para a cogestão de trabalhadores (CHODOR, 2015; MAYA, 2019).

A retórica antineoliberal, por sua vez, se traduziria em uma série de medidas que visavam tornar o país cada vez mais autônomo da economia global. Para evitar a fuga de capitais, o governo lançou mão de medidas de controle da moeda, na busca por manter o bolívar estável e evitar aumentos substanciais da inflação. Além disso, reduziu a taxa de juros, reintroduziu tarifas e elevou o salário mínimo (ROBERSON, 2012; CHODOR, 2015; VIEIRA, 2016). O governo também aumentou seus gastos em infraestrutura e serviços, o que ajudou a estimular a demanda de consumo das famílias e, ademais, buscou uma maior diversificação dos mercados de exportação do país, tanto com a China como com outros países não ocidentais, além de buscar por novas fontes de investimento e tecnologia em países do Sul Global (CHODOR, 2015).

É de se notar que muitas das reformas políticas, econômicas e sociais propostas pelo socialismo do século XXI foram rechaçadas em 2007, quando um Projeto de Reforma Constitucional, que incluía a reeleição indefinida do presidente e a extensão do seu mandato para sete anos além de maior centralização de poder em

²⁴ Os Conselhos Comunais e as Comunas, criados no segundo mandato de Chávez, buscaram institucionalizar os Círculos Bolivarianos e outras organizações populares ad hoc de maneira a trazer para a institucionalidade estatal a participação ativa da população. “Os Conselhos Comunais permitem que as pessoas assumam um papel ativo no planejamento, financiamento e administração da vida de suas próprias comunidades, ao invés de depender de representantes eleitos e burocratas para fazê-lo” (CHODOR, 2015, p.104), tendo para si uma boa parte do financiamento dos governos locais e regionais. As Comunas, por sua vez, são “associações de Conselhos Comunais, formadas por portavozes de cada conselho individual, que operam em princípios semelhantes ao lidar com projetos de grande escala que impactam outros membros” (CHODOR, 2015, p.104).

suas mãos, politização das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas e a inclusão das “Missões sociais”²⁵ como parte da Administração pública – foi rejeitado via plebiscito pela população. Entretanto, a partir da posterior promulgação de leis em matérias específicas e de uma nova proposta de reforma constitucional em 2009, aprovada via plebiscito com 54% dos votos, muitas das reformas outrora propostas foram, de fato, inseridas no arcabouço legal e constitucional venezuelano (LEONE, 2019; MAYA, 2019).

Ainda em 2009, na continuidade da revolução e de todas as mudanças institucionais propostas, uma nova lei orgânica de educação foi aprovada, e afirmava, em seu artigo 15º, parágrafo 2º, que a educação na Venezuela teria como fim,

desenvolver uma nova cultura política baseada na participação protagonista e no fortalecimento do Poder Popular, na democratização do conhecimento e na promoção da escola como espaço de formação da cidadania e participação comunitária, para a reconstrução do espírito público nos novos republicanos e republicanas com profunda consciência do dever social (VENEZUELA, 2009, p.10).

Nesse sentido, além de objetivar a criação de uma identidade nacional bolivariana que se estendesse pelas próximas gerações, a reforma do sistema educacional também previa a melhora dos indicadores educacionais do país, por meio da extensão do acesso à educação, principalmente das classes mais baixas. Para tal, as taxas que incidiam sobre a educação básica e universitária foram extintas e, ademais, bolsas de estudo, acesso ao transporte público e refeições gratuitas foram concedidos, visando a frequência escolar (CHODOR, 2015).

Neste momento, algumas observações se fazem necessárias. Primeiramente, o aumento massivo do investimento público para fomentar a economia endógena de Chávez, de fato, resultou na melhora dos indicadores sociais. Os índices de pobreza diminuíram de 47%, em 1998, para 29,4% em 2013, e a pobreza extrema de 21% para 11,8%, no mesmo período (INE, 2014). A taxa de desemprego que era de 14,53% em 1999 diminuiu para 6,6% em 2012 (BANCO MUNDIAL, 2021). A expectativa de vida da população, que era de 72 anos em 1998, chegou a pouco mais de 74 anos em 2012 (BANCO MUNDIAL, 2021). O coeficiente Gini, que mede a brecha de desigualdade entre ricos e pobres, melhorou consideravelmente, alcançando 0,39 em

²⁵ Criadas fora do arcabouço das instituições públicas convencionais, ainda em 2004, as *Misiones sociales* buscavam “oferecer serviços básicos a um grande contingente de a população de menores recursos onde a universalização dos direitos sociais é limitada pela capacidade financeira e restrições institucionais do Estado” (MAINGON, 2004, p. 65).

2011 (INE, 2011), tornando a Venezuela uma das sociedades menos desiguais da América Latina (MAYA, 2020).

Além disso, a taxa de participação educacional aumentou em todos os níveis. De 1998 a 2006, a porcentagem de crianças venezuelanas matriculadas no ensino primário foi de 98,7% para 99,5%, de 27,3% para 41% no ensino secundário, e de 21,8% para 30,2% no ensino superior (GRIFFITHS, 2010). Paralelamente à essa melhora, a popularidade do presidente continuava alta entre o eleitorado venezuelano, chegando a 58,9% em 2011 (REUTERS, 2011). Entretanto, muitas dificuldades se desenharam ao longo dos anos.

No que se refere à criação das cooperativas de trabalhadores, existem relatos de que muitas delas, ainda que estabelecidas, sequer existiam de fato. Na mesma via, muitas empresas cogeridas por trabalhadores continuavam seguindo a lógica do capital ao invés da solidariedade social, como propunha a ideologia socialista chavista (CHODOR, 2015). Além disso, as tentativas do governo de semear o petróleo, ou seja, investir as receitas do mesmo em outros setores da economia, não geraram o progresso esperado nem a superação do modelo rentista venezuelano. Pelo contrário. A parcela relativa à produção industrial como proporção do PIB caiu de 19,2%, em 1999, para 13,9%, em 2010, e o petróleo passou a representar 96,6% das receitas de exportação do país em 2011 (CARLSON, 2012; CHODOR, 2015).

As consequências do rentismo para a economia venezuelana são muitas e se colocam como imprescindíveis para que possamos compreender seus desdobramentos no posterior governo de Nicolás Maduro. Ainda que tendo como base uma ideologia socialista, a economia rentista acaba por depender substancialmente das flutuações do mercado internacional no que se refere às suas receitas. Além disso, se é a partir da renda advinda do petróleo que os enormes gastos sociais são possibilitados, infere-se que a melhora do padrão de vida da população está igualmente interligada a uma variável que não possui ingerência governamental, como é o caso da flutuação do preço do petróleo. Nesse sentido, se o governo chavista se beneficiou do aumento do preço do petróleo no mercado internacional a partir de 2004 (o barril do petróleo, que estava US\$17,44 em 1999, chegou a US\$36,05 em 2004 e alcançou ápices de US\$94,1 em 2008 e US\$109 em 2012), este, igualmente, sofreu revezes quando do acometimento mundial da crise financeira internacional em 2008 (com o preço do barril chegando a US\$60,86 em 2009) e de quedas sucessivas a partir de 2012 (STATISTA, 2021).

Para além da geração de receitas, a economia rentista venezuelana, as ideias do socialismo do século XXI no que se refere à propriedade, a supervalorização do bolívar e a expansão do consumo, puxada pelos incentivos estatais, acabaram por significar um decréscimo na agricultura e na indústria do país, que, em 2013, importava mais de 65% de seus alimentos e manufaturas, ficando, uma vez mais, refém dos mercados internacionais (CHODOR 2015; MAYA, 2020). Internamente, o país também experimentava dificuldades.

Ainda que Chávez tenha conseguido manter altas taxas de popularidade até o final do seu segundo governo, os partidos de oposição ao chavismo criaram, ainda em 2009, uma plataforma política unitária, a Mesa de Unidade Democrática (MUD), na tentativa de construir uma estratégia eleitoral em conjunto. De fato, eles conseguiram lograr alguns êxitos ao longo dos anos, como uma quantidade de assentos razoável, ainda que minoritária, para a Assembleia Nacional em 2011. Além disso, o próprio setor capitalista do país, como resposta às reformas socialistas, restringiu o investimento privado, forçando o governo a intervir seja importando produtos básicos diretamente, seja expropriando empresas ou utilizando-se de controle de preços (CHODOR, 2015). Como consequência dessas disputas, a inflação, que havia estado numa média de 20% entre 2002 e 2012, alcançou o patamar de 54% em 2013, o que, juntamente, com os fatores aqui já citados, acabou por gerar desabastecimento de bens básicos e expansão do contrabando e do mercado negro no país (CHODOR, 2015; STAVRAKAKIS et al., 2016; MAYA, 2019).

Por fim, uma última observação se faz necessária. Para além das transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram durante toda a era chavista, houve, também, uma transformação na identidade oficial venezuelana. Como já salientamos, o populismo é uma lógica política que constrói e opõe discursivamente o “povo” à “elite”, construindo uma fronteira política na sociedade (LACLAU, 2013; MOUFFE, 2018). Nesse sentido, a identidade do “povo” venezuelano foi (re)construída a partir da exaltação de uma parcela da população historicamente marginalizada, entendida na narrativa de Chávez como o verdadeiro povo da Venezuela (EMERSON, 2011). Ademais, as ideias de democracia protagonista e a própria figura de Chávez, como “unificação simbólica do grupo” (LACLAU, 2005, p. 100) e objeto de afeto, também se colocam como imprescindíveis para que consigamos compreender a possibilidade de aglutinação de grupos tão diversos

quanto os que compõe o “povo” venezuelano do discurso chavista (STAVRAKAKIS et al., 2016).

Embora o populismo de esquerda contemporâneo na Venezuela, consolidado pelo chavismo, se apresente em grande medida respaldado pela figura carismática de seu líder, numa dinâmica *top-down*, é preciso que reconheçamos, também, o seu viés horizontal. É importante reconhecer os movimentos populares autônomos que, inclusive, antecederam o governo de Hugo Chávez, nas dinâmicas do *Caracazo*. Ademais, os próprios movimentos independentes, as formações sociopolíticas e os órgãos comunitários criados pelo governo, autogestionados, com uma estrutura *bottom-up*, nos alerta para “a interação complexa e conflitante entre a direção hierárquica e as iniciativas de baixo para cima” (STAVRAKAKIS et al., 2016, p. 69) que compõem a experiência populista venezuelana e nos indaga sobre a natureza democrática, ou não, do populismo.²⁶

No que concerne ao lado oposto da fronteira política, “a narrativa de Chávez alimenta explicitamente o risco associado à elite econômica e política (...), fomentando percepções comuns de corrupção desenfreada e de dor causada pela pobreza generalizada e endêmica” (EMERSON, 2011, p. 99). Se, em seu primeiro governo, os inimigos do “povo” venezuelano eram as elites de *Punto Fijo*, no decorrer do tempo, como já salientamos anteriormente, Chávez “ampliou a linha de divisão antagônica entre seu campo popular e seus inimigos, que agora se estendia ao neoliberalismo e ao imperialismo norte-americano” (STAVRAKAKIS et al., 2016, p. 60-61).

À despeito da deterioração das variáveis econômicas, respaldado na melhora dos indicadores sociais e na figura carismática de Comandante da revolução, na eleição presidencial de 2012, já debilitado devido a um câncer, Chávez foi reeleito com 55,8% dos votos. A oposição, que teve como candidato Henrique Capriles, logrou expressivos 44,55% (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 2013). É de se notar que, antes mesmo ir para Cuba realizar uma intervenção médica em 2012, Chávez fez um pronunciamento dizendo que, caso qualquer coisa lhe acontecesse

²⁶ Nesse sentido, segundo Panizza (2009, p. 206), “a ‘Revolução Bolivariana’ de Chávez polarizou não apenas o povo venezuelano, mas também a opinião acadêmica sobre a natureza de seu regime. Para seus apoiadores, ele democratizou radicalmente a sociedade venezuelana, melhorando a situação dos pobres, dando voz aos excluídos e promovendo a democracia direta desde a base. Para seus oponentes, ele é um autocrata eleito que destruiu a democracia liberal e usou a riqueza do petróleo do país para promover um projeto megalomaniaco de governo personalista. Entre essas visões extremas, há vários tons de cinza, que são coloridos pela natureza inacabada do projeto político de Chávez, pelas contradições internas dentro do movimento bolivariano e pela combinação de Chávez de um radicalismo retórico com flexibilidade tática”.

que o inabilitasse de prosseguir com o seu mandato, que Nicolás Maduro, seu vice, continuasse o mesmo. Em suas palavras:

Se algo acontecer que me impossibilite de continuar como chefe da presidência da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro, não só nesta situação deve terminar o período como manda a Constituição, mas minha opinião firme e plena, irrevogável, absoluta, neste cenário, que forçaria a convocação de eleições presidenciais, vocês elegem Nicolás Maduro como presidente da República Bolivariana (CHÁVEZ, 2012, s/p).

O falecimento de Hugo Chávez em 5 de março de 2013 representou um ponto para a Venezuela. Como não houve a posse de Chávez para o referido mandato, a Constituição previa a assunção do cargo de presidente, interinamente, pelo presidente da Assembleia Nacional até a realização de novas eleições. Os membros do PSUV, entre os quais estava o então líder da Assembleia, resolveram acatar o pedido do presidente falecido e nomear Nicolás Maduro presidente interino até as eleições. A oposição buscou, sem sucesso, a impugnação da posse de Maduro, que alegou, à despeito de Chávez não ter tomado posse, haver continuidade administrativa entre os mandatos (CHODOR, 2015).

Pouco mais de um mês após a morte de Chávez, em 14 de abril de 2013, deu-se a nova eleição presidencial que elegeu Nicolás Maduro com apertados 50,75% dos votos contra 48,97% obtidos por seu rival, Henrique Capriles. A campanha eleitoral de Maduro, que teve como slogan “*¡Chávez te lo juro, mi voto es pa’ Maduro!*” (Chávez, te juro, meu voto é para Maduro!), demonstrou o tom do governo. Maduro buscou se apoiar no legado e na figura de Chávez para dar andamento ao processo bolivariano (CHODOR, 2015; ARENAS, 2016; MAYA, 2019).

Entretanto, é de se notar que Maduro não possuía o carisma de Chávez, um traço tão representativo do populismo na Venezuela até então. Ademais, a situação econômica do país só piorava, principalmente devido à queda do preço do petróleo no mercado internacional e à consequente piora dos índices inflacionários e de desabastecimento. Sendo assim, a convergência desses dois pontos fez com que Maduro lançasse mão, cada vez mais, de uma retórica de reprodução da fronteira antagônica entre o “povo” – que continuava atrelado à figura de Chávez como o Comandante eterno da revolução – e o “outro”, que fosse capaz de manter a lógica populista no país e, assim, o “povo bolivariano” unido em torno da revolução (ARENAS, 2016; MAYA, 2019).

Em seus discursos, Maduro constantemente cria narrativas e nomeia inimigos, culpabilizando-os pela crise que enfrenta a sociedade venezuelana: “é preciso produzir, trabalhar e lutar contra o imperialismo que tenta subjugar e destruir a pátria de Bolívar. Temos que lutar contra a oligarquia golpista e os aristocratas que odeiam o povo” (MADURO, 2015, sp); “Temos que nos preparar para que ninguém jamais se atreva a tocar um único centímetro da terra sagrada da Venezuela. A terra da Venezuela é sagrada e nunca deve ser tocada pela bota ianque imperialista” (MADURO, 2017, s/p).

É necessário salientar, entretanto, que, como demonstrou o resultado das eleições e uma série de iniciativas posteriores da oposição chavista, como a convocação de amplas manifestações após as eleições de 2013, a narrativa de Maduro não é a única e tampouco inquestionável no debate venezuelano. Exemplo disso é que, entre fevereiro e março de 2014, indignada com a degradação de seus padrões de vida e insatisfeita com o sistema político vigente, uma parcela da população, junto com os partidos de oposição, foi às ruas contra o governo Maduro. Só no ano de 2014, ocorreram 9286 mobilizações sociais contra o executivo (LOPEZ MAYA; UZCATÉGUI, 2016).

Ademais, é de se notar que, a partir de 2013, Maduro começa a denunciar e responsabilizar a oposição por uma “guerra econômica” contra o seu governo, que corroboraria para o cenário de hiperinflação, desabastecimento maciço de itens básicos como alimentos e remédios e, assim, para a piora significativa dos índices econômicos e sociais. Entretanto, sem conseguir apresentar um plano razoável para combater a crise, que só se intensificava, o presidente acabou por adotar medidas paliativas que não só não conseguiram resolver a situação, como aumentaram a dependência econômica da população e a relação clientelista frente ao Estado. Nesse cenário, o discurso calcado nos pilares do socialismo do século XXI e numa maior autonomia do poder popular acabou perdendo força e gerando muita contestação (BENATUIUL et al, 2017).

Prova disso foi uma expressiva vitória da oposição, representada pela MUD, nas eleições legislativas de 2015, no bojo da piora expressiva dos indicadores sociais no país²⁷, que, pela primeira vez desde a eleição de Hugo Chávez, conseguiu a maioria dos assentos na Assembleia Nacional (CHODOR, 2015; MAYA, 2019).

²⁷ Como fora discutido, Maduro já assume o poder na Venezuela numa situação de crise. Contudo, se quando da morte de Chávez, os indicadores sociais ainda refletiam as reformas dos anos anteriores,

Como resposta, e na tentativa de continuar com um mínimo de governabilidade, o Executivo buscou, via judiciário, bloquear iniciativas de lei e impossibilitar o mandato de alguns de seus opositores na nova Assembleia, que declarou estado de desobediência, exacerbando a crise institucional pela qual passa a Venezuela neste momento (JAKOBSEN, 2017; LEONE, 2019). Paralelamente, o governo tem se militarizado cada vez mais, com um número ainda maior, do que na era Chávez, de militares em cargos públicos de alto escalão e com uma resposta cada vez mais violenta aos protestos organizados pela oposição (MAYA, 2019; LEONE, 2019).

Ainda que o controle do Judiciário pelo governo de Maduro tenha conseguido frear algumas ações da oposição na Assembleia Nacional, este não conseguiu adotar medidas que, de fato, pudessem combater a crise e, assim, melhorar as condições de vida da população venezuelana²⁸. Sendo assim, a reiterada deterioração dos indicadores econômicos somou-se ao desgaste do sistema político e, sem conseguir conter o ânimo popular, em 2017, o governo enfrentou a maior onda de protestos, e a mais violenta, desde o início da revolução chavista (NASCIMENTO, 2020). Na tentativa de contornar o ímpeto vindo das ruas, Maduro convocou, via decreto presidencial, uma Assembleia Constituinte.

Alegando ilegitimidade, os membros da MUD não lançaram nenhum candidato quando das eleições para a Constituinte, que tiveram a participação de 41% do eleitorado venezuelano (CNE, 2017). Isso significou uma composição 100% pró-governo, sendo a maioria dos representantes eleitos membros do PSUV. Por conseguinte, a partir do início do funcionamento da referida Assembleia, foram retirados os poderes da Assembleia Nacional de legislar sobre temas relativos à

Maduro viu a deterioração expressiva da qualidade de vida da população venezuelana, sem que pudesse usar da renda advinda do petróleo para aumentar consideravelmente os gastos sociais, já que o preço do barril de petróleo caiu substancialmente no mercado internacional a partir de 2012. Como exemplo da situação social no país, a taxa de pobreza que era de 27,5% em 2007, foi para 33,1% em 2018; a inflação que era de 30,9% em 2008, chegou a 1.300.000% em 2018, o PIB do país acumula decréscimos desde 2014, a dívida pública passou a representar 180% do PIB em 2018 e a escassez de produtos básicos se tornou tão alarmante que levou a uma crise migratória que, em 2019, contava com 4,5 milhões de pessoas deslocadas, entre migrantes e refugiados (UNHCR, 2019; STATISTA, 2021).

²⁸ É digno de nota que, a crise econômica venezuelana é um conjunto das consequências do modelo rentista, uma vez que a renda do petróleo depende do preço dessa commodity no mercado internacional, das decisões políticas governamentais e seus investimentos para atenuar ou incentivar o modelo vigente e, também, das pressões da oposição interna e das pressões internacionais que se traduzem em um bloqueio econômico, via sanções econômicas diretas, por parte dos EUA, ou encobertas, via limitação de acesso a crédito a partir do ranqueamento da Venezuela pelas agências de risco internacionais e a pressão exercida pelos EUA a outros países para que estes não concretizem negócios com o governo venezuelano (MORENO, 2017; BENATIUL et al, 2017).

segurança nacional, ordem interna, direitos humanos e sobre o sistema socioeconômico e finanças. Ou seja, por uma atribuição do Tribunal Superior de Justiça do país, órgão da mais alta hierarquia na justiça venezuelana, a Assembleia Constituinte foi dotada de competência superior a qualquer outra instituição estatal do país (BENATUIUL et al, 2017; NASCIMENTO, 2020).

É relevante ressaltar também que, a despeito da grande contestação interna e internacional e da vitória da oposição na Assembleia Nacional em 2015, as eleições de 2017 para prefeitos e governadores representaram uma vitória expressiva do partido governista PSUV. Entre os motivos que podemos ressaltar para tal cenário, além do braço do Judiciário que apoia o governo, existe uma falta de identificação da população com os partidos de oposição, sem contar a falta de coesão da própria MUD, que, como principal pauta em comum, possui a contrariedade ao governo Maduro. Além disso, as medidas tomadas pelo Executivo, na tentativa de dirimir as consequências da crise econômica para a população, como a criação do *carnet de la patria*²⁹, a distribuição de alimentos básicos à população e a manutenção de subsídios governamentais em setores como transporte, água e energia, também contribuíram para as vitórias eleitorais pró-governo (SUTHERLAND, 2018).

Para além do contexto político, econômico e social no qual se deu as eleições de 2018, objeto de nossa análise, é necessário reconhecer a persistência, por parte de Maduro, de uma narrativa que mantém uma lógica populista. Por um lado, Maduro tenta manter vivos o legado e a imagem de Chávez, unificador da identidade do “povo” venezuelano, por meio de imagens em seus discursos, da sua assinatura em letras garrafais nos conjuntos habitacionais construídos pelo governo ou de sua lembrança como líder eterno da revolução nos discursos oficiais (ARENAS, 2016). Além disso, Maduro busca, nos últimos anos, lançar mão de um discurso emocionado, para criar maior aproximação do “povo” com a sua própria figura (SOBRADOS-LÉON; MIGUEL, 2018) e com os logros alcançados durante os seus anos de governo.

Por outro lado, ele também procura (re)produzir constantemente a fronteira antagônica da sociedade, a partir da incitação de medo em seu eleitorado com relação à guerra econômica, ao que pode acontecer se ele não vencer as eleições e aos seus

²⁹ O *carnet de la patria* é um documento de identidade, com sistema de código QR, criado em 2017 para facilitar os pagamentos do governo aos cidadãos, seja no que se refere à transporte, medicamentos ou ao acesso a alimentos, diante do enorme desabastecimento que passa o país, através dos Comitês de Locais de Abastecimento e Produção.

inimigos – oposição, EUA, imperialismo, Juan Manuel Santos (presidente da Colômbia) e a oligarquia. No bojo dessas construções discursivas, Maduro saiu vitorioso das eleições de 2018 com 67,7% dos votos válidos (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL)³⁰.

Dando andamento à pesquisa, na próxima sessão, desenvolveremos o panorama histórico húngaro de maneira a compreender as dinâmicas do pós-socialismo no país, que, posteriormente, levariam a uma ruptura populista e a chegada de Viktor Órban ao poder.

2.4 Hungria: do pós-socialismo ao “Órbanismo”

A presente sessão tem por objetivo desenvolver um panorama dos eventos acontecidos na Hungria desde o fim do socialismo naquele país, a transição para o capitalismo, a virada populista em 2010 e a evolução do que chamamos aqui de Órbanismo. Para tal intuito, entretanto, será feita uma breve exploração do que ficou conhecido por comunismo goulash na Hungria, quando o país ainda estava sob a área de influência da URSS. Nesse sentido, recorreremos não somente aos eventos internos ao país, mas, igualmente, às dinâmicas internacionais e a maneira pela qual tais acontecimentos foram e vêm sendo inseridos na narrativa populista de Viktor Órban.

É importante salientar que, para compreender como um país considerado inicialmente uma história de sucesso, o campeão do processo de transição pós-socialista (RUPNIK, 2012; BENCZES, 2016) enveredou para o populismo iliberal de Órban, é necessário que nos debrucemos sobre as consequências da transição do socialismo para o capitalismo e a maneira pela qual as variáveis sistêmicas, discutidas no primeiro subcapítulo, impactaram o cenário político, econômico e social da Hungria.

Antes mesmo da dissolução da URSS, a Hungria já representava um caso distinto em relação aos países que viviam sob a zona de influência do regime

³⁰ As eleições de 2018 na Venezuela se colocam como um evento bastante contestado. Por um lado, a taxa de abstenção chegou aos 54%, segundo o Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela, com a oposição questionando veementemente o processo eleitoral e não reconhecendo os resultados. Ademais, a falta de reconhecimento internacional à nova legislatura de Nicolás Maduro também se coloca como mais um ponto de contestação. Entretanto, o fato é que, à despeito das pressões políticas, o presidente, com o apoio da Assembleia Constituinte, foi empossado e, atualmente, exerce o cargo que lhe foi outorgado.

soviético. Já em 1956, uma revolução anticomunista³¹ varreu o país, decorrente do aumento da pobreza e da escassez de alimentos, após a adoção do modelo soviético de economia planejada a partir de 1948 (BENCZES, 2016). Tal revolução, ainda que duramente reprimida pelas tropas soviéticas, foi capaz não só de alterar a liderança socialista do país, mas, também, representou o “nascimento e a consolidação de uma nova mentalidade pragmática pró-status quo” (BENCZES, 2016, p.4), que acabou por afrouxar o rigor do regime socialista, que passou a primar pelo bem-estar da população em contrapartida à estabilização política (RAJCSÁNYI, 2018). Esse momento recebeu o nome de “comunismo goulash” (KORNAL, 1996; DEÁK, 2014; BENCZES, 2016; RAJCSÁNYI, 2018).

A ameaça potencial de uma replicação (e sucesso potencial) de outro levante sangrento ensinou aos comunistas húngaros uma lição: atender às necessidades materiais do povo a qualquer custo foi o preço que o partido teve de pagar para manter sua hegemonia política e para adquirir a lealdade dos cidadãos (BENCZES, 2016, p. 4).

Nesse sentido, nos anos posteriores à revolução, buscou-se reformar a economia do país de modo que as medidas adotadas possibilitassem a elevação do padrão de vida da sociedade e, assim, a consolidação do modelo socialista de Estado. No bojo do que ficou conhecido por Novo Mecanismo Econômico (NME), buscou-se adotar uma espécie de socialismo de mercado orientado para o consumo, com a abolição do planejamento central obrigatório (que não foi de fato abolido, mas confinado ao planejamento macroeconômico), um amplo processo de desregulamentação das empresas estatais e maior liberdade às mesmas em relação à determinação dos salários e às suas relações econômicas externas (BENCZES, 2016; FABRY, 2019).

De fato, o padrão de vida das famílias aumentou, mas não sem consequências. À medida que o NME intensificava as transações comerciais e financeiras húngaras com o Ocidente, o país tornava-se, pouco a pouco, dependente dos mercados de exportação de economias ocidentais, assim como de bens importados e capital estrangeiro para financiar o consumo corrente. As duas crises do petróleo na década de 1970 e a persistência das elites locais em manter o bem-estar material dos cidadãos como forma de garantia da estabilidade política do regime, via financiamento

³¹ Para uma análise mais detalhada acerca dos acontecimentos da Revolução Húngara de 1956, ver Paul Lendvai (2008) e Alexander Mesarovich (2017).

do consumo, acabou por significar um aumento expressivo do endividamento externo (BENCZES, 2016), alcançando 50% do PIB já em 1975 e oscilando na faixa de 60% a 72% do PIB de 1979 em diante (MNB, 2018).

No final dos anos de 1970, foi lançado um novo ciclo de reformas de mercado que possibilitou o surgimento de empresas e serviços privados no país (KORNAI, 1997; FABRY, 2019). O retorno da agenda de reformas acabou por encorajar o ressurgimento de atores e instituições favoráveis à reestruturação econômica e política do país. Nesse sentido, tal cenário fez emergir na Hungria uma “aliança profana’ de forças pró-mercado” (FABRY, 2019, p. 50), composta por membros reformistas do Partido Socialista Húngaro (MSZP) – insatisfeitos com o declínio político e econômico do país –, por intelectuais reformistas locais e instituições financeiras internacionais, além da oposição democrática nascente (FABRY, 2019).

Em meados da década de 1980, havia prevalecido uma visão consensual entre esses grupos de que a solução para o mal-estar econômico da Hungria era abrir a economia às exigências do mercado mundial, ao mesmo tempo em que buscava reconfigurar o papel do Estado na economia, ao longo das linhas neoliberais (FABRY, 2019, p. 50-51)

É digno de nota, entretanto, que ainda que o país tenha feito expressivas reformas de mercado nesse momento, o comprometimento com o bem-estar material e a manutenção do padrão de vida da população seguia no topo da agenda política estatal. Dessa forma, para salvaguardar os inevitáveis perdedores das reformas de mercado, o governo se engajou em generosas compensações sociais. Nesse sentido, à medida que a liberalização fazia com que a renda do trabalho diminuísse, o tamanho da quantia dispensada ao pagamento de previdência social aumentava, ou pelo menos se mantinha estável (KORNAI, 1997; HARE; RÉVÉSZ, 2002)³².

De todo esse histórico, para que consigamos compreender a transição pós-socialista na Hungria e a posterior virada populista, é importante que façamos algumas observações. Primeiro, é necessário que tenhamos em mente a importância político-econômica colocada ao aumento e manutenção do bem-estar material da população durante os anos do comunismo goulash, e que se estendeu ao menos durante os primeiros anos da transição. Como nos mostra Kornai (1997, p. 174), “um estado de

³² Enquanto a renda do trabalho caiu de 80,4% em 1960 para 65,6% em 1985, a renda derivada de algum tipo de previdência social aumentou de 18,4% em 1960 para 34% em 1985 (KORNAI, 1996).

bem-estar social paternalista cobrindo toda a população foi desenvolvido ao longo de várias décadas”.

A relevância disso se demonstra tanto nas expectativas da população húngara quanto na sua reação ao que se refere a contrações em seu padrão de vida. Isto é, quando da dissolução da URSS em 1989, “as expectativas da transição eram mais econômicas do que políticas. As pessoas queriam bem-estar muito mais do que liberdade” (DEÁK, 2014, p. 149). Ademais, no que se refere à reação da população quanto à deterioração de seu padrão de vida, o que podemos observar é que as pessoas passaram a reagir muito mais individualmente do que coletivamente (DEÁK, 2014), o que se demonstrou na quase ausência de greves ou manifestações de ruas durante os anos do comunismo goulash e nos primeiros anos de transição, a despeito da piora dos indicadores econômicos (KORNAI, 1997).

Em segundo lugar, é importante que nos atentemos à gradualidade do processo de transição húngaro. Como já destacado, quando do fim da URSS, a liberalização econômica e o processo de privatização já estavam em curso na Hungria. Assim, diferentemente de outros países dentro da zona de influência soviética, quando da transição “formal” em 1989/1991, as ideias neoliberais foram bem recepcionadas tanto pelos líderes reformistas do partido socialista quanto pela oposição liberal democrática (FABRY, 2019). No que concerne à mudança do sistema político húngaro, este se deu a partir de um longo processo de negociação entre a elite socialista e a oposição antes reprimida. As elites políticas foram capazes de chegar a um acordo no que diz respeito à adoção de eleições livres e à elaboração de uma nova constituição (KORNAI, 1997) que, na realidade não aconteceu até a eleição de Órban em 2010.

A nova república foi declarada em 23 de outubro de 1989, no aniversário da revolução de 1956, e as primeiras eleições parlamentares foram marcadas para março do ano seguinte. Nesse primeiro momento, os partidos que conseguiram chegar ao Parlamento podem ser divididos em três diferentes grupos: os socialistas, com o Partido Socialista Húngaro (MSZP) (3,55% dos votos), os liberais, com o partido Aliança dos Jovens Democratas (Fidesz) (8,95% dos votos) e o partido Aliança dos Democratas Livres (SZDSZ) (21,40% dos votos), e os conservadores e/ou democratas-cristãos, com os partidos Fórum Democrático Húngaro (MDF) (24,76%), o Partido dos Pequenos Produtores Independentes (FKgP) (11,74%) e o Partido Popular Democrata Cristão (KDNP) (6,46%) (NDS, 2021). Uma coligação composta

pelos partidos conservadores formou o primeiro governo pós-socialista, tendo o MDF emergido como o maior partido, garantindo ao seu líder, Jozsef Antall, o posto de primeiro-ministro do país.

O governo Antall aprofundou e introduziu novas medidas de reforma econômica, na tentativa de reconfigurar a economia húngara à era neoliberal. No bojo do Consenso de Washington e amplamente apoiado por economistas neoliberais, Instituições Financeiras Internacionais³³ e governos ocidentais, foi instaurado um amplo processo de privatização voltado para o exterior calcado na ideia de que a criação e o fortalecimento da burguesia doméstica apoiadora dos valores democráticos liberais seria a consequência política prática (e ideal) da transição para uma economia de livre mercado exitosa (FABRY, 2019). É de se notar que tal processo não se deu sem contestação.

Apenas quatro meses após as primeiras eleições livres, numa reação contra o aumento de 65% no preço da gasolina, motoristas de táxi e de caminhão bloquearam estradas e pontes em Budapeste, sinalizando ao novo governo que “as pessoas não tolerariam qualquer declínio substancial em seus padrões de vida” (BENCZES, 2014, p. 7). Nessa via, ainda que o processo de privatização tenha se realizado a passos largos nos anos seguintes, o governo tentava amortecer os efeitos negativos da transição – aumento do desemprego, diminuição da renda do trabalhador, concentração de empresas de setores essenciais nas mãos de investidores externos, por exemplo, por meio de políticas sociais (KORNAI, 1996; BENCZES, 2014) que, embora tenham diminuído em comparação com os anos do comunismo goulash, seguiram em patamares maiores que nos demais países do Leste Europeu (ÁDÁM, 2020)³⁴.

A coalizão conservadora buscou, sem sucesso, resgatar a popularidade perdida ao impor restrições à aquisição de empresas por estrangeiros em setores econômicos essenciais no início de 1993 – como energia, telecomunicações e bancos –, ao mesmo tempo em que tentou promover a recentralização desses setores nas

³³ O FMI, por exemplo, concedeu à Hungria, já em 1991, um acordo *stand-by* de US\$ 200 milhões para apoiar a reestruturação empresarial do país (NAGY, 2003; FABRY, 2019)

³⁴ “Devido à mudança e à recessão da transformação, mais de um milhão de empregos desapareceram em um país onde a população total era apenas ligeiramente superior a 10 milhões. O governo, portanto, ampliou o círculo de direitos sociais, tais como pensões familiares, licenças por doença, aposentadoria antecipada, etc., e introduziu novos, tais como o seguro-desemprego. Enquanto o número de pensionistas e outros beneficiários era de apenas 2,02 milhões uma década antes da mudança, chegou a 3 milhões em 1995, ou seja, aumentou em 50% (!) em 15 anos” (BENCZES, 2016, p. 7).

mãos de cidadãos húngaros, via empréstimos subsidiados pelo Estado (ANDOR, 2000; DRAHOKOUPIL, 2009). Tal conduta econômico-nacionalista (ÁDÁM, 2020), contudo, não foi capaz de reverter o cenário político e, nas eleições de 1994, a coligação liderada pelo MDF sofreu uma derrota significativa.

Com cerca de 33% dos votos, o MSZP foi capaz de garantir a maioria dos assentos no Parlamento, 209 dos 386 assentos, e acabou por formar uma coligação improvável com o partido liberal SZDSZ, que recebeu 19,8% dos votos, (70 assentos). Enquanto isso, o MDF alcançou apenas 11,8% dos votos (NSD, 2021; RADY, 1994). Em grande medida, a vitória do partido socialista é explicada pela sensação de pesar e descontentamento social advinda das medidas neoliberais adotadas desde a transição (RADY, 1994; GEDEON, 2004; FABRY, 2019).

A nostalgia pela segurança social do período comunista impulsionou o apelo do MSZP. De acordo com uma pesquisa de opinião realizada no início de 1994, o fator mais importante por trás do apoio ao MSZP era a crença de que "as coisas eram melhores nos velhos tempos, quando havia empregos e uma existência segura" (RADY, 1994, p. 69).

À despeito das promessas eleitorais sobre o aumento no padrão de vida da população húngara, os problemas financeiros do país aprofundavam-se paulatinamente, principalmente no que diz respeito ao grande endividamento interno e externo. pressões internacionais por uma reforma econômica em moldes, de fato, neoliberais se tornavam cada vez mais latentes (GEDEON, 2004; BENCZES, 2016; FABRY, 2019). Nessa esteira, já em 12 de março de 1995, o governo liberal-socialista lançou um programa de estabilização e austeridade conhecido como Pacote Bokros³⁵.

Composto de três componentes principais, o referido programa seguiu com a desvalorização da moeda húngara, o forint, e a adoção de uma sobretaxa para produtos importados. Além disso, houve uma redução substancial das despesas orçamentárias, tais como despesas com previdência e direitos sociais, e despesas com pessoal na esfera pública. Como terceiro elemento principal, buscou-se reduzir salários e renda, inclusive estabelecendo limites no que concernia às rendas pessoais advindas do setor público e a aumentos salariais em empresas estatais. Esperava-se que tal redução restringiria, também, os aumentos salariais no setor privado (KORNAI, 1997). Além disso, a privatização orientada para o exterior foi restaurada pelo então

³⁵ O programa foi assim apelidado numa alusão ao nome do então Ministro das Finanças húngaro, Lajos Bokros.

governo, na tentativa de incentivar o crescimento econômico via exportações e reduzir a dívida externa do país (GEDEON, 2004; FABRY, 2019).

As medidas adotadas sofreram reações tanto da oposição parlamentar, que se colocou veementemente contra o Pacote Bokros (KORNAI, 1997), quanto da oposição pública, o que

ocasionou alguns dos maiores protestos desde a mudança de regime e, também, levou a uma crise interna dentro do MSZP; antes do final de 1995, quatro ministros socialistas renunciaram em protesto ao pacote. No entanto, a coligação liberal-socialista manteve-se firme e, ecoando a famosa máxima de Thatcher “Não há alternativa”, e argumentou que, embora as medidas de austeridade fossem dolorosas e impopulares, não havia espaço para compromissos (FABRY, 2019, p. 79).

É importante ressaltar que o Pacote Bokros, e a reação ao mesmo, acabou por, curiosamente, inverter os papéis políticos na Hungria. Se, por um lado, o MSZP venceu as eleições justamente sob uma plataforma de melhora nos padrões de vida da população, por outro, lançou mão de um amplo pacote de austeridade em moldes neoliberais. Enquanto isso, a oposição centro-direita ascendeu e ganhou popularidade a partir do rechaço ao pacote e da defesa de uma política social-democrata visando o bem-estar social e as demandas salariais do funcionalismo público húngaro (KORNAI, 1996).

A partir de 1997, a economia viu uma melhora de seus indicadores. O volume de exportações que era de 2.287.229 HUF em 1995, chegou a 4.232.233 HUF em 1997 e o PIB cresceu de 5.836.483 HUF em 1995 para 8.834.560 HUF em 1997. Ademais, a taxa de desemprego, que era de 10,2% em 1995, caiu para 8,7% em 1997 (KSH, 2021). Entretanto, a melhora dos indicadores não foi suficiente para garantir a vitória à coligação liberal-socialista nas eleições de 1998, uma vez que “o aumento dos salários ainda ficou aquém da taxa de crescimento econômico e um grande número de eleitores não percebeu um aumento em seu próprio bem-estar” (GEDEON, 2004, p. 98).

Recorrendo, mais uma vez, ao voto de protesto (GEDEON, 2004), a rejeição aos dois maiores partidos mais à esquerda da Hungria acabou por abrir espaço político para a oposição à direita (PALONEN, 2018). Nesse sentido, a coalização formada pelo Fidesz (28,18% dos votos), FKgP (13,78% dos votos) e o MDF (3,12% dos votos) foi capaz de obter a maioria dos votos nas eleições parlamentares de 1998. A coligação liberal-socialista, por sua vez, perdeu por uma pequena margem, com o

MSZP tendo logrado 32,25% dos votos, enquanto o SZDSZ ficou com 7,88% dos votos (NSD, 2021).

Com a maior porcentagem de votos na coligação vencedora, o Fidesz nomeou Viktor Órban, seu líder, como primeiro-ministro da Hungria. Antes, contudo, de nos atermos às nuances de seu governo, cabe uma digressão para elucidar o desenvolvimento do Fidesz, desde a sua criação como partido iminentemente liberal, ainda no final do regime comunista do país, até a sua caminhada à direita nacionalista.

O partido Aliança dos Jovens Democratas (Fidesz) foi fundado em 1988 como um partido anticomunista e liberal por 37 estudantes, em sua maioria de Direito, que, além de hábeis e bem preparados, atacavam com frequência o sistema monolítico do regime socialista. Viktor Órban, um dos fundadores do partido, tornou-se figura proeminente do mesmo muito devido a um discurso proferido já em 1989, em razão da morte do então líder comunista János Kádár e do reenterro do primeiro-ministro revolucionário de 1956, Imre Nagy, condenado à morte por Kádár. Além de denunciar as elites socialistas e exigir eleições livres, ainda instou que as tropas soviéticas abandonassem o território da Hungria (LOMAX, 1999; RAJCSÁNYI, 2018).

Em seu início, o Fidesz era uma composição de grupos autônomos que, por meio da democracia direta, operavam sob uma liderança coletiva. Como um partido político composto por jovens e para jovens, o limite máximo de idade para ingresso era de 35 anos. O partido buscava passar a imagem de “liberal, radical e alternativo, crítico da autoridade e da tradição” (LOMAX, 1999, p. 113), ainda que esta não fosse a imagem desejada por Órban (LOMAX, 1999). O fato é que, já nas primeiras eleições livres, o partido conseguiu chegar ao Parlamento com 8,95% dos votos, conseguindo 22 cadeiras (NSD, 2021).

Entre 1992 e 1993, as pesquisas eleitorais apontavam a liderança do partido, com apoio consistente de 30% ou mais dos votos (LOMAX, 1999). No bojo de tal popularidade, durante o quinto congresso do Fidesz em 1993, como era desejado por Órban, foi adotado um novo estatuto que, além de abolir a idade máxima para ingresso, estabeleceu uma estrutura hierárquica centralizada em detrimento da liderança coletiva de outrora. Ademais, o congresso também representou uma mudança de atitude em relação à imagem alternativa e radical anterior para a adoção de ideias mais conservadoras e nacionalistas, agora sob a liderança de Viktor Órban, eleito nessa ocasião líder do partido (LOMAX, 1999).

A vitória dos socialistas nas eleições de 1994 e a coligação com os liberais do SZDSZ também contribuiu para a virada ao espectro conservador do Fidesz, não só pelo viés historicamente anticomunista do partido mas, igualmente, devido aos maus logros da coligação que acabaram abrindo um espaço político mais à direita no país (RAJCSÁNYI, 2018). Além disso, com o novo estatuto do partido, novos atores se filiaram ao Fidesz, “incluindo muitos conservadores moderados do interior da Hungria e outros políticos urbanos conservadores de direita, intelectuais e personalidades que encontraram um novo lar após a derrota devastadora do primeiro governo conservador em 1994” (RAJCSÁNYI, 2018, p. 127-128).

Portanto, foi com essa formação que Viktor Órban, com apenas 35 anos, assumiu em 1998 o cargo de primeiro-ministro, com a promessa de rápido crescimento econômico, que seria pautado no fortalecimento das empresas nacionais, e no aumento do bem-estar dos cidadãos (GEDEON, 2004). No surgir do novo milênio, a Hungria experimentava taxas robustas de crescimento econômico, alcançando 5,2% em 2000, puxado pelo grande ingresso de investimento externo direto³⁶, o que significou a diminuição do desemprego, que chegou a 5,8% em 2001 (KSH, 2021), e uma recuperação significativa nas contas externas (BENCZES, 2016).

A melhora dos indicadores econômicos, e a corrida pela próxima eleição, levou a coligação de direita a abolir as medidas do Pacote Bokros que versavam sobre os benefícios sociais. O governo não só restabeleceu direitos, “independentemente da renda ou do status de riqueza dos indivíduos” (BENCZES, 2016, p. 10), como, também, “dobrou o salário-mínimo e introduziu um esquema de empréstimos para pequenas e médias empresas nacionais com crédito subsidiado” (GEDEON, 2004, p. 98). Às vésperas da eleição de 2002, e à despeito do aumento substancial nos gastos públicos, o Fidesz e a coligação liberal-socialista disputavam os votos populares com uma retórica de extensas promessas econômicas e de aumento do bem-estar da população (GEDEON, 2004; BENCZES, 2016).

Por uma margem apertadíssima, a coligação liberal-socialista venceu as eleições com o MSZP saindo como maior partido, tendo obtido 42,05% dos votos (o SZDSZ obteve 5,57% dos votos), enquanto a coligação Fidesz-MDF obteve 41,07% (NSD, 2021). O novo governo liberal-socialista buscou se distanciar do legado do

³⁶ Conforme mostra Adam Fabry (2019, p. 82), “entre 1990 e 2004, quase um terço (31%) de todos os fluxos de IED na região (referindo-se à CEE) foram para a Hungria”.

pacote de austeridade e adotou uma série de medidas, insustentáveis do ponto de vista orçamentário, visando o bem-estar da população (BENCZES, 2016).

Sob o lema “transição de bem-estar” (DEÁK, 2014; BENCZES, 2016), o novo governo liberal-socialista aumentou os salários reais em cerca de 22% entre 2002 e 2003, elevou os benefícios sociais e os subsídios habitacionais, além de introduzir o 13º salário (DEÁK, 2014; BENCZES, 2016). Ademais, de mãos dadas com o aumento do IED e dos fluxos de capitais no país, bancos de países ocidentais se instalaram e passaram a conceder empréstimos denominados em moeda estrangeira, incluindo empréstimos imobiliários, pessoais e para pequenas empresas, o que também acabou por permitir a grupos mais pobres e de classe média a compensarem possíveis perdas de bem-estar. Ao mesmo tempo, o governo transferia o peso da dívida pública para os indivíduos (FABRY, 2019), e a balança de pagamentos e o orçamento do Estado produziam enormes déficits (GEDEON, 2004).

A necessidade de reformas se tornava cada vez mais latente, não só pelo equilíbrio das contas públicas em si, mas, também, devido à campanha pela adesão à União Europeia, que, embora tenha iniciado ainda em 1994 com o pedido húngaro, só se concretizou no ano de 2004, após um plebiscito em 2003, e o aceite de regras do Pacto de Estabilidade do bloco, que limitavam o déficit orçamentário a 3% para garantir o influxo de fundos da UE (BENCZES, 2016). É necessário salientar que o processo de adesão da Hungria ao bloco europeu, apesar das diferenças políticas, econômicas e culturais entre os partidos políticos do país, era uma questão comum não só entre os mesmos, mas, também, entre organizações sindicais e empresariais e para a mídia nacional, tanto é que o “sim” pela adesão obteve maioria esmagadora no plebiscito realizado em 2003, com 84% dos votos (FOWLER, 2003).

Embora uma ampla campanha tenha sido feita pelo Ministério das Relações Exteriores da Hungria, os principais partidos políticos, incluindo o MSZP, o SZDSZ, o Fidesz, o KDNP e o MDF, e a Fundação Pública de Comunicação da UE – financiada pelo gabinete do primeiro-ministro para viabilizar a campanha pelo “sim” – apenas 45% da população participou do plebiscito³⁷. Ademais, é de se notar que, embora o Fidesz tenha apoiado o “sim”, o partido tinha ressalvas sobre como o país poderia

³⁷ Com votação abaixo dos 50%, a adesão húngara à UE só foi possível devido a uma reforma na lei nacional do referendo em 1997, que diminuiu a porcentagem de validação de referendos nacionais de um mínimo de 50% para 25% + 1 de participação do eleitorado. É de se notar que a entrada no país na OTAN em 1999 também se deu após tal referendo, com cerca de 45% de participação da população (FOWLER, 2003; FABRI, 2019).

garantir uma “boa” adesão, sem que isso impactasse demasiadamente as taxas de emprego, salários, preços e pensões no país (FOWLER, 2003).

Sob o slogan “reforma sem austeridade” (BENCZES, 2016; FABRY, 2019), a coalizão liberal-socialista conseguiu mais uma vitória histórica (e apertada) nas eleições parlamentares de 2006. Enquanto o MSZP obteve 43,21% dos votos e o SZDSZ, 6,5%, o Fidesz amargou mais uma derrota, ficando com 42,03% (NSD, 2021). A popularidade do governo, contudo, despencou rapidamente. Primeiro, devido à inevitabilidade de reformas austeras, que foram de fato introduzidas seguindo as recomendações de Maastricht³⁸, além de reformas estruturais consideráveis na administração pública, sistema educacional, de saúde e de pensões (FABRY, 2019; SCHEIRING, 2020).

Segundo, porque, já em setembro de 2006, poucos meses após a eleição, houve o vazamento de um discurso feito pelo então primeiro-ministro socialista, Ferenc Gyurcsány, durante uma reunião fechada do partido, admitindo que mentiu propositalmente sobre a real situação econômica do país durante as eleições para garantir a vitória. O conteúdo gerou uma revolta generalizada da população, que se reuniu em violentos protestos, liderados pelo agora neoconservador nacionalista Fidesz e pelo partido populista de extrema direita Jobbik (BENCZES, 2016; FABRY, 2019).

Fizemos o que podíamos no mês passado. Fizemos tudo o que foi possível fazer em segredo nos meses anteriores, garantindo que os documentos sobre o que estávamos preparando não aparecessem nas últimas semanas da campanha eleitoral. (...) Não há muita escolha. Não há, porque erramos. Não um pouco, mas muito. Nenhum país da Europa fez algo tão estúpido quanto nós. Isso pode ser explicado. Obviamente, mentimos nos últimos 18 a 24 meses. Estava perfeitamente claro que o que estávamos dizendo não era verdade. (...) A providência divina, a abundância de dinheiro na economia mundial e centenas de truques, dos quais você não precisa estar ciente publicamente, nos ajudaram a sobreviver a isso. (...) Quase morri porque tive que fingir por 18 meses que estávamos governando. Em vez disso, mentimos de manhã, ao meio-dia e à noite (HUNGRIA via BBC, 2006).

O fato é que esses acontecimentos não só resultaram na perda de popularidade do partido socialista, que nesse momento era considerado um partido que representava as elites, os intelectuais, as minorias e os empresários, como, também,

³⁸ Maastricht faz referência à União Europeia, uma vez que o chamado Tratado de Maastricht foi o documento que criou a referida Organização. “De acordo com o Tratado, a União assenta em três pilares: as Comunidades Europeias (primeiro pilar) e duas áreas de cooperação adicionais (segundo e terceiro pilares): Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e Justiça e Assuntos Internos (JAI)” (PARLAMENTO EUROPEU, 2021, s/p).

fortaleceu a direita e a extrema direita do país, que tinham o Fidesz e o Jobbik como principais representantes (BENCZES, 2016; SCHEIRING, 2020). Além disso, às vésperas da quebra do banco Lehmann Brothers, que daria origem à crise de 2008, o Fidesz e o KDNP, liderando uma ampla campanha antirreforma, conseguiram iniciar um referendo nacional sobre a abolição de taxas em consultas médicas e internações, além da oposição às mensalidades do ensino superior húngaro, que não só foi exitoso como contou com maior participação popular que o referendo para a adesão à UE, com cerca de 51% de participação (LÁZLÓ et al., 2008)³⁹. No bojo da campanha, o Fidesz conseguiu atrair parte do eleitorado crítico ao mercado, além da própria classe trabalhadora, que aumentou o seu apoio ao partido ao longo de toda a década de 2000 (SCHEIRING, 2020).

A crise financeira de 2008 e a subsequente recessão mundial viriam a corroborar ainda mais a crise moral, econômica e social que se desenhava na Hungria. Primeiramente, devemos lembrar que, mesmo antes do fim do socialismo no país, e principalmente depois, os fluxos externos de capital e o volume de exportações eram a base da arrecadação do governo. A crise fez ruir esses dois alicerces. A priori, a desavalancagem global após o colapso do Lehmann Brothers em 2008 acabou por fazer com que os investidores apostassem suas fichas em portos seguros nas principais economias capitalistas, o que tornou o financiamento das dívidas soberanas especialmente difícil para as economias da periferia do sistema capitalista (FABRY, 2019).

Além disso, a recessão global advinda da crise acabou por frear a demanda por exportações que, por conseguinte, trouxe quedas, também, na produção, no comércio e no emprego (FABRY, 2019). Nesse cenário, o governo liberal-socialista acabou por solicitar oficialmente ajuda externa já no final de 2008, que não vieram sem condicionalidades. Em contrapartida ao empréstimo solicitado de 20 bilhões de euros, o FMI e a UE solicitavam que o país reduzisse os gastos públicos de maneira substancial, visando a redução do déficit público, além da manutenção da liquidez no setor bancário (FMI, 2008; BENCZES, 2016).

O fato é que, já no final de 2009, a Hungria apresentava uma retração de 6,6% do PIB, de 14,4% do volume de exportações, uma diminuição de 17,7% da produção

³⁹ Cerca de 84,4% das pessoas votaram contra as taxas hospitalares diárias, enquanto 82,2% votaram pela abolição de taxa no ensino superior e 82,4% votaram pela reversão das taxas aplicadas em consultas médicas (LÁZLÓ et al., 2008).

industrial e uma taxa de 10% de desemprego (EUROSTAT, 2018). Ademais, com a desvalorização massiva do forint, os empréstimos familiares, habitacionais e para pequenas empresas dotados em moeda estrangeira, concedidos no bojo da expansão de bancos ocidentais no país, acabaram por fazer com que muitas pessoas tivessem que devolver seus bens ou enfrentar um aumento expressivo no pagamento de hipotecas (BRYANT, 2010).

A principal reação do governo foi adotar medidas de austeridade (e altamente impopulares) que incluíram congelamento de salários, cortes em gastos com bem-estar, aumento de impostos, além da adoção de uma lei de responsabilidade fiscal, no intuito de recuperar a confiança dos mercados globais e reduzir o déficit e a dívida pública (BENCZES, 2016; FABRY, 2019). As reformas, os escândalos de corrupção em torno da coalizão liberal-socialista, a renúncia do primeiro-ministro Gyurcsány em 2009, além das crescentes tensões sociais e políticas, só fizeram aumentar desconfiança e a impopularidade do governo, que se mostrava cada vez menos capaz de sobreviver às eleições gerais de 2010.

Ainda que as reformas de austeridade adotadas tenham conseguido reduzir o déficit orçamentário nos anos que se seguiram, “elas tiveram um alto custo social e alimentaram a ira pública e a desilusão com o capitalismo neoliberal e as instituições democráticas liberais” (FABRY, 2019, p. 115). Uma pesquisa realizada pelo Centro de pesquisa *Pew Research* em 2009 mostrou que, entre os húngaros, existia uma grande frustração com o estado da democracia no país, com 77% dos húngaros que responderam à pesquisa estando insatisfeitos com a forma com que a democracia funcionava, 91% alegando que o país estaria no caminho errado, 94% vendo com maus olhos a maneira como a economia se encontrava e com apenas 38% crendo que o voto lhes dava voz na política (PEW RESEARCH CENTER, 2009).

Ademais, no que concerne às opiniões dos húngaros sobre a transição para o capitalismo e para a democracia, as taxas de aprovação pela mudança do regime caíram 34% entre 1991 (em que a taxa de aprovação foi de 80%) e 2009 (em que a taxa de aprovação foi 46%) no que concerne ao capitalismo e 18% no que concerne à democracia (que tinha taxa de aprovação de 74% em 1991 e caiu para 56% em 2009) (PEW RESEARCH CENTER, 2009).

Nesse contexto, as eleições parlamentares de 2010 representaram um ponto paradigmático na história da Hungria, não só por inaugurar o que chamamos aqui de Órbanoísmo, mas, também, porque ela representa a virada populista do país. É

relevante salientar, neste momento, que o Fidesz, após amargar duas derrotas, em 2002 e em 2006, foi reorganizado por Viktor Órban como um movimento nacional. Em 2003, o nome do partido foi alterado para Aliança Cívica Húngara (RAJCSÁNYI, 2018). Além da mudança de nome e da assunção de características cada vez mais nacional-conservadoras – com ênfase para questões mais identitárias como religião, nacionalismo e anti-comunismo (DEÁK, 2014) – o partido, progressivamente mais personalizado na figura de seu líder, passou a assumir uma retórica populista que alegava ilegitimidade em relação aos governos liberal-socialistas, ao mesmo tempo em que tomava para si o papel de líder de uma revolução em favor do povo húngaro (RUPNIK, 2012; DEÁK, 2014; RAJCSÁNYI, 2018; FABRY, 2019).

Conforme salienta Rupnik (2012, p. 135), “como quis o destino, outubro de 2006 marcou o 50º ano da Revolução Húngara. O Fidesz levantou o apelo para ‘retomar a revolução’ contra os rebatizados ‘comunistas’ que então dirigiam o governo”. Nesse sentido, Órban passou a articular seu discurso de crise em linhas antielitistas, nomeando e rearticulando um “outro” político mau, corrupto, deslegitimado e opressor, na tentativa de gerar identificação política através do reconhecimento de um “nós”, representado pela figura do “povo” húngaro, oferecendo uma fantasia de salvação (PALONEN, 2018).

Em ocasião das eleições, a direita do país foi inquestionavelmente a vencedora. Enquanto a coligação Fidesz-KDNP garantiu 67,88% das cadeiras do parlamento (262 assentos), com ampla maioria de dois terços, o partido da extrema-direita Jobbik garantiu 12,8% (47). Enquanto isso, o MSZP, com 15,28%, garantiu apenas 59 cadeiras (NATIONAL ELECTION OFFICE, 2010). A partir daí, Órban reorganizou o país no que foi chamado de Sistema de Cooperação Nacional, que em sua declaração – aceita pelo Parlamento húngaro e que teve seu texto integrado ao da nova Constituição aprovada já em 2011 – foi colocado como um “novo contrato social criado pela unidade nacional revolucionária em seu poder, que expressa a vontade comum da nação húngara” (HUNGRIA, 2010, p. 15).

O novo sistema – construído desde 2010 e que tem continuidade no país até hoje – tem como principais fundamentos:

- (1) Um forte governo central que tiraria o país da crise política, social e econômica anterior a 2010. (...)
- (2) Uma política governamental que visa fortalecer a soberania nacional (...).
- (3) Um Estado forte e ativo que generosamente apoia a classe média (...).

- (4) Políticas orçamentárias, fiscais e monetárias rígidas, mas sustentáveis e equilibradas (...).
- (5) Outras políticas econômicas heterodoxas que diferem do consenso neoliberal, atendendo aos objetivos claros de estabilidade e soberania. (...)
- (6) Políticas patrióticas baseadas nos interesses húngaros, na proteção das minorias húngaras que vivem em países vizinhos e no cultivo do orgulho histórico (RAJCSÁNYI, 2018, p. 130).

É preciso ressaltar que a Declaração de Cooperação Nacional não estabeleceu um quadro ideológico engessado, mas apelava para uma forma de governo não tecnocrática e política que se baseasse em uma espécie de democracia popular com um partido dominante sob a liderança do primeiro-ministro. Nesse sentido, o documento fornece referências muito maleáveis, capazes de explicar um projeto político de longo prazo (DEÁK, 2014; ENYEDI, 2015). O fato é que no arcabouço do novo Sistema de Cooperação Nacional e com maioria de dois terços no parlamento, os anos seguintes representaram uma mudança sem precedentes no quadro jurídico-institucional da Hungria – até o início de 2012, o Parlamento aceitou 365 novas leis, uma nova Constituição e todas as 25 leis constitucionais (DEÁK, 2014).

Entre as mudanças substanciais realizados nos âmbitos político, econômico e social, podemos citar a adoção de uma nova lei para o setor midiático, a limitação da jurisdição do Tribunal Constitucional, a adoção de novos regulamentos sobre greves, referendos e sindicatos, a modificação de diversas leis, o reconhecimento dos direitos nacionais e políticos de húngaros que vivem fora das fronteiras do país, a adoção de uma taxa extra sobre bancos e prestadores de serviços estrangeiros e a nacionalização dos fundos de pensões privados. Ademais, a nova Lei Fundamental foi inscrita sob uma nova visão de mundo, baseada na democracia-cristã e no modelo de família tradicional. No bojo de todas essas transformações, é preciso que nos atentemos à maneira pela qual, ainda que sob contornos centralizadores, nacionalistas, autoritários e populistas, Órban não só foi capaz de utilizar-se dos instrumentos da democracia húngara para consolidar seu regime, afirmando-se sobre o viés da legalidade, como conseguiu reeleger-se em 2014 e em 2018.

Nesse ponto, portanto, compreender as nuances do populismo nas atitudes e na retórica de Órban nos fornece uma boa explicação de como um país como a Hungria foi de *Poster Boy* da transição capitalista à uma democracia iliberal em apenas 30 anos. Como podemos observar ao longo do presente subcapítulo (e dos demais, igualmente), as variáveis sistêmicas aqui discutidas – globalização, neoliberalismo e democracia representativa – não só geraram consequências

particulares no cenário húngaro como, também, foram constantemente inseridas na retórica populista que levou Órban ao poder.

Como salienta Palonen (2018, p. 4), seguindo o conceito de populismo de Laclau, “o populismo tem uma forma particular: uma dicotomia, um ponto de esvaziamento de identificação e afeto, o que gera uma nova forma de sujeito coletivo ou consolida uma antiga”. Nesse sentido, o Fidesz, sob a liderança de Órban, conseguiu tomar para si a construção narrativa da Hungria pós-2010 e moldar as noções de “povo” e “nação” a partir dos seus próprios significantes, ao mesmo tempo em que conseguiu manter uma narrativa de crise que viabilizasse a lógica populista de dicotomização da sociedade entre o “povo” e um “outro” político. Portanto, podemos dizer que, no caso da Hungria, a lógica populista dicotômica acabou por gerar um antagonismo constitutivo, ou seja, a reivindicação de Órban por poder foi justificada na ilegitimidade do “outro” (PALONEN, 2009).

Em 2010, a retórica populista de Órban, ao instrumentalizar a narrativa de crise econômica, política e social na qual o país se encontrava, na qual as demandas da população não estavam sendo atendidas, identificou os comunistas, a elite que negociou a transição, como seu grande inimigo e, colocando-se como o salvaguarda do “povo” húngaro, buscou reescrever o passado nacional. De maneira semelhante, na ocasião das eleições de 2014, a retórica populista de Órban, ao instrumentalizar uma narrativa de crise pautada na falta legitimidade do sistema liberal implantado desde a transição, identificou o liberalismo, os europeus, os intelectuais ocidentais, as ONGs e os liberais húngaros como os seus inimigos (PALONEN, 2018).

Nessa perspectiva, o discurso proferido em 2014, no qual afirmou a construção de uma democracia iliberal na Hungria é a consolidação dessa lógica. Embora extensamente utilizada nos discursos e na retórica de Órban, o conceito de democracia iliberal, em suas próprias palavras “não pode ser convertido em lei, estamos falando de um ponto de partida intelectual” (HUNGRIA, 2014, sp). Sendo assim, o iliberalismo na Hungria vai além das discussões políticas ou da legalidade. Transformou-se em uma forma de ideologia e construção discursiva (PAP, 2018) que não só distingue a democracia liberal adotada com a transição pós-socialista do seu próprio modelo de governo, como (re)constrói as noções de “nação” e “povo” húngaro de maneira antagonizada aos valores ocidentais, europeus e liberais (PALONEN, 2018).

Concordamos com Pap (2018) que vê a democracia iliberal e o iliberalismo de Orbán como uma

ferramenta para canalizar, definir e dominar o discurso político geral e fornecer uma estrutura discursiva para identificação política e possibilitar uma legislação ad hoc ideologicamente tendenciosa. (...) É a forma e o meio de construir e expressar a nova identidade (constitucional), que enfatiza o particularismo cultural e valores como fidelidade, fé e caridade em oposição aos valores universais de igualdade, direitos humanos e inclusão social. Isso cria narrativas históricas oficiais, mas desconsidera a autonomia individual e projeta uma concepção paternalista da sociedade na qual as preferências de valor não estão centradas na liberdade e na autonomia. A democracia iliberal de Orbán instrumentaliza uma forma especial de nacionalismo construída sobre a singularidade do "povo" húngaro (PAP, 2018, p. 60).

É preciso salientar que a narrativa construída por Orbán e seu partido não é a única e tão menos inquestionável no debate público da Hungria. É de se notar que, a partir de meados de 2014, o Fidesz perdeu boa parte do seu apoio eleitoral, muito devido a escândalos de corrupção e à tentativa do governo de impor um imposto sobre a internet, que gerou protestos em massa no país. Além disso, duas instituições de pesquisa húngaras, a Medián e a Nézőpont – empresa com estreitos laços com o governo – mostravam quedas importantes no apoio eleitoral ao Fidesz, o que se mostrou verdadeiro em algumas derrotas eleitorais sofridas pelo partido em eleições parciais para o Parlamento em 2014 e 2015 (BÍRÓ-NAGY, 2021).

Contudo, o enfraquecimento e a divisão da oposição socialista e liberal (DEÁK, 2014; PALONEN, 2018) e a instrumentalização constante desses atores como os inimigos do “povo” acabaram por corroborar para a permanência da lógica populista na Hungria. Assim, ao (re)produzir constantemente a fronteira antagônica da sociedade, Orbán consegue se colocar como o legítimo representante da “nação” e do “povo” húngaro. Nessa via, quando das eleições de 2018, objeto do presente trabalho, podemos perceber que a mesma estratégia foi utilizada pelo líder populista que, a partir de 2015, passou a utilizar-se da questão migratória, que era uma questão marginal na Hungria até esse momento, colocando os imigrantes, e quem quer que os “defendessem”, como o principal inimigo do “povo” húngaro (BÍRÓ-NAGY, 2021).

A construção e a (re)afirmação da narrativa antimigratória se tornou, assim, o assunto principal da agenda política húngara nos últimos três anos do mandato de Orbán e, também, da campanha eleitoral de 2018 (PALONEN, 2018; BÍRÓ-NAGY, 2021). Conforme veremos no terceiro capítulo, o governo de Orbán foi capaz não só de sustentar o sentimento de crise, como também, foi exitoso em instigar o medo em

seu eleitorado, elencando inimigos do “povo” húngaro – imigrantes, refugiados, ONGs, UE, George Soros – e, assim, manteve a dicotomização da sociedade necessária para a manutenção da lógica populista e conseguiu garantir seu terceiro mandato consecutivo como primeiro-ministro.

Dando seguimento, o próximo capítulo discutirá as principais conceitualizações sobre o populismo na atualidade, além de apontar aquela que norteará o presente trabalho. Ademais, faremos as devidas diferenciações sobre o que entendemos por populismo de esquerda e de direita. Por fim, identificaremos a relação entre populismo, Outricidade e (in)segurança ontológica de modo a compreender a maneira como a diferença é transformada em Outricidade pelos líderes populistas, a partir de uma narrativa de medo que acaba por ameaçar o senso de segurança ontológica do eleitorado.

3 POPULISMO, OUTRICIDADE E (IN)SEGURANÇA ONTOLÓGICA

3.1 Afinal, o que entendemos por populismo?

Esta sessão tem o intuito de explorar e discutir o que conhecemos por populismo. Por conseguinte, apresentaremos aquele conceito de populismo que, para o presente trabalho, melhor consegue explicar as nuances da lógica política populista e nos permite, assim, compreender a importância do antagonismo e, conseqüentemente, da Outricidade, na construção de uma estratégia populista. Por fim, demonstraremos as semelhanças e diferenças entre o que se entende por populismo de esquerda e de direita.

A origem do termo populismo remonta ao século XIX, com base nos movimentos políticos ocorridos nos dois lados do Atlântico – nos EUA, com o *People Party*, na Rússia, com o *narodniki* para descrever o movimento “ir ao povo”, e na França, com o caso do *Boulangism*⁴⁰. O terreno que unia esses três movimentos era a ideia de que o “povo”, majoritariamente rural naquele período histórico, poderia recuperar autoritariamente o poder de governo para reconstituir instituições ou retirar o poder de elites corruptas e egoístas. Havia um apelo ao “povo”, como virtuoso, obediente ou desfavorecido, e a crença de que a política democrática precisava ser conduzida de maneira diferente e mais próxima do povo (KALTWASSER et al., 2017). É importante salientar que, ainda que tenha nascido como um termo que descrevia forças progressistas, o termo populismo, como já vimos, atualmente, é utilizado para descrever lideranças nos dois espectros políticos, seja à esquerda ou à direita.

Já no século XX, o vocábulo populismo passou a ser utilizado para descrever lideranças latino-americanas, que, com as consequências da Crise de 1929⁴¹,

⁴⁰ O *People Party* foi um movimento do sul e do oeste dos EUA hostil ao estabelecimento de ferrovias e bancos e aos políticos de Washington. Era, também, uma terceira força contra o bipartidarismo republicano e democrata, considerados muito próximos e ligados a interesses pessoais (KALTWASSER et al., 2017). O movimento russo “ir ao povo” reuniu estudantes idealistas e revolucionários das cidades que tentavam instigar os camponeses a derrubar o regime czarista (VENTURI, 1960; WALIEKI, 1969). O *Boulangism* francês, por sua vez, diz respeito ao general Georges Boulanger, uma figura-chave na Terceira República francesa, que, além de defender os trabalhadores, com ideais nacionalistas ressurgentes, também fez campanha contra o regime parlamentar, ao tentar derrubá-lo para instaurar um republicanismo radical plebiscitário (PASSMORE, 2012)

⁴¹ A Crise de 1929 ocorreu em decorrência da superprodução das indústrias estadunidenses que, aos finais da década de 1920, com uma Europa que já não demandava tanto os produtos norte-americanos, acabou por obrigar com que as fábricas reduzissem, assim, suas produções. O investimento no mercado financeiro, então, apareceu como uma solução. Contudo, devido à incipiente fiscalização, a especulação tornou-se prática comum. Em decorrência de tais desdobramentos, em outubro de 1929

passaram a adotar discursos radicais e foram capazes de construir alianças heterogêneas de classe e mobilizar setores excluídos da população, a partir da reivindicação pela igualdade de direitos políticos e maior participação do “povo” (GERMANI, 1978). Os estudiosos do populismo latino-americano tendem a distinguir diferentes fases deste fenômeno e, geralmente, descrevem esse primeiro momento, entre as décadas de 1940 e 1950, como “populismo clássico” (DE LA TORRE; ARNISON 2013), com Getúlio Vargas (Brasil), Juan Domingo Perón (Argentina) e Lázaro Cárdenas (México) como seus principais expoentes. Entre as décadas de 1960 e 1980, os estudiosos latino-americanos passaram a tomar o populismo como categoria econômico-estruturalista, inspirados pelas teorias da dependência e da modernização, estabelecendo relações entre desenvolvimento tardio e políticas distributivas tidas como irresponsáveis (WEYLAND, 2001).

Na Europa, ainda que alguns autores tivessem utilizado o termo populismo para descrever lideranças fascistas (GRIFFIN, 1992; GENTILLE, 2006; EATWELL, 2017), muitos estudiosos concordam que o populismo esteve, quase que em totalidade, ausente da política europeia durante as primeiras décadas do pós-Segunda Guerra Mundial. Entre os poucos movimentos políticos ligados ao populismo nesse período, na Europa, podemos citar o *poujadisme*⁴², na França, nos anos de 1950. Já na década de 1960, o populismo começou a ser visto como uma importante força política na Europa, com o surgimento de partidos populistas de direita radical, em resposta às frustrações quanto às transformações na política e na sociedade europeias, como a integração e a imigração (KALTWASSER; MUDDE, 2017).

Nos anos de 1990, houve um grande crescimento no que concerne aos estudos sobre populismo, estes ainda precipuamente concentrados na América Latina, mais especificamente na América do Sul, e na Europa (KALTWASSER et al., 2017). Enquanto na América do Sul os estudos eram pautados a partir de uma nova onda de líderes populistas na região, entre eles, Alberto Fujimori (Peru), Collor Fernando de Mello (Brasil) e Carlos Menem (Argentina), agora não mais preocupados

houve a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, que acabou por desencadear o que ficou conhecido como a Grande Depressão, isto é, a economia estadunidense foi assolada por falências de grandes empresas e instituições financeiras, gerando desemprego e queda nos padrões de vida por todo o país. Tal crise, contudo, não se circunscreveu apenas no território norte-americano e se internacionalizou. A América Latina foi muito afetada devido ao fato de que as economias da região dependiam da exportação de produtos agrícolas para os EUA, que, com a crise acabou por ser fortemente afetada, sem que o mercado interno dos países pudesse absorver tamanha produção.

⁴² Para mais detalhes sobre o movimento do *poujadisme*, ver Bouclier (2006) e Touchard (1956).

necessariamente com reformas sociais, mas com a adoção de políticas neoliberais (WEYLAND, 2001), na Europa, a pesquisa sobre populismo dedicava-se ao avanço eleitoral e na persistência de partidos de direita radicais (IGNAZI, 1992), como, por exemplo, o *Front National* na França⁴³.

A literatura mais recente sobre populismo, que ampara a presente pesquisa, é inspirada por uma nova onda de líderes populistas, apresentada no capítulo anterior, na América Latina e na chegada de partidos e lideranças populistas de extrema direita ao poder em alguns países da Europa, assim como o aumento na produção de estudos sobre o avanço eleitoral de partidos e lideranças populistas mundo afora. Ademais, a partir dos anos 2000, o populismo passou a ser tratado mais como fenômeno global do que como casos isolados em perspectiva comparada (MUDDE, 2004; KRASDEV, 2007; DE LA TORRE, 2015)

No decorrer das últimas décadas, pelo menos cinco definições sobre populismo têm se destacado quando da análise da conjuntura atual, inspiradas por autores como Laclau (2005), Rancière (2006) e Žižek (2006): populismo como estratégia política (WEYLAND, 2001, 2017), como lógica política (LACLAU, 2005, 2013), como ideologia rasa (MUDDE, 2004; MUDDE; KALTWASSER, 2017), como estilo político (MOFFIT; TORMEY, 2014; MOFFIT, 2016) e como uma forma particular de relação política (OSTIGUY, 2017).

Sob uma abordagem político-estratégica, populismo é entendido como “uma estratégia política através da qual um líder personalista busca ou exerce o poder de governo com base no apoio direto, não mediado e não institucionalizado de um grande número de seguidores, em sua maioria desorganizados” (WEYLAND, 2017, p. 3). Nessa perspectiva, o populismo “concentra-se nos métodos e instrumentos de conquista e exercício de poder” (WEYLAND, 2001, p. 12), ou seja, é um conjunto de abordagens e mecanismos que visam estruturar as relações de participação política, construção de apoio e autoridade governamental (WEYLAND, 2017).

Segundo Weyland (2001, 2017), uma estratégia política possuiria dois elementos fundamentais: o tipo de ator político que busca e exerce poder, e a capacidade de poder primordial que esse ator utiliza para obter influência e sustentar sua autoridade. No que concerne à estratégia populista, a mesma giraria em torno de um político individual, apoiado em uma liderança personalista, e que se utilizaria dos

⁴³ O *Front National* é um partido de extrema-direita francês, fundado ainda em 1972, de visões nacionalistas e antiglobalistas.

números, seja em pesquisas de opinião, plebiscitos, eleições formais ou comícios, como principal capacidade de poder e respaldo político (WEYLAND, 2017).

Desse ponto de vista, o populismo é uma estratégia de obtenção e manutenção de poder político, eminentemente de cima para baixo, construída a partir de uma relação quase direta e não mediada entre o respectivo líder e seus seguidores, o “povo”. Uma vez que o “povo” é inerentemente vasto e heterogêneo, “ao invés de representar a multidão de interesses específicos de uma maneira pluralista, o populismo alega expressar a ‘vontade geral do povo’, como incorporada no líder” (WEYLAND, 2017, p. 15). Ademais, a ausência de uma conexão institucionalizada entre líder e seguidores⁴⁴ careceria de constante mobilização popular. “A melhor maneira de criar apoio em massa é enfrentar ameaças ao bem-estar popular e enfrentar ‘os inimigos do povo’; nada motiva mais as pessoas do que um sério desafio e o apelo de um líder corajoso para enfrentá-lo diretamente” (WEYLAND, 2017, p. 14). Assim,

o populismo não concebe a representação como um processo, mas como garantida via identidade, ou seja, a partir da identificação do líder com o povo e vice e versa. À medida em que o líder personifica a vontade do povo, o relacionamento entre líder e seguidores é visto como uma conexão pessoal. Essa profunda associação dá ao populismo a intensidade que proporciona a muitos seguidores um sentimento de pertencimento, o que falta à democracia liberal e pluralista, por confiar em mecanismos processuais “frios” (WEYLAND, 2017, p. 15)⁴⁵.

Nessa via, a retórica anti-elitista e maniqueísta se mostra um importante instrumento político dos líderes populistas, ainda que, diferentemente das abordagens ideacionais e discursivas, não forme, em si, o núcleo do populismo (WEYLAND, 2017). Além disso, Weyland (2017) vê no carisma um mecanismo relevante, uma espécie de cola que seria capaz de fornecer a intensidade na relação quase pessoal entre o líder e seguidores, tão necessária para a geração e o sustento da estratégia populista, ainda que este, segundo o autor, não seja um componente definitivo do populismo.

⁴⁴ Quando já eleitos, muitos líderes populistas, na tentativa de rotinizar seu carisma e solidificar suas massas, introduzem elementos de organização partidária ou clientelismo. “O relacionamento permanece populista desde que o partido tenha baixos níveis de institucionalização e deixe ao líder ampla latitude para moldar e dominar sua organização, enquanto se utiliza do clientelismo para demonstrar preocupação pessoal com seus seguidores e uma capacidade sobrenatural de solução de problemas” (WEYLAND, 2001, p. 70)

⁴⁵ É importante salientar que o conceito de democracia para Weyland é um conceito de democracia representativa, que não abriria muito espaço para a participação direta da sociedade na condução da vida política. Ademais, em seus artigos o autor não abre espaço para a contestação do modelo democrático liberal, apresentando-o como um fim em si mesmo, como algo inerentemente bom e desejável.

Ao longo dos anos, a abordagem político-estratégica evoluiu e foi aprofundada por outros autores na tentativa de incorporar “o papel da retórica ou dos apelos e, especificamente, sua relação com os esforços de mobilização. Os apelos em questão são geralmente caracterizados como ‘nós contra eles’, *anti-establishment* ou maniqueístas” (BARR, 2019, p. 47). Essa mudança de perspectiva na presente abordagem se torna de grande relevância para a compreensão do populismo contemporâneo, uma vez que

o poder político do populismo, junto com o seu potencial disruptivo, está, em última instância, enraizado em sua capacidade de casar os apelos discursivos antielitista e *anti-establishment* à mobilização política dos excluídos e alienados – isto é, para inspirar sujeitos populares a se mobilizarem, protestarem, fazerem greve, bloquearem, se organizarem e/ou votarem (ROBERTS, 2015, p. 142).

Embora reconheçamos que, para Weyland (2001, 2017), o conteúdo do apelo que o líder populista transmite aos seus seguidores não seja essencial para a estratégia populista, tendemos a concordar com outros autores que também utilizam a abordagem político-estratégica (DE LA TORRE, 2010; ROBERTS, 2015) de que o estilo desses apelos é sim de grande relevância para a compreensão do populismo. Os populistas se utilizam de certos meios pra mobilizar o apoio popular (BARR, 2019), o que torna possível o “apoio direto, não mediado e não institucionalizado de um grande número de seguidores na maioria desorganizados” (WEYLAND, 2017, p. 1).

A abordagem de Weyland, mesmo se fazendo a incorporação dos apelos, não é ausente de críticas. As duas principais dizem respeito ao superdimensionamento do líder e à natureza, de antemão, antidemocrática do populismo. Para seus críticos, e concordamos com eles, a ênfase demasiada ao líder e a presunção de que os seus seguidores não passam de uma massa desorganizada passível de ser manipulada por um político hábil e capaz, acaba por ignorar a possibilidade de existência de movimentos populistas de baixo para cima, como o *Ocuppy Wall Street*, assim como de movimentos populistas bem organizados por meio de redes informais ou dentro de estruturas partidárias, como é o caso do populismo na Europa Ocidental, que cresce no interior de partidos políticos formalmente constituídos e institucionalizados (KALTWASSER, 2014).

No que concerne à natureza antidemocrática do populismo, a crítica vem de encontro ao próprio conceito de democracia defendido por Weyland (2020), um

conceito de democracia liberal que toma a institucionalidade e a impessoalidade da lei como garantidores da liberdade individual e preventores do abuso de poder. Assim, se colocando como ameaça à tal sistema, líderes populistas personalistas desafiarão as instituições postas, ao tentarem desmontar seus freios e contrapesos, respaldados pela ampla admiração das massas (WEYLAND, 2020). Na visão crítica de Chantal Mouffe, “para entender o apelo do discurso populista (de direita), é necessário questionar os princípios racionalistas e individualistas que informam as principais tendências da teoria política democrática” (MOUFFE, 2005, p. 51). Ou seja, o próprio conteúdo do que se entende por democracia liberal atualmente, ao juntar os aspectos ideológicos do livre mercado e dos direitos humanos, acabou por praticamente apagar a referência à soberania popular, “espinha dorsal do ideal democrático” (MOUFFE, 2005, p. 52).

Nessa perspectiva, não faria sentido entender o fenômeno dos populismos como antidemocrático, de antemão, sem que o próprio conceito de democracia liberal em si possa, igualmente, ser questionado quanto à sua democraticidade. Nesse sentido, o déficit democrático que se manifesta atualmente no cerne das democracias liberais seria, “sem dúvida, uma consequência do fato de as pessoas sentirem que não há espaço real para o que seria uma participação significativa em decisões importantes” (MOUFFE, 2005, p. 53). Assim, não seria o populismo antidemocrático de antemão, mas o próprio déficit democrático no conteúdo do que se entende por democracia liberal, com o deslocamento da ideia de soberania popular, que propiciaria “a criação de um clima antipolítico que é facilmente explorado para fomentar reações populares contra as elites do governo” (MOUFFE, 2005, p. 53).

É importante ressaltar, ainda na visão de Chantal Mouffe (2018), que o populismo de esquerda, na verdade, poderia recuperar o ideal de democracia perdido na atual era “pós-democrática”⁴⁶, aprofundando-o e ampliando-o, ao “aliar as demandas democráticas em uma vontade coletiva para construir um ‘nós’, um ‘povo’, confrontando um adversário comum: a oligarquia. (...) O objetivo dessa cadeia é a

⁴⁶ Mouffe (2019, p. 29) entende que o período político atual pode ser entendido como “pós-democracia”, “porque, nos últimos anos, como consequência da hegemonia neoliberal, a tensão “agonística” entre os princípios liberais e os democráticos, a qual é constitutiva da democracia liberal, foi eliminada. Com o fim dos valores democráticos de igualdade e soberania popular, os espaços “agonísticos”, onde diferentes projetos de sociedade poderia se confrontar entre si, desapareceram, e os cidadãos são privados da possibilidade de exercer seus direitos democráticos. Com certeza, a “democracia” ainda é mencionada, mas ela foi reduzida ao seu componente liberal e significa apenas a existência de eleições livres e a defesa dos direitos humanos”.

criação de uma nova hegemonia que permitirá a radicalização da democracia” (MOUFFE, 2018, p. 35).

No decorrer da pesquisa, percebemos que as críticas acima, somadas ao fato de que a noção de crise estava ausente por completo da discussão de Weyland, restringiam o espectro por meio do qual conseguiríamos melhor compreender as mais diferentes construções políticas populistas da atualidade.

Uma outra perspectiva recente sobre o fenômeno dos populismos é a “abordagem ideacional” (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 5), na qual o populismo é definido como “uma ideologia rasa que considera a sociedade, em última análise, dividida em dois grupos homogêneos e antagônicos entre si, o “povo puro” e a “elite corrupta”, e que argumenta que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 6). Esses três elementos – o povo, a elite corrupta e a vontade geral – seriam os três conceitos que norteiam o entendimento sobre populismo.

No que se refere ao conceito de “povo”, este seria uma construção com base em uma leitura específica e simplificada da realidade, frequentemente usado como uma combinação de concepções do povo como soberano (ênfase no poder político), como povo comum (ênfase no status socioeconômico) e/ou como a nação (ênfase na nacionalidade) (MUDDE; KALTWASSER, 2017). A elite, por sua vez, é retratada com base em seu aspecto moral crucial, a partir da dicotomização entre o “povo puro” e a “elite corrupta”. Ademais, a identificação dessa elite pelos atores populistas, para além do aspecto moral, também seria comumente dada com a utilização de outros critérios como etnia, poder político e poder econômico, aonde a mesma “não só estaria ignorando os interesses do povo, mas, pelo contrário, estaria trabalhando contra os interesses do país” (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 13).

Por fim, a vontade geral, terceiro conceito principal que compõe a abordagem ideacional de populismo, tem a ver com a ideia de soberania popular. Contudo, ao invés de um processo racional de construção de demandas via espaço público, a noção populista de vontade geral, segundo os autores, deriva do senso comum. Assim, esse conceito seria estruturado de forma útil para agregar as mais diferentes demandas, além de ser capaz de identificar um inimigo em comum ao possibilitar a “formação de um sujeito popular com uma forte identidade (“o povo”), o qual é capaz de desafiar o status quo (“a elite”) (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 18).

Sob a perspectiva ideacional, argumentam seus defensores, seria possível capturar precisamente o núcleo de todas as manifestações passadas e presentes do populismo, assim como excluir fenômenos não-populistas. Isso porque, sendo o populismo uma ideologia rasa, o mesmo, em diferentes cenários e realidades sociais, apareceria apegado a ideologias densas – fascismo, liberalismo ou socialismo – o que explicaria não só a alegada maleabilidade do conceito, mas, também, sua capacidade de assumir as mais variadas formas (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

Para os autores, a qualidade fina da ideologia populista conceberia o fenômeno como transitório, isto é, ou o mesmo tenderia ao fracasso, ou, no caso de ser bem-sucedido, transcenderia para algo maior. Assim, ainda que o populismo em si seja relevante em momentos específicos, os conceitos e ideologias acoplados à ideologia populista seriam ao menos tão importantes quanto o próprio quando da análise da permanência de atores populistas (MUDDE; KALTWASSER, 2017). Ademais, ao buscarem rebater as frequentes críticas às abordagens ideacionais do populismo no que se refere à sua extensividade e possibilidade de capturar falsos positivos (WEYLAND, 2017; OSTIGUY, 2017), os autores que defendem tal conceitualização afirmam que a mesma só faria sentido na hipótese de haver casos diretamente opostos ao que entendem por populismo. Assim, reconhecem existir pelo menos dois casos: o elitismo e o pluralismo (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

O elitismo é caracterizado pelos autores com base na mesma base maniqueísta que o populismo, isto é, na divisão da sociedade entre “bons” e “maus”. Entretanto, sob um ponto de vista oposto, no elitismo, “o povo” seria retratado como perigoso, desonesto e mau, enquanto “a elite”, superior em termos morais, culturais e intelectuais, seria a representante exclusiva ou, pelo menos, predominante dos assuntos políticos, nos quais o povo não teria voz. Nessa perspectiva, o elitismo rejeitaria completamente a democracia ou apoiaria um modelo limitado da mesma (MUDDE, KALTWASSER, 2017).

Por sua vez, o pluralismo seria “o oposto direto da perspectiva dualista tanto do populismo quanto do elitismo” (MUDDE, KALTWASSER, 2017, p. 7), ou seja, no pluralismo a ideia de diversidade não é vista como uma fraqueza, mas como virtude. A partir de uma perspectiva pluralista da sociedade, a política deveria refletir os valores e os interesses dos diferentes grupos que compõem o corpo social, com diferentes e múltiplos centros de poder (MUDDE, KALTWASSER, 2017).

Ainda que entendamos que os três principais conceitos que compõem a abordagem ideacional do populismo façam sentido quando da análise de casos contemporâneos, principalmente os europeus, acreditamos que a adjetivação, de antemão, do povo como puro e da elite em termos morais acaba por encobrir a possibilidade de construção dessas categorias de outras maneiras. Como explica, Pierre Ostiguy (2017, p. 126):

A noção de “pureza” (o “povo puro” de Mudde) pode funcionar bem para populismos europeus, mas não viaja bem para outras regiões. Por “puro”, queremos dizer que as pessoas são “puras” de uma forma étnica ou pelo menos fisiologicamente reconhecíveis (os franceses negros não fariam parte do povo francês “puro”) ou que as “pessoais normais” são moralmente virtuosas, têm um “coração puro”, em contraste com a elite corrupta. (...) A definição de Mudde estaria mais próxima da realidade se ele afirmasse que o populismo envolver um antagonismo discursivo entre um povo “autêntico” e uma elite nefasta.

No que concerne à perspectiva conceitual trazida por Benjamin Moffit (2016), o populismo é visto como um “estilo político distinto” (MOFFIT, 2016, p. 41), “que apresenta um apelo ao ‘povo’ versus ‘a elite’, ‘más maneiras’ e a performance de crise, colapso ou ameaça” (MOFFIT, 2016, p. 45). Nesse sentido, estilo político é entendido como “os repertórios de performances corporificadas, simbolicamente mediadas, feitos para audiências que costumam criar e navegar pelos campos de poder que compõem o político, desde o domínio do governo até a vida cotidiana” (MOFFIT, 2016, p. 38). Para além de performances discursivas, como uso da linguagem, da fala e textos escritos, tal abordagem também leva em consideração outros elementos discursivos e estéticos, como imagem, autoapresentação, linguagem corporal, design e encenação, quando da análise do estilo político de um determinado ator (MOFFIT, 2016).

Segundo os defensores da presente abordagem, o fato da política contemporânea ser em grande medida mediatizada e estilizada, características estéticas e performáticas ganhariam particular, e cada vez mais, destaque e importância (MOFFIT, 2016). Sendo assim, para além de tentar capturar a essência do populismo, entender tal fenômeno como estilo político possibilitaria, segundo Moffit (2016), uma maior compreensão dos componentes que ligam os vários casos distintos do populismo contemporâneo quando do reconhecimento das três características necessárias e suficientes a serem consideradas quando da utilização do estilo

populista por um determinado ator político: o apelo ao “povo” versus a “elite”, “más maneiras” e uma performance de crise, colapso ou ameaça (MOFFIT, 2016).

No que se refere à utilização de um apelo ao “povo” versus a “elite”, “o povo” seria, ao mesmo tempo, “o público central dos populistas e o assunto que esses atores buscam ‘manter presente’. Ademais, ‘o povo’ também é apresentado como verdadeiro detentor da soberania” (MOFFIT, 2016, p. 43). Tal apelo ao “povo” pode tomar formas variadas a depender do contexto e é feito na tentativa de demonstrar a afinidade entre os líderes populistas e a multiplicidade que compõe “o povo” (MOFFIT, 2016).

Conectado com o apelo ao “povo”, a separação da sociedade entre tal “povo” e a “elite”, ou significantes relacionados como o *establishment* ou “o sistema”, é outro ponto importante quando da análise do estilo político populista (MOFFIT, 2016), assim como se mostra importante em praticamente todas as conceitualizações recentes do conceito. Ainda que os atores populistas comumente elejam “Outros” particulares, a depender do contexto, como os inimigos do “povo”, esses “Outros” regularmente aparecem ligados à “elite” ou como sendo beneficiados por ela (MOFFIT, 2016). Para além disso, o apelo ao “povo” também pode incluir o rechaço ao politicamente correto e a defesa do senso comum em detrimento do saber científico, burocrático e tecnocrático (MOFFIT, 2016).

No que se refere às “más maneiras”, essa característica diz respeito ao modo de agir dos líderes populistas que, em grande medida, parecem ir na contramão do que se espera ver na seara política. Ao invés de um comportamento rígido, racional, do uso de uma linguagem técnica e da manutenção da compostura, os líderes populistas comumente são vistos utilizando gírias, palavrões e mantendo uma passionalidade expressiva em seus discursos (MOFFIT, 2016). É importante salientar, entretanto, que a constituição do que se entende por “más maneiras” vai depender do contexto cultural de cada líder populista uma vez que “as questões de sotaque, nível da linguagem, linguagem corporal, gestos, modos de vestir estão intimamente conectados com a história, divisões sociais, identidades e ressentimentos” (OSTIGUY, 2009, p. 5-6) presentes em cada contexto específico.

A terceira característica do estilo populista reside na performance de crise, colapso ou ameaça por parte dos atores populistas, que a usam para produzir crises em série por meio de dramatização e performance (MOFFIT, 2016). As crises, então, estão relacionadas não só com a ruptura entre representantes e representados, mas, igualmente, com questões de insegurança econômica e social, com questões

migratórias, de injustiça e de ameaças militares que, por sua vez, demonstrariam a necessidade por uma ação decisiva e rápida.

O efeito da evocação de emergência feita dessa maneira é simplificar os termos e o terreno do debate político (...), tornando a política altamente instrumentalizada e utilitária. Aquilo que atrapalha a abordagem do “problema” ou da “crise” deve ser ignorado, suplantado ou removido (MOFFIT, 2016, p. 45).

De acordo com os apoiadores da presente abordagem, a compreensão do populismo como estilo político, para além de possibilitar compreender a capacidade desse fenômeno de aparecer em diferentes contextos, e viajar através do espectro ideológico e nem se prender a certos modos previstos de organização, traria uma visão gradacional do conceito, ou seja, “o reconhecimento de que atores populistas podem ser mais ou menos populistas em determinados momentos” (MOFFIT, 2016, p. 46), diferentemente do que acontece em outras conceitualizações, que entendem o populismo como categoria binária, ou seja, ou existe populismo ou não existe. Ademais, ao trazer em si as características estilísticas do populismo como importante espectro de análise, a definição de populismo como estilo político ofereceria uma explicação para a falta de substância ou “finesa” do fenômeno, vista por outras abordagens (TAGGART, 2000; MUDDE; KALTWASSER, 2017). Dessa forma, estilo e conteúdo estariam interrelacionados, com o estilo podendo gerar, afetar e interagir com o conteúdo de maneiras bastante complexas (MOFFIT, 2016).

Por fim, a utilização da abordagem do estilo político, ao enfatizar a performance, “traria a questão de como a *representação populista* opera na vanguarda de qualquer discussão sobre o fenômeno” (MOFFIT, 2016, p. 49, grifos do autor), trazendo consigo um novo vocabulário conceitual quando da compreensão do populismo (MOFFIT, 2016).

A ênfase na performance muda o foco das *formas* de representação para os *mecanismos* reais de representação – encenações mediadas, performances televisivas, comícios, discursos, manifestações, o uso de certas roupas, vernáculos, e assim por diante – e, ao fazê-lo, enfatiza o muito importante (e às vezes esquecido) papel da apresentação na *re-presentation* (MOFFIT, 2016, p. 49, grifos do autor).

Outra perspectiva conceitual de populismo foi elaborada por Pierre Ostiguy (2017) na qual “o populismo é caracterizado por uma forma particular de relação política entre os líderes políticos e uma base social, estabelecida e articulada por meio

de apelos ‘baixos’ que ressoam e são recepcionados de forma positiva em determinados setores da sociedade por razões históricas socioculturais” (OSTIGUY, 2017, p. 104). Tal abordagem é eminentemente relacional e considera o populismo como um fenômeno de mão dupla, isto é, ao mesmo tempo em que reconhece a importância dos afetos na relação entre líderes e apoiadores, não reduz tal relação à demagogia ou à manipulação, ou seja, “não trata o populismo como um fenômeno exclusivamente ‘de cima para baixo’” (OSTIGUY, 2017, p. 104). Seriam as reivindicações articuladas e a conexão estabelecida entre o líder e seus apoiadores, respaldadas em um componente sociocultural e político-cultural, que representariam a dualidade desse vínculo (OSTIGUY, 2017).

Para além da relação entre líderes e apoiadores, a abordagem sociocultural também enfatiza a relação hostil – tão ou mais importante para a compreensão do fenômeno – entre líderes populistas e seus apoiadores e um “Outro” nefasto (OSTIGUY, 2017). Sendo assim, o populismo estaria intimamente relacionado à criação de identidades, de forma a recuperar a noção de antagonismo trazida de outras definições de populismo, como a de Laclau (2005), ainda que “de forma mais subjetiva, identitária e sob uma conotação social” (OSTIGUY, 2017, p. 105). Para o autor, a narrativa afetiva do populismo é comum em todos os continentes e o *script* populista se daria da seguinte forma:

Há uma maioria de pessoas (indivíduos) do “povo”, a maioria “tipicamente daqui”, cuja voz autêntica não é ouvida e cujos verdadeiros interesses não são salvaguardados. Eles enfrentam uma coalizção de três vias composta por uma minoria nefasta e ressentida (o objeto de maior ódio e não necessariamente a elite) em conflito com o “povo”; forças globais/internacionais hostis (e muito poderosas); e um governo alinhado com essa minoria (OSTIGUY, 2017, p. 108).

É importante salientar que as categorias, seja do que o autor chama de minoria nefasta, seja do que é chamado de forças globais/internacionais são altamente genéricas e comportam diversos significados a depender do contexto. Ademais, é de se observar que, independentemente do país, o populismo emergiria num ambiente social que o “povo” não vislumbraria outras alternativas que não se agitar, se indignar e agir politicamente contra o *status quo* (OSTIGUY, 2017).

Para além do caráter relacional, a presente perspectiva se afirma, também, performativa, desde que “o vínculo político criado pela performance populista seja popularmente entendido como sendo não um repertório em si, mas como um certo

‘eu’ (*self*) expressivo”. E como em qualquer identificação, a relação criada é vertical e horizontal” (OSTIGUY, 2017, p. 105). Dessa maneira, a abordagem sociocultural se aproxima dos autores que enxergam o populismo como um estilo, uma vez que o mesmo pode ser estudado a partir da análise da performance e da práxis dos políticos (OSTIGUY, 2017).

Outro aspecto crucial para a compreensão do populismo sob uma perspectiva sociocultural é a definição do que o autor chama de apelos políticos altos e baixos. Para Ostiguy (2017), o eixo alto-baixo é cultural e concreto, e representa os modos de ser e agir na política, as formas de relacionamento entre as pessoas. Além disso, seria tão estruturante e definidor politicamente quanto o eixo direita-esquerda. Dentro de tal eixo estariam presentes “questões de sotaque, níveis de linguagem, linguagem corporal, gestos e maneiras de se vestir. E como forma de relacionamento entre as pessoas, engloba também a forma de tomar decisões, na política” (OSTIGUY, 2017, p. 109).

Dessa maneira, os apelos altos e baixos permitiriam que o eleitor fosse capaz de reconhecer um político como sendo a parte do “povo” que estes atores reivindicam ser e, sendo assim, o eixo alto-baixo se “conectaria em profundidade com a história de uma sociedade, diferenças de grupo existentes, identidades e ressentimentos” (OSTIGUY, 2017, p. 109). É importante ressaltar que, por apelos políticos, o autor reconhece ser “a maneira pela qual um político ou partido político tenta, geralmente voluntariamente, cortejar seus partidários” (OSTIGUY, 2017, p. 110).

O eixo alto-baixo pode ser dividido em duas subdimensões, ou seja, em dois componentes intimamente relacionados: o sociocultural e o político-cultural. No que concerne ao sociocultural, os apelos são expressos pelas “maneiras, comportamentos, modos de falar e vestir, vocabulário e gostos exibidos em público” (OSTIGUY, 2017, p. 110). Nessa via, no alto, as pessoas se apresentariam como contidas, adequadas, sóbrias, estudadas e, quando em público, tenderiam a portar-se de maneira polida e racional. Em seu espectro negativo, seriam pessoas sérias, rígidas, distantes e tediosas. Em contrapartida, no baixo, as pessoas tenderiam a usar gírias, metáforas ou expressões folclóricas, além de esboçarem expressões corporais e faciais e exibirem gostos culturalmente populares (OSTIGUY, 2017).

De acordo com Ostiguy (2017), a subdimensão sociocultural seria extraída dos estudos de Bourdieu (1979) que “ênfatisa o capital cultural como uma forma ‘legítima’ de distinção credencial e marcador de respeitabilidade” (OSTIGUY, 2017, p. 111).

Dessa maneira, os apelos políticos passariam a interagir com as identidades sociais, dotadas de seus atributos culturais, de modo a criar um senso social de confiança e daí uma relação de confiança entre líder e apoiadores (OSTIGUY, 2017).

No que diz respeito ao componente político-cultural, este “trata das formas de liderança política e dos modos preferidos (ou defendidos) de tomada de decisão no sistema político” (OSTIGUY, 2017, p. 114). No alto, os apelos políticos tenderiam a beneficiar modelos de autoridade formais, impessoais, pautados em leis e mediados institucionalmente. Representariam a “normalidade processual (pelo menos como meta a ser alcançada) na condução da vida pública, juntamente com procedimentos formais e generalizáveis na administração pública” (OSTIGUY, 2017, p. 114). Por outro lado, no baixo, os apelos enfatizariam uma liderança forte e personalista, afirmando estar mais próximos do “povo” e, assim, representá-lo melhor. “A chave aqui é que a liderança populista personalizada, como forma de relacionamento, de representação e de solução de problemas é uma *forma de encurtar a distância entre a autoridade legítima e o povo*” (OSTIGUY, 2017, p.115, grifos do autor).

Nessa perspectiva, portanto, o populismo é visto como a “ostentação antagônica e mobilizadora do baixo (OSTIGUY, 2017, p. 118), “uma espécie de afirmação narcisista pessoal (por parte do líder) e coletiva (por parte do movimento), com o ‘dedo médio’ desafiadoramente apontado para o bem apresentável, o adequado, as verdades e os caminhos aceitos, associados a diversas elites mundiais” (OSTIGUY, 2017, p. 117). Dessa maneira, o populismo traria consigo tanto a carga emocional do relacionamento entre líder e apoiadores quanto a performatividade inerente ao fenômeno que é visto, em muitos aspectos, como um show, um espetáculo. Ademais, o antielitismo, assim como nas outras abordagens, está igualmente presente, apesar do tipo de organização e a natureza da elite antagonizada variar amplamente a depender do contexto (OSTIGUY, 2017).

Por fim, outro ponto que merece destaque em relação à abordagem sociocultural é que, diferentemente de outras, ela define o populismo como categoria ordinal e não nominal, ou seja, permite localizar os objetos, os atores populistas em uma escala. Segundo Ostiguy (2017, p. 120), “os eixos ortogonais esquerda-direita e alto-baixo, juntos, formam um espaço político bidimensional de apelos, no qual podemos localizar atores, partidos e políticos”.

Ainda que reconheçamos que as abordagens estilística e político-cultural sejam particularmente importantes para vislumbrarmos as mais diversas possibilidades de

construção da relação identitária e afetiva entre líderes populistas e seus apoiadores, uma vez mais a ênfase na figura do líder como principal articulador da “vontade do povo” acaba por encobrir casos recentes de populismo construídos através da articulação de demandas populares e com propostas de liderança mais horizontais e formas de participação mais diretas.

A última abordagem sobre populismo na qual nos debruçaremos, e a que guiará o presente trabalho, será a abordagem discursiva. Na visão de Ernesto Laclau (2005, 2013), o populismo é entendido como uma lógica política, “uma estratégia discursiva de construção de uma fronteira política, dividindo a sociedade em dois campos e apelando para a mobilização dos “excluídos” contra “aqueles que estão no poder” (MOUFFE, 2018, p. 25); “um processo eminentemente político de construção de identidades coletivas, marcado pela centralidade da ideia de povo” (LOPES; MEDONÇA, 2013, p.12), construído discursivamente contra um inimigo e que “produz efeitos estruturantes que se manifestam principalmente no nível dos modos de representação” (LACLAU, 2005, p. 34).

Seriam três as dimensões estruturais necessárias para o conceito de populismo de Laclau:

a unificação de uma pluralidade de demandas numa cadeia de equivalência; a constituição de uma fronteira interna, que divide a sociedade em dois campos; e a consolidação de uma cadeia de equivalência por meio da construção de uma identidade popular que é algo quantitativamente maior do que a simples soma dos laços de equivalência (LACLAU, 2013, p. 128).

A possibilidade de uma ruptura populista, assim, permearia essas três dimensões e encontraria lugar na coexistência de uma pluralidade de demandas insatisfeitas e da incapacidade do sistema institucional de absorvê-las diferencialmente. Embora diferentes entre si, essas demandas insatisfeitas encontrariam uma relação de equivalência na falta, na experiência compartilhada de negação por parte do sistema institucional, que, caso não contornada por fatores externos, criaria uma ruptura cada vez maior entre representantes e representados (LACLAU, 2013). Por conseguinte, a articulação equivalente dessas demandas, ao mesmo tempo em que criaria uma fronteira interna do terreno social, ao separar os oprimidos do bloco de poder, possibilitaria a emergência do “povo”, a constituição do “povo” como um ator histórico em potencial (LACLAU, 2005, 2013).

É importante ressaltar que as relações de equivalência entre demandas não seriam suficientes em si para a constituição do “povo”. Nas palavras de Laclau (2013,

p. 150), elas “não iriam além de vago sentimento de solidariedade”. Seria, por outro lado, a cristalização de uma cadeia de equivalência numa certa identidade discursiva que, de fato, seria capaz de construir o “povo” da lógica populista (LACLAU, 2013). Entre as várias demandas, uma demanda individual adquiriria certa centralidade, numa lógica hegemônica, e passaria, então, a significar “a totalidade da cadeia das demandas de equivalência”, o “significante de uma universalidade mais ampla” (LACLAU, 2013, p. 153). Assim, “o que era simplesmente uma mediação entre demandas agora adquire consistência própria” (LACLAU, 2013, p. 50).

Nesse sentido, o papel da representação se torna a própria premissa da constituição da identidade popular uma vez que é na identificação de uma demanda popular hegemônica capaz de representar toda a heterogeneidade popular, via nomeação pela identificação de um significante vazio⁴⁷, que o “povo” é constituído. “Desse modo, quase imperceptivelmente, a lógica de equivalência conduz a uma singularidade e esta leva a uma identificação da unidade do grupo com o nome do líder” (LACLAU, 2013, p. 159).

Além disso, diferentemente de outras abordagens do populismo que, de antemão, já determinam o “povo” e suas demandas, e apresentam o líder populista ora como mero representante dessa vontade popular, ora como verdadeiro manipulador da mesma. Para Laclau:

[A] função do representante não consiste simplesmente em transmitir a vontade daqueles que ele representa, mas dar credibilidade àquela vontade em um meio diferente daquele em que essa vontade se constituiu. (...) Pertence à natureza da representação que o representante não seja mero agente passivo, mas tenha de acrescentar algo aos interesses que ele representa. Essa adição, por sua vez, reflete-se na identidade dos representados, que muda como resultado do próprio processo de mão dupla: um movimento do representado em direção ao representante e um movimento correlativo do representante em direção ao representado. *O representado depende do representante para a constituição de sua própria identidade* (LACLAU, 2013, p. 232, grifos nossos).

Assim, para além de uma crise de representação na qual as pessoas se afastariam de suas identidades anteriores e adotariam uma nova subjetividade no que

⁴⁷ Para Laclau (2013, p. 153-155), “a identidade popular precisa ser condensada em torno de alguns significantes (palavras, imagens) que se referem à cadeia de equivalência como uma totalidade”. Contudo, “o papel semântico desses termos não é expressar qualquer conteúdo positivo, mas, funcionar como nomes de uma plenitude que é constitutivamente ausente. (...) Na medida em que nomeia uma plenitude indiferenciada, não possui um conteúdo conceitual, qualquer que seja: não é um termo abstrato, mas, no sentido mais estrito, é vazio”.

concerne à constituição do “povo”, o populismo, na visão de Laclau, também se relacionaria ao início da representação, ao permitir que aqueles que nunca foram representados por causa de sua classe, religião, etnia ou localização geográfica fossem reconhecidos como atores políticos (PANIZZA, 2005). Nessa perspectiva, o populismo não poderia ser enxergado como contrário ou como um perigo para a democracia uma vez que a própria constituição do povo seria parte integral da questão democrática (LACLAU, 2013, 2016), inclusive abrindo margem para formas mais diretas da mesma. “A consequência é inevitável: a construção de um povo é a condição *sine qua non* do funcionamento da democracia. Sem a produção de vazio não existe ‘povo’, não existe populismo, mas também não existe democracia” (LACLAU, 2013, p. 246).

Além disso, é digno de nota que o afeto, na perspectiva de Laclau, possui um papel primário na constituição da identidade popular, uma vez que é ele quem consolida a articulação entre as mais variadas demandas que, *a priori*, não possuem nenhuma racionalidade que possa levá-las a se unirem em torno de um significante (LACLAU, 2013). “Qualquer ordem social resulta de uma indissolúvel articulação entre dimensões significantes e afetivas” (LACLAU, 2013, p. 173-174). Ademais, embora a lógica de equivalências seja capaz, segundo Laclau (2013), de possibilitar a emergência de uma nova subjetividade, “não existe totalização sem exclusão. (...) As equivalências podem debilitar-se, mas não conseguem domesticar as diferenças” (LACLAU, 2013, p. 130-131). Sendo assim, ainda que equivalência e diferença sejam incompatíveis entre si, a construção do social perpassaria, necessariamente, por essa tensão uma vez que, “a totalização requer que um elemento diferencial assuma a representação de uma totalidade impossível” (LACLAU, 2013, p. 133).

Nessa perspectiva, “a identidade do “povo” e do “Outro” são construções políticas, simbolicamente constituídas através da relação de antagonismo” (PANIZZA, 2005, p. 3). Segundo Laclau (2013), o “povo” como resultado de uma construção discursiva hegemônica, é “algo menor que a totalidade dos membros da comunidade: é um componente parcial, que ainda assim aspira a ser concebido como a única totalidade legítima” (LACLAU, 2013, p. 134). Quando da constituição dessa totalidade, que é inerentemente heterogênea em seu interior, a identificação de um exterior diferente a ela é necessária à sua própria fundação (LACLAU, 2013). “A única possibilidade de se ter um verdadeiro exterior seria que esse exterior não fosse um

elemento neutro, mas *excluído*, algo que a totalidade expelle de si para se constituir” (LACLAU, 2013, p. 118, grifos do autor).

Por fim, é relevante observar que, diferentemente das outras abordagens sobre o conceito de populismo, a definição de Laclau o define como um conceito ontológico, ou seja, desacopla-o das suas manifestações empíricas ou normativas e o apresenta enquanto ser em si mesmo, enquanto lógica própria. Para o autor, “o populismo não possui uma unidade referencial, pois não é atribuído a um fenômeno delimitável, e sim uma lógica social, cujos efeitos perpassam muito fenômenos. O populismo é muito simplesmente um modo de construir o político” (LACLAU, 2013, p. 28). Desse ponto de vista, não existe em Laclau (2005, 2013) julgamentos com relação ao populismo ser inerentemente bom ou mau. Tal avaliação dependeria, na realidade, dos discursos e ideologias acopladas quando da constituição do “povo” e, por consequência, de seu “Outro” dentro da dinâmica da lógica populista.

Além disso, entender o populismo como lógica política nos permite enxergar a possibilidade da constituição de uma lógica populista de baixo para cima (*bottom-up*), construída a partir da equivalência entre demandas populares, diferentemente do faz outras abordagens, que enxergam o populismo como sendo um fenômeno inerentemente de cima para baixo (*top-down*). É importante ressaltar, contudo, e aqui nos distanciamos da abordagem escolhida, que, no entendimento do presente trabalho, lógicas populistas de cima para baixo também seriam passíveis de acontecer, uma vez que existe uma dinâmica de interconexão e contingência entre os sentidos, as demandas e as identidades que compõem o social, não capturada pela análise de Laclau (MENDONÇA; RESENDE, 2021).

Os sentidos articulados pelos discursos populistas podem originarem-se certamente *bottom-up*, por estarem dispersos na heterogeneidade das demandas democráticas dispersas no campo da discursividade social, mas o contrário também pode ser possível. Assim, sentidos produzidos por partidos políticos ou líderes populistas podem ser incorporados pelas articulações populares. Sob um ponto de vista ontológico, o populismo é uma estrutura política cuja articulação de significantes e a consequente produção de significados é radicalmente contingente (MENDONÇA; RESENDE, 2020, p. 12).

Por fim, enxergar o populismo como uma lógica política capaz de construir uma nova identidade popular que se opõe antagonicamente ao seu “Outro” é, particularmente, importante para nós, uma vez que a compreensão da dimensão antagonica da política e o papel dos afetos em sua construção corrobora ao nosso

objetivo de compreender a possibilidade de sucesso eleitoral e permanência no poder de líderes populistas contemporâneos, além da maneira pela qual esses líderes são capazes de unificar o “povo” em torno de discursos de Outricidade, em que o “Outro” vira o próprio elo de reconhecimento do “povo”. Nesse sentido, “não há nem povo, tampouco seus inimigos construídos *a priori*, pois ambos são produtos da própria relação antagônica. O povo e seus inimigos são construções propriamente políticas” (MENDONÇA; RESENDE, 2020, p. 12).

No que se refere à distinção entre populismos de direita e de esquerda, sendo o populismo a constituição de uma identidade popular a partir do estabelecimento de uma fronteira antagônica (LACLAU, 2013), tal diferenciação se dará a partir da fundação do próprio antagonismo, ou seja, da definição do “povo” e da consequente definição do “Outro” como seu adversário/inimigo (PELINKA, 2013; MOUFFE, 2018). Nesse sentido, no que concerne ao populismo de direita, este comumente é construído ao redor de uma narrativa que define o “Outro” em termos étnicos, nacionais-nativistas, religiosos, linguísticos, políticos (PELINKA, 2013; MOUFFE, 2015; WODAK, 2015; SAMELA; VON SCHEVE, 2018). Os antagonismos políticos, essenciais para a própria lógica política populista, são enquadrados num vocabulário moral e, assim, o oponente deixa de ser um adversário político para se tornar o inimigo malvado que deve ser erradicado (MOUFFE, 2015).

A retórica e o discurso populista de direita promovem a raiva e o ressentimento dirigidos àqueles que têm uma "vida boa" sem trabalho duro, como políticos e altos executivos com renda alta e segura, beneficiários da previdência social e refugiados "cuidados pelo Estado" e os desempregados de longa duração que "evitam trabalhar", mas também àqueles grupos percebidos como diferentes de “nós”: minorias étnicas, culturais, políticas e sexuais (SAMELA; VON SCHEVE, 2018, p. 440).

Mais do que a retórica em si, o conteúdo do discurso populista de direita é capaz de construir o medo com sucesso, seja os perigos expressos sendo reais ou imaginários, ao escolher um bode expiatório que representa em si a maioria das tragédias pelas quais o “povo” está passando e que, portanto, é visto como uma ameaça pelo pretense “nós” (WODAK, 2015). Ademais, para Ruth Wodak (2015, p. 22), “todos os partidos populistas de direita parecem endossar o que pode ser reconhecido como a "arrogância da ignorância", definida pela autora como “os apelos ao senso comum e aos valores tradicionais (conservadores) ligados à retórica

agressiva e excludente” (WODAK, 2015, p. 45), expressos e instrumentalizados pelos líderes populistas contemporâneos de maneira quase perfeita.

No que concerne ao populismo de esquerda, a fronteira antagônica comumente é construída contra a oligarquia, as elites econômicas neoliberais que contribuem para a insatisfação das demandas populares e que relegam o povo à pobreza, desigualdade e insegurança (MOUFFE, 2018). Essas elites, por sua vez, são tanto elites internas, responsáveis pela imposição de políticas austeras contra os interesses do “povo” e a favor do grande capital, quanto elites externas, atores e instituições internacionais que exigem das elites internas o cumprimento dessas políticas, como, por exemplo, o Banco Europeu, FMI e os EUA (SAMELA; VON SCHEVE, 2018). Nesse contexto, os populismos de esquerda tendem a definir seus referenciais em categoriais mais classistas ao invés de moralistas ou nacionalistas (TUSHNET, 2019).

Além disso, é importante salientar que, por se afastar de um viés moralista quando da definição de seus referenciais, “o populismo de esquerda ainda que igualmente tenha sua dimensão reativa em relação ao seu polo antagônico, tem por característica apresentar demandas inclusivas e/ou emancipatórias” (MENDONÇA; RESENDE, 2020, p. 14). Nessa perspectiva, muitos autores enxergam o populismo de esquerda como mais inclusivo, enquanto o de direita é visto como excludente.

Uma estratégia populista de esquerda visa aliar as demandas democráticas em uma vontade coletiva para construir um “nós”, um “povo”, confrontando um adversário comum: a oligarquia. Isso requer o estabelecimento de uma cadeia de equivalência entre as demandas dos trabalhadores, dos imigrantes e da classe média precarizada, assim como outras demandas democráticas, tais como as da comunidade LGBT. O objetivo dessa cadeia é a criação de uma nova hegemonia que permitirá a radicalização da democracia (MOUFFE, 2018, p. 35)

Por fim, tendo o conceito por meio do qual o presente trabalho entende o fenômeno dos populismos contemporâneos e estabelecidas as diferenciações entre o que entendemos por populismos de direita e de esquerda, nesse momento, é importante que nos debruçemos nos mecanismos através dos quais a diferença, eminente em qualquer composição social, é transformada em antagonismo e, assim, em Outricidade pelos líderes populistas contemporâneos, a partir de narrativas de (in)segurança ontológica, como veremos a seguir.

3.2 Populismo, Outricidade e (In)Segurança Ontológica

Uma vez que a definição de populismo eleita para dar prosseguimento à presente pesquisa diz respeito à constituição de uma identidade popular que se constrói antagonicamente ao seu Outro, entender o processo de constituição dessa identidade como produto da relação entre o Eu e o Outro se torna de grande valia para nós. Sendo assim, tendo como arcabouço teórico, além de Laclau, autores como Jacques Lacan, William Connolly, Anthony Giddens e críticos pós-modernos/pós-estruturalistas, na presente sessão explicitaremos, *a priori*, a maneira pela qual a identidade é construída em relação àquilo que lhe é diferente.

Como, segundo a literatura pós-moderna/pós-estruturalista, as identidades são contingentes, fluídas, discursivas, relacionais e performáticas, a constituição e a (re)afirmação de um exterior diferente e excluído é capaz de fazê-las se constituírem enquanto totalidade (LACLAU, 2013). Nesse sentido, buscaremos explicitar a maneira pela qual as práticas de alteridade, a transformação da diferença em Outricidade, com base em uma narrativa de (in)segurança ontológica, não só contribui para a (re)constituição de subjetividades num mundo pós-moderno, cada vez mais desigual, multicultural e etnicamente diverso como, também, da maneira pela qual os líderes populistas contemporâneos se valem da construção de antagonismos e da produção de Outricidade para mobilizar o eleitorado que, tomado por medo, ansiedades e precariedades, fecha-se em torno de discursos nacionalistas contra o estrangeiro, o diferente, o indesejável.

Primeiramente, vamos aos conceitos. De forma genérica, identidade diz respeito a quem somos e a qual grupo fazemos parte. Assim, ela pode ser estabelecida a partir de diferentes circunstâncias, seja no âmbito individual, em relação a um grupo ou à uma nação. Sua construção se dá na forma de um processo que começa ainda na infância quando do reconhecimento do indivíduo enquanto ser e desenrola-se na sua relação com o meio social que o circunda. Como salientam Peter Berger e Thomas Luckmann (2008, p. 228), “a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais envolvidos na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social.”

Para os fins do presente trabalho, partiremos das ideias de Jacques Lacan (1977), que tentou compreender a maneira pela qual os indivíduos se identificavam

como membros de uma determinada coletividade. Para o autor, não existiria uma identidade previamente constituída ou essencial. O Eu, ao nascer sem referência original, buscaria se estabilizar a partir de uma ilusão de unidade e completude, passível de ser construída apenas no âmbito discursivo.

A noção de identidade para Lacan (1977) é derivada do que o autor chama de estágio do espelho, descrito como o momento em que o Eu se forma através da objetificação. Nesse processo, o Eu é concebido no desalinhamento entre a representação visual apreendida no espelho e a experiência emocional do indivíduo quando contempla seu reflexo. Sendo assim, Lacan prevê que a criança acaba por antecipar sua unidade corpórea antes mesmo de ter controle sobre o próprio corpo, pois ela consegue organizar representações visuais e tomar posições no que concerne às mesmas. Ainda que emocionalmente imatura, a criança conseguiria identificar-se em uma imagem exterior e se reconhecer nela. Nesse sentido, a identidade visual proporcionada pelo espelho, ou seja, o momento de identificação, gera conforto pois desencadeia uma sensação de unicidade e completude do Eu (LACAN, 1977).

Para melhor compreendermos os mecanismos de produção da subjetividade, torna-se necessário explorarmos os três registros do inconsciente trazidos por Lacan (1977) – Real, Simbólico e Imaginário (RSI). Ainda que trabalhados de forma esparsa durante a trajetória do autor, esses três registros precisam ser compreendidos enquanto uma estrutura e não são passíveis de separação. Enquanto o Real seria a designação de uma realidade fenomenal, impossível de ser perturbada, simbolizada, representada ou identificada e, assim, fechado ao indivíduo, o Simbólico pertenceria ao campo do significante, ou seja, seria um sistema de representação do Real fundado na linguagem. O Imaginário, por sua vez, diz respeito à imagem, à constituição do significado e ao processo de significação⁴⁸.

Opondo-se ao Real, é no Imaginário que a construção do Eu através da identificação com a representação acontece. Uma vez que tal representação é constituída de aparências (por ser um reflexo no espelho), o Imaginário necessita do Simbólico – a capacidade de representação do real – para se tornar possível. É

⁴⁸ Como simplifica Resende (2012, p. 76) sobre a metáfora de Lacan quando da explicação do RSI: “Quando falamos a palavra “mesa”, o Imaginário delimita as funções do objeto: a mesa onde a refeição é servida, mesa sobre a qual se coloca um vaso, mesa que fica no centro da sala de jantar etc. O Simbólico funciona na representação da mesa com base nos múltiplos significados que seu significante pode assumir no plano discursivo: “Todos à mesa”, “Colocar as cartas na mesa”, “mesa de negociação” etc. Finalmente, temos o Real, que se constitui de tudo aquilo que escapa do Imaginário e do Simbólico e que não pode ser conhecido”.

preciso ressaltar que, visto que as identidades e as coletividades são incontáveis, o Imaginário também é diverso e, nesse sentido, contingente. Assim, cada coletividade é capaz de (re)construir seu próprio Imaginário ao conceber símbolos, instituições, valores e normas inerentes àquele grupo social.

Além disso, considerando que a construção do Eu é tida através da sua representação no espelho, os significantes rechaçados de sua identificação são conferidos a um Outro imaginário, ou seja, na busca por tal constituição subjetiva, ao reconhecer-se enquanto Eu, inevitavelmente, reconheceria o que não era. O Outro, portanto, é entendido a partir de uma série de diferenças em relação ao “Eu”, seja do ponto de vista individual, de um determinado grupo ou no âmbito nacional (CONNOLLY, 1991).

Dentro dessa perspectiva, como o Outro é constituído por tudo aquilo que não se reconhece no Eu, a depender da qualidade de tal diferenciação, positiva ou negativa, o Outro é afirmado como digno de amor ou como indesejável (LACAN, 1977). Na mesma via, Laclau (1996) nos sugere que a identidade, inclusive a identidade coletiva dentro da lógica antagonista, é constituída por meio de relações de diferença com o Outro. Assim, o Outro deveria ter em si o significante de ameaça, caos, instabilidade e negatividade para que o Eu possa se articular em sua oposição⁴⁹.

É preciso salientar, ademais, que pela identidade não ser uma categoria fixa, esta é construída por meio de processos históricos e que, assim, carece de reafirmação contínua (LACAN, 1977). Nesse sentido, Butler (1990, p.33), na sua discussão sobre gênero, salienta o papel da performance nos processos de construção das identidades ao salientar que “não há identidade por trás de suas expressões; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ que dela resultam”. Assim, a construção das identidades dependeria, para além das práticas discursivas, da performance repetida de determinados atos no decorrer do tempo de modo a produzir a aparência de uma identidade completa e natural.

Na busca por manter uma identidade coletiva, portanto, existiria uma certa motivação na busca por inimigos potenciais (RESENDE, 2020), o que se materializaria em práticas de produção de alteridade, que, conforme vemos nas lógicas populistas

⁴⁹ Isso não significa que esta é a única lógica possível de acontecer. Uma vez que as identidades são contingentes, tais associações igualmente o são. Sendo assim, a emergência de um Outro radical, ou seja, constituído enquanto caos, ameaça e inimigo depende de contextos específicos.

contemporâneas, podem ser direcionadas tanto a inimigos internos quanto externos. Aqui nos resta outro conceito. Derivado do latim *alteritas*, alteridade significa o estado de ser o outro, o diferente, o diverso. A partir da década de 1970, o termo passou a ser empregado na filosofia como alternativa para expressar a ideia de Outricidade (*otherness*, em inglês) ao registrar mudanças na percepção ocidental sobre a relação entre a consciência individual e o mundo.

Desde Descartes, a consciência individual – ocidental, europeia, masculina, heterossexual, branca – era tida como ponto de partida privilegiado no entendimento do mundo, excluindo-se, portanto, o ponto de vista do Outro – oriental, não-europeu, feminino, homossexual, negro. O resultado é a construção de um Outro inferior, indesejável e deslegitimado em oposição a um Eu superior, desejável e legítimo.

Com base na crítica à filosofia da modernidade, a questão do Outro passa a despontar como uma problemática epistemológica nas ciências sociais (JOHNSON, 1990). Em termos filosóficos, a questão do Outro, ou seja, “aquilo que não sou” remete diretamente ao desafio ético de como lidar com a diferença: Quem é o Outro em relação ao Eu? Como reconhecê-lo e conhecê-lo? De que forma sua existência se relaciona com a minha? São perguntas que expressam os processos de construção da subjetividade. Recorrendo às teorias pós-estruturalistas, a subjetividade – construída por ideologia (Louis Althusser), linguagem (Jacques Lacan) ou discursos (Michel Foucault) – seria indissociável à articulação da noção do Outro, visto que este passa a ser necessário para definir a posição do Eu no mundo.

No que concerne à disciplina de Relações Internacionais, principalmente a partir de meados dos anos de 1980 e do começo da década de 1990, muito como resposta a todas as mudanças que estavam ocorrendo no tabuleiro mundial, o debate passou a sofrer profundas mudanças no que concerne ao seu escopo e objetivo. Muitos autores passaram a introduzir e se debruçar nas temáticas de identidade e nos processos de formação de identidades ao analisar, sob tal perspectiva, as relações entre os Estados e os mais diversos atores internacionais, abandonando, inclusive, antigos conceitos tidos como incontestáveis ou naturais e trazendo à tona suas problemáticas (NEUMANN, 1999; GUILLAUME, 2011; HOLLAND, 2013).

Para esses autores, as RI poderiam ser melhor compreendidas a partir da construção e da identificação dos contínuos processos relacionais entre o Eu e o Outro (NEUMANN, 1996), ou da construção da diferença, a partir dos processos de identificação e diferenciação entre o Eu e o Outro (NABERS, 2015), ou, ainda, a partir

da identificação dos processos de construção de alteridade e da produção de Outricidade (BUIARGO; RESENDE, 2019). Nesse sentido, o reconhecimento do papel da linguagem quando da constituição das subjetividades, assim como o caráter discursivo e performático das identidades nos permitiria melhor analisar a maneira por meio da qual o Simbólico e o Imaginário de Lacan se reproduzem por meio de discursos, ideologias e matrizes culturais (RESENDE, 2012).

É de se notar, ademais, que, conforme observa Connolly (1991, p. 25),

na modernidade tardia, a contingência da vida e a fragilidade das coisas tornam-se mais vívidas e convincentes. (...) O ressentimento se torna mais generalizado e agudo e busca mais ativamente os alvos disponíveis de difamação⁵⁰.

Nessa perspectiva, o Eu se vê inserido numa realidade de incertezas, contingências e fragilidades no que concerne ao status, poder e oportunidades que lhe são concedidos (CONNOLLY, 1991) e passa a experimentar cada vez mais e de maneira mais latente sensações de incerteza e ansiedade que, por sua vez, acabam por gerar um ressentimento generalizado em relação ao Outro que é, então, reconhecido em oposição de tudo o que se constitui e se reconhece no Eu. Assim, conforme destaca Connolly, ao tentar afirmar e consolidar uma determinada identidade nacional como fixa em si mesma, converte-se as diferenças em Outricidade, em algo mau, essencializado e estereotipado. “A identidade requer diferença para ser e converte diferença em Outricidade, a fim de garantir sua própria certeza” (CONNOLLY, 1991, p. 54).

⁵⁰ A Modernidade é compreendida como o período histórico em que a razão e a ciência se libertam da tradição, principalmente com a Revolução Industrial, o Iluminismo e a instituição dos Estados-nação. De acordo com Resende (2012, p. 25-26), “[a] modernidade era apresentada como a avenida pela qual as Luzes abriam caminho para a saída das trevas, eliminando o preconceito, o costume, a tradição e a autoridade ilegítima. (...) A razão, a ciência e, sobretudo, a vontade de pensar de forma autônoma, trariam a liberdade”. Por sua vez, a Modernidade Tardia, Pós-modernidade ou Alta Modernidade são expressões utilizadas para se referir ao período em que as narrativas da modernidade entram em crise. A “verdade” natural, neutra e embasada por uma narrativa científica passa a ser questionada. “[A] “Verdade” não passaria de uma afirmação apresentada de uma perspectiva privilegiada, refletindo, portanto, as estruturas de poder que a sustentam. Quando um discurso científico, que se diz neutro e universal, reproduz o significado contingente do que seria a “Verdade”, a ideologia que sustenta aquele discurso e aquelas estruturas de poder acaba sendo reproduzida e naturalizada” (RESENDE, 2011, p.29). Nesse sentido, os processos de globalização, o desenvolvimento maciço e a adoção das novas tecnologias de informação e o desenvolvimento do capitalismo em sua vertente neoliberal são representativos da pós-modernidade e imputam à sociedade novos riscos e desafios. Segundo Guiddens (2002, p. 31), “[a] alta modernidade é caracterizada pelo ceticismo generalizado juntamente à razão providencial, em conjunto com o reconhecimento de que a ciência e a tecnologia têm dois gumes, criando novos parâmetros de risco e perigo ao mesmo tempo em que oferecem possibilidades benéficas para a humanidade”.

É digno de nota que essa lógica também se aplica para as relações entre os Estados. Para Campbell (1998), sempre que um Estado diz que está sendo ameaçado por outro estamos diante de um discurso político que cria diferença entre um Eu nacional em relação a um Outro de fora cuja mera existência é interpretada como ameaça. Nesse sentido, a transformação discursiva da diferença em uma ameaça existencial, ou seja, em Outricidade, seria um processo “intrinsecamente político” (CAMPBELL, 1998, p.3).

Conforme nos mostra William Connolly (1991), há uma questão de poder quando da constituição das identidades. Isso porque “se não há identidade verdadeira, a tentativa de estabelecê-la como se fosse verdadeira envolve poder” (CONNOLLY, 1991, p. 66). Assim, “ao converter diferença em ‘Outricidade’, a identidade se articula como natural em busca de estabilização, apresentando-se como legítima e verdadeira e reprimindo as demais pela força” (RESENDE, 2012, p. 80).

Nesse momento, a interseção entre populismo e Outricidade já nos indaga. Afinal, sendo o populismo uma lógica política que se manifesta em momentos de crise do meio social advinda de demandas não cumpridas por parte das instituições responsáveis, onde essas demandas criam entre si uma relação de equivalência na falta e, assim, propiciam uma divisão antagônica da sociedade entre aqueles que estão no poder e o “povo”, as práticas de Outricidade parecem ser um poderoso instrumento, sendo capazes de unificar a constituição desse “povo” enquanto subjetividade legítima.

Para além disso, compreender a ascensão dos populismos contemporâneos e a utilização por líderes populistas de práticas de construção de Outricidade como instrumento para alcançar e se manterem no poder nos leva de encontro à necessidade de elucidar em que lugar e sob quais prerrogativas sociais, políticas e emocionais essa instrumentalização do Outro é possível. Aqui, nos cabe um conceito mais, o de (in)segurança ontológica.

Como discurremos anteriormente, a insegurança virou o paradigma dos novos tempos. A interseção entre globalização, neoliberalismo e democracia representativa, aos moldes como se apresenta atualmente, acabou por aumentar vertiginosamente as ansiedades, as incertezas e as preocupações dos cidadãos ao redor do mundo, inclusive sobre o seu lugar, a sua função de sujeito de direito no meio social em que vive. Nesse contexto, conforme nossa discussão sobre a construção das identidades, os elementos através dos quais os indivíduos, as sociedades e os Estados dão sentido

a si próprios e ao mundo que os circunda passam a ser rotineiramente questionados. O mundo, portanto, experimenta um sentimento coletivo de insegurança ontológica.

Antes de nos atermos especificamente a tal conceito, faz-se necessário que façamos uma digressão ao conceito de segurança internacional. Assim como o conceito de populismo, o de segurança também é um conceito altamente contestado na academia (BALDWIN, 1997; SMITH, 2005). Ao longo da História, os estudos sobre segurança foram pautados, basicamente, pela lógica estratégico-militar, eminentemente ligados ao realismo e, mais especificamente, ao neorrealismo, diretamente relacionados a anseios e interesses estatais. Nessa perspectiva, as relações entre os Estados eram vistas como uma luta pelo poder, onde os mesmos sempre tentavam obter uma vantagem relativa aos demais (BAYLIS, 2008). Dessa maneira, a segurança era entendida sob o prisma da segurança nacional e da proteção das fronteiras estatais contra inimigos externos.

Após o desmantelamento da União Soviética e, conseqüentemente, o fim da Guerra Fria, o desafio dos estudiosos das RI passou a ser repensar a segurança a partir das perspectivas, dos problemas e das necessidades dos novos atores que se inseriam no tabuleiro internacional. Assim, o conceito de segurança passou por um alargamento, com base na inclusão de novas questões de segurança, como questões ambientais, sanitárias, econômicas e de direitos humanos, e por um aprofundamento do conceito no que concerne ao deslocamento do foco do nível puramente estatal para o nível individual ou humano, com os conceitos de segurança humana e segurança ontológica como exemplos iminentes.

O conceito de (in)segurança ontológica, por sua vez, foi desenvolvido por R. D. Laing, já em 1960, em seu livro intitulado *The Divided Self*. Para o autor, segurança ontológica diz respeito à segurança do ser, com base em uma compreensão de nós mesmos como pessoas reais, vivas, completas e contínuas à despeito dos perigos sociais, éticos, espirituais ou biológicos que possamos encontrar. Nesse sentido, sentir-se ontologicamente seguro diz respeito à experiência de um forte senso de realidade e identidade, seja de nós mesmos ou dos outros. Entretanto, segundo o autor, a segurança ontológica só permanece na ausência de ansiedade e perigo (LAING, 1960). Assim, a insegurança ontológica surgiria das conseqüentes tentativas de lidar com as ansiedades e os perigos inerentes à modernidade tardia, onde “sua identidade e autonomia estão sempre em questão” (LAING, 1960, p. 42).

Algumas décadas depois do trabalho de Laing, Anthony Giddens (1991) trouxe novamente à tona o conceito de segurança ontológica, agora sob uma dimensão social, em suas discussões sobre identidade, modernidade e globalização. Para o autor,

[a] modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais da nossa existência. (...) as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, portanto com o eu. Uma das características distintivas da modernidade, de fato, é a crescente interconexão entre os dois “extremos” da extensão e da intencionalidade: influências globalizantes de um lado e disposições pessoais de outro (GIDDENS, 2002, p. 9).

Nessa lógica, segundo o autor, ser ontologicamente seguro “é ter, no nível do inconsciente e da consciência prática, “respostas’ para questões existenciais fundamentais que toda vida humana de certa maneira coloca” (GIDDENS, 2002, p. 49)⁵¹. Uma vez que a modernidade tardia trouxe consigo novos parâmetros de risco pouco ou nunca antes experimentados pelas gerações anteriores – risco de uma catástrofe ecológica, risco do colapso dos mecanismos econômicos globais, risco do surgimento de super-Estados totalitários – uma sensação de realidade compartilhada, das pessoas e das coisas, produzida e reproduzida por meio de rotinas cotidianas seria capaz de pôr entre parênteses questões existenciais de tempo, espaço, continuidade e identidade e, portanto, garantiria ao indivíduo o que Giddens (2002) entende por segurança ontológica⁵².

Assim sendo, as identidades na modernidade tardia seriam definidas a partir de um senso de continuidade e ordem nos eventos cotidianos de maneira que o Eu pudesse experimentar uma sensação de continuidade biográfica que fosse capaz de comunicar, além de si mesmo, a outras pessoas. A identidade de uma pessoa, para o autor, se encontraria na capacidade do Eu em sustentar uma narrativa biográfica particular, que deveria “integrar continuamente eventos que ocorrem no mundo exterior e classificá-los na ‘estória’ em andamento sobre o eu” (GIDDENS, 2002, p. 56) de modo que este seja capaz de confiar que ele, e o ambiente que o circunda, permanecerá constante, estável e previsível (GIDDENS, 2002).

⁵¹ Para outros autores que trabalham o conceito de segurança ontológica nas RI, ver Mitzen (2006) e Steele (2008).

⁵² É relevante ressaltar que ainda que a Modernidade Tardia, como escreve Giddens (2002), de fato, tenha trazido consigo “novos parâmetros de risco” para as sociedades, não podemos tomar tais experiências e inseguranças como inéditas, uma vez que, historicamente, diversos grupos sociais, como negros, povos latinos e minorias em geral, estiveram desde sempre inseridos numa realidade de crises rotineiras, eminentemente insegura e recheada de riscos.

É preciso ressaltar, entretanto, que a narrativa biográfica que sustenta a identidade é inerentemente frágil (GIDDENS, 2002). Primeiro, porque todas as mudanças e transformações da modernidade tardia acabam por dificultar a unificação, a proteção e a reprodução dessa narrativa. Em segundo lugar, porque o indivíduo se vê constantemente impotente diante de um mundo socialmente amplo e, em grande medida, alheio às suas vontades. Ademais, Giddens (2002) nos atenta para outro aspecto desse período histórico que diz respeito não só à fragilidade da narrativa que sustenta as identidades, mas, também, ao que torna possível a (re)construção, a (re)afirmação e a (re)constituição de novas identidades: a ideia de crise. Para o autor,

[U]ma “crise” soa como uma grande perturbação ou ameaça de perturbação, num determinado estado de coisas. (...) Nas condições sociais modernas, porém, as crises tornam-se mais ou menos endêmicas, tanto no nível individual quanto ao coletivo. (...) A modernidade é inerentemente suscetível à crise, em vários níveis. Existe uma “crise” sempre que as atividades relativas a importantes objetivos na vida de um indivíduo ou de uma coletividade repentinamente parecem inadequadas. As crises nesse sentido, tornam-se parte “normal” da vida, mas por definição não podem ser rotinizadas (GIDDENS, 2002, p. 170-171).

O fato é que as crises (ou as narrativas de crise) são capazes de gerar sentimentos de instabilidade e ansiedade que acabam por interromper nossa capacidade de manter as narrativas biográficas que constituem nossas identidades e nosso senso de segurança ontológica, ao mesmo tempo em que estabelecem um senso de urgência pelo (re)estabelecimento de uma identidade estável, previsível e reconfortante (HOMOLAR; SCHOLZ, 2019). Como salienta Laclau (2013), na sua discussão sobre populismo, sem uma crise do social, por menor que ela seja, não haveria possibilidade da instauração de uma fronteira antagônica do social e, por consequência, não haveria as condições para a constituição do “povo”.

O fato de estarmos inseridos em tal cenário de crise, ansiedades e inseguranças, como observamos anteriormente, funciona como um pano de fundo para que possamos compreender sob quais circunstâncias a lógica política populista contemporânea se constrói e torna possível a ascensão das lideranças populistas atuais, como analisamos na segunda subseção. Para além disso, a interconexão entre esse cenário e o discurso populista que propaga medo, urgência e excepcionalidade acaba por propiciar a (re)constituição do “povo” na lógica populista contra o seu bloco antagônico, o seu inimigo, que passa a ser visto/construído/(re)afirmado como

principal causador dessa insegurança ontológica generalizada e que, portanto, precisaria ser reprimido, rechaçado, eliminado.

Ademais, é preciso que nos atentemos, contudo, conforme já salientava Laing, que

[o] homem que tem medo de que sua própria subjetividade seja inundada, colidida ou congelada pelo outro é frequentemente encontrado tentando atolar, colidir ou matar a subjetividade da outra pessoa. O processo envolve um círculo vicioso. Quanto mais se tenta preservar sua autonomia e identidade anulando a individualidade humana específica do outro, mais se sente necessário continuar a fazê-lo, porque com cada negação do status ontológico da outra pessoa, sua própria segurança ontológica é diminuída, a ameaça do outro para o eu é potencializada e, portanto, tem que ser ainda mais desesperadamente negada (LAING, 1960, p. 52).

Nessa perspectiva, a utilização de um discurso recorrente de crise, via apresentação de inimigos e ameaças, é capaz de, ao construir lacunas no senso de segurança ontológica das pessoas, “amplificar a imagem negativa que os eleitores têm de si mesmos, do país em que vivem e dos desafios que enfrentam” (HOMOLAR; SCHOLTZ, 2019, p. 346), fazendo, assim, com que as pessoas se mobilizem ao redor de líderes que se apresentam como os verdadeiros representantes do “povo” contra aqueles percebidos como ameaças existenciais, contribuindo, assim, para o sucesso eleitoral de tais lideranças.

Embora alguém possa se questionar sobre a real possibilidade de alcance de um senso de segurança ontológica pleno, visto que as identidades são contingentes e fluídas, o que estamos tentando exacerbar é, justamente, a utilização dessa contingência para a consecução de objetivos políticos. O discurso populista contemporâneo parece, nesse sentido, depender da (re)produção da própria insegurança ontológica que promete erradicar (HOMOLAR, SCHOLZ, 2019).

Os desafios, as ansiedades e os medos associados aos desafios sociopolíticos dos novos tempos – medo do desemprego, medo de estranhos, medo de perder valores e tradições, medo das mudanças climáticas, decepção e desgosto com a política dominante e a corrupção, raiva sobre os números crescentes de desigualdade social, além de medos culturalmente locais (PELS, 2012) – quando associados e articulados pelos discursos populistas contemporâneos são capazes de instigar e produzir insegurança ontológica. A partir daí, ao redor de narrativas nacionais, religiosas, mitológicas, étnicas, os discursos populistas são capazes de oferecer, em contrapartida às inseguranças outrora apresentadas, um sentimento de pertencimento, familiaridade e controle, ao recompensar os laços pessoais e sociais,

aumentando o status e a autoestima do “povo” (SILKE, 2008; HOMOLAR; SCHOLZ, 2019).

É justamente ao redor dessas narrativas que os líderes populistas contemporâneos se engajam em práticas de produção de Outricidade, ao construírem e apresentarem os Outros como inimigos, como ameaças existenciais ao “povo”, que precisam ser derrotados, rechaçados, eliminados, excluídos. Ademais, uma vez que o Outro é apresentado como essa grande ameaça à segurança ontológica do “povo”, muitas vezes, os líderes populistas são capazes de reivindicar o direito e de, de fato, lançarem mão, de medidas extraordinárias contra esse inimigo, o que nos atenta sobre possíveis empasses e questionamentos éticos passíveis dessa construção.

Como foi exacerbado na subseção anterior, ainda que o populismo como lógica política pressuponha uma divisão antagônica da sociedade e a constituição do “povo” em oposição ao bloco de poder, à “elite”, conseguimos perceber uma diferença no que concerne à maneira pela qual populistas de direita e de esquerda constroem, apresentam e buscam lidar com esse Outro, além do que pretendem fazer com ele.

Isso nos move em direção à análise dos casos escolhidos. De posse das análises empíricas dos casos e das perspectivas teóricas trazidas até aqui, veremos no capítulo a seguir a análise dos discursos de construção de inimigos e ameaças, nas respectivas campanhas para a reeleição de Nicolás Maduro e Viktor Órban em 2018, e, mais do que a compreensão de quem são esses inimigos, buscaremos investigar como esse inimigo é construído e apresentado como ameaça existencial ao “povo”, a partir de uma narrativa de crise que busca (re)produzir a fronteira antagônica da sociedade e, assim, a lógica populista vigente.

4 AS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE INIMIGOS E AMEAÇAS NAS CAMPANHAS DE NICOLÁS MADURO E VIKTOR ÓRBAN

4.1 Teoria e Análise de Discursos

A escolha e a utilização de discursos como objeto de análise para a presente pesquisa vão ao encontro das perspectivas teóricas explicitadas no capítulo anterior e da nossa visão de realidade como um construto social. Nesse sentido, como nos mostra a teoria pós-moderna/pós-estruturalista das RI, não sendo a realidade objetiva e, dessa forma, não sendo esta acessível aos indivíduos, é por meio da linguagem que nos tornamos capazes de construir e interpretar a realidade (MESSARI; NOGUEIRA, 2005). Assim, a nossa preocupação perpassa pela análise das práticas de significado e valor na linguagem que, como salienta Shapiro (1989), vai de encontro ao conceito de discurso e explica o porquê de as análises pós-estruturalistas focarem nessa categoria.

A realidade para as pessoas é aquilo que as pessoas constroem como sendo real, e elas o fazem, na maior parte das vezes, através do texto e da conversação. E como não temos acesso direto à suas mentes, mas somente a seus discursos, é melhor que nos concentremos nesses discursos. E não como meras “expressões” de suas mentes, mas sim por si mesmos, isto é, como formas de interação social, com suas próprias variáveis, objetivos, interesses, problemas e estratégias para fazer sentido (VAN DIJK, 2004, p. 9).

Decerto, os “estudos do discurso” (VAN DIJK, 2004, p. 8) antecedem à sua inserção na disciplina de RI e estão inseridos no bojo do Giro Linguístico⁵³ das ciências sociais (e de outras áreas do conhecimento também) que, segundo Van Dijk (2004, p. 7, grifos do autor), seria melhor compreendido como Giro Discursivo, “dado o atual e crescente interesse no estudo do *uso* da linguagem”. Para além da análise, esses estudos incluiriam, também, “teorias’, aplicações críticas e outras dimensões da investigação acadêmica” (VAN DIJK, 2004, p. 8). Assim, a Teoria e a Análise de Discursos se propõem a evidenciar os processos e “as práticas sociais de produção e reprodução de significados e representações” (RESENDE, 2012, p.138), uma vez que,

⁵³ Giro Linguístico ou Virada Linguística diz respeito às mudanças de perspectiva ocorridas nos campos das ciências sociais no último quarto do século XX, principalmente. Com ele, “inicia-se um processo pelo qual a linguagem torna-se o referente principal e determinante de todo o âmbito mental, representativo e de conhecimento” (ROJO, 2004, p. 208).

ao pressuporem a construção social da realidade, todos os elementos presentes nessa construção – objetos, sujeitos e relações – possuem identidades instáveis e performáticas, além de significados (RESENDE, 2012).

É preciso salientar que a assunção da realidade como um construto social e discursivo não nega a existência de uma realidade externa ao próprio discurso – de problemas ou acontecimentos factuais como a pobreza, a desigualdade, as doenças, a violência, ou qualquer outro acontecimento fático, como fenômenos naturais. Todavia, busca entender *como* se constroem as significações desses problemas ou acontecimentos através dos discursos (VAN DIJK, 2004). Nessa perspectiva, como postulam Laclau e Mouffe (1985, p. 182), “o que é negado não é a existência, externa ao pensamento, dos ditos objetos, mas a afirmação de que eles podem ser construídos como objetos fora de qualquer condição discursiva de emergência”.

Ademais, precisamos reconhecer que, por produzirem significados, os discursos acabam por construir a realidade sob o eixo poder/saber trazido por Foucault (1980), o que nos ajuda, a compreender, identificar e questionar as práticas e representações dominantes dentro do discurso, além das hierarquias e dicotomias presentes nessa construção. “O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2010, p.30).

Quando nos dispomos a analisar a agência por trás dos discursos e, portanto, da construção da realidade, procuramos identificar, como fazem os autores pós-modernos/pós-estruturalistas, “como as relações de dominação atuam nos discursos de forma a construir socialmente demandas parciais, temporárias, contingentes e particulares como verdades totais, permanentes, necessárias e universais” (RESENDE, 2012, p. 139). Nesse sentido, a própria política passa a ser vista como a prática da “criação, reprodução e transformação das relações sociais” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 251).

Da mesma maneira que são responsáveis pela construção da realidade, os discursos se mostram importantes práticas de construção das subjetividades. Como já salientamos no capítulo anterior, a partir das ideias de Lacan (1977), ao nascerem sem referência original e a fim de se estabilizar enquanto únicas e completas, as identidades seriam passíveis de serem constituídas apenas no âmbito discursivo. Assim, a linguagem pela qual os indivíduos se referem à realidade e a si próprios acaba por forjar a própria identidade (TAYLOR, 1989). Como bem resume Erica

Resende (2012, p.143), “nosso ‘Eu’ não é independente de como o vivenciamos ao interpretarmos a realidade: ele é produto da interpretação.”

Cabe, neste momento, observar que, para os fins do presente trabalho e a partir da perspectiva teórica com a qual olhamos o fenômeno dos populismos contemporâneos, a utilização da análise de discursos, enquanto saber e técnica, se faz imprescindível para que consigamos compreender não só o próprio populismo enquanto lógica política. Também, auxilia a elucidar as práticas de construção de Outricidade (como os sujeitos são construídos, representados, relacionados e posicionados entre si) nos discursos populistas e a sua condição de possibilidade através de construções discursivas que incitam medo e um senso de insegurança ontológica no eleitorado.

É de se notar, contudo, que a análise de discursos possui uma ampla gama de abordagens e métodos que vão desde o reconhecimento dos aspectos formais do discurso, na identificação de seus tipos, gêneros e estrutura, à “identificação dos recursos e das estratégias sob as quais são construídas representações dos acontecimentos e da ordem social” e os “conhecimentos sobre quais são os efeitos sociais e políticos dos discursos e qual é o valor que a sociedade lhes atribui” (ROJO, 2004, p. 211). Sem querer esgotar as possibilidades de análise dos discursos populistas, para os objetivos perseguidos neste trabalho, utilizaremos dois métodos de análise distintos, mas que, juntos, conseguirão mostrar as nuances dos discursos populistas analisados. São eles: os modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeitos (DOTY, 1993) e a Análise Crítica do Discurso (ACD), sob o enfoque histórico (WODAK, 2003).

Em seu artigo sobre a política de contrainsurgência estadunidense nas Filipinas na década de 1950, Lynn-Doty (1993), a partir de uma abordagem das práticas discursivas, reconheceu que o poder inerente à linguagem não é centralizado ou derivado de um sujeito pré-constituído. Esse poder estaria disperso e produziria os sujeitos e as suas realidades. Nesse sentido, as práticas discursivas, ao mesmo tempo em que criam os sujeitos, posicionam os mesmos entre si.

Seguindo as ideias de Shapiro (1988), a autora reconhece que, uma vez no meio social, os formuladores de política também estão inseridos dentro de um espaço discursivo que impõe significações do mundo e, por consequência, cria a realidade. Sendo assim, a utilização de uma abordagem que foca nas práticas discursivas nos permitiria compreender “*como* essa ‘realidade’ é produzida e mantida e *como* torna

possíveis várias práticas” (DOTY, 1993, p. 303, grifos da autora). Para isso, Doty (1993, p. 306) vislumbra a aplicação dos conceitos de “pressuposição”, “predicação” e “posicionamento de sujeitos” como “mecanismos de análise textual” na busca por entender “como as práticas discursivas constituem sujeitos e objetos e os organizam em uma “grade de inteligibilidade”.

Para Doty (1993, p. 306), “as declarações raramente falam por si. Mesmo as afirmações mais diretas e ostensivamente claras trazem consigo todos os tipos de pressupostos e conhecimentos básicos que são considerados verdadeiros”. Nessa perspectiva, para que uma declaração possa fazer sentido, pressupõe-se que tanto o enunciador quanto o ouvinte tomem a mesma como verdadeira, criando, assim, um pano de fundo discursivo (RESENDE, 2012). Assim, propõe Doty (1993), quando da localização e da representação dos modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeitos, estes devem ser analisados da maneira como estão construídos no discurso para, então, sermos capazes de identificar *como* aquela realidade está sendo (re)construída e representada discursivamente.

Enquanto a pressuposição se coloca como importante mecanismo textual para que o analista seja capaz de identificar o pano de fundo discursivo, a partir das premissas de existência dos sujeitos, objetos e relações dentro do discurso, a predicação lhes atribui qualidades, atributos e propriedades, ligando-os a adjetivos, advérbios e a predicados. “Atributos anexados aos sujeitos são importantes para construir identidades para esses sujeitos e para nos dizer o que os sujeitos podem fazer” (DOTY, 1993, p. 306). Por sua vez, para além de pressupor e predicar sujeitos, é necessário que estabeleçamos uma relação entre os mesmos. Assim, o posicionamento diz respeito a como os sujeitos e objetos são conectados e hierarquizados entre si, estabelecendo relações de oposição, identidade, similaridade e complementaridade.

É de se notar que, embora para fins de análise, pressuposição, predicação e posicionamento sejam tomados separadamente, na realidade, os três mecanismos trabalham juntos e ao mesmo tempo, produzindo uma realidade, um mundo particular ao criar vários tipos de sujeitos e lhes fornecer posições e atributos (DOTY, 1993). Com tal método em mãos, buscaremos identificar a realidade construída e articulada pelos discursos populistas ao identificarmos os principais modos de pressuposição e predicação dos sujeitos e objetos, destacando as qualidades, atributos e as propriedades atribuídas aos mesmos com maior frequência. Dando seguimento,

elaboraremos um esquema que nos possibilite enxergar como esses sujeitos e objetos estão posicionados entre si. Por fim, tal análise nos permitirá reconhecer as identidades atribuídas a cada sujeito pelo discurso, a relação que se estabelece entre os mesmos, o comportamento esperado de cada um, além de nos dar ciência para qual sujeito o discurso confere agência.

Dando prosseguimento à análise, utilizaremos a ACD como método de maneira a identificar “como, através de recursos linguísticos e das estratégias discursivas, incorpora-se ao discurso a presença do falante (enunciador), de seus pontos de vista, de suas atitudes e valores e de seus objetivos na enunciação/interação” (ROJO, 2004, p. 207). Nessa perspectiva, portanto, o enunciador – no nosso caso, os líderes populistas a serem analisados – insere no discurso uma representação específica da realidade, das relações sociais e dos acontecimentos, estabelecendo, assim, uma narrativa dominante sobre uma determinada questão, e passa a definir os parâmetros da discussão a partir daí (ROJO, 2004; BUSBY, 2016).

A ACD nos “fornece uma análise detalhada e sistemática das estruturas e estratégias de texto e fala, e de suas relações com os contextos sociais e políticos” (VAN DIJK, 1999, p. 24). Conforme delineado por Fairclough, Mulderring e Wodak (2011), seus princípios básicos são:

A ACD destaca a natureza discursiva das relações sociais nas sociedades contemporâneas. (...) O discurso constitui a sociedade e a cultura. (...) O discurso faz um trabalho ideológico. (...) O discurso é histórico. (...) A análise do discurso é interpretativa e explicativa. (...) O discurso é uma forma de ação social (FAIRCLOUGH et al, 2011, p. 369-373).

Na perspectiva de Luiza Rojo (2004, p. 216), a ACD se propõe a compreender a construção discursiva dos acontecimentos, dos sujeitos e das relações sociais e, ainda, busca “revelar as implicações sociais desse processo de construção”. Nessa via, a ACD nos fornece saber e prática necessários para compreender o papel dos discursos “na manutenção e fortalecimento da ordem social, ou seja, na sobrevivência do status quo” (ROJO, 2004, p. 216). Para compreender, portanto, as estratégias discursivas que constroem narrativas de medo e insegurança, que permitam aos líderes populistas aqui analisados manter a lógica de antagonismo social e, assim, a lógica política populista, utilizaremos o enfoque histórico do discurso, conforme proposto por Wodak (2003).

Segundo Wodak (2000, 2003), cada ação discursiva traz em si diferentes estratégias discursivas⁵⁴, as quais o analista precisa explorar para que, por fim, consiga assimilar não só as estruturas internas do discurso, mas, igualmente, suas inconsistências, contradições, autocontradições, paradoxos e dilemas. Entre as estratégias a serem investigadas no enfoque histórico de Wodak (2003, p. 53) estão

[a]s estratégias referenciais ou de nomeação, analisadas através da identificação dos recursos de categorização, metáforas e metonímias;
 As estratégias de predicação, que denotam as atribuições estereotipadas e valorativas dos traços positivos ou negativos, assim como os predicados implícitos ou explícitos;
 As estratégias de argumentação utilizadas para justificar a inclusão ou a exclusão política;
 As estratégias que colocam em perspectiva, enquadram ou representam o discurso, a partir de meios para informar, descrever, narrar ou citar os acontecimentos e as afirmações; e
 As estratégias de intensificação e mitigação, que tratam de intensificar ou atenuar a força ilocucionária das afirmações.

Para os fins do presente trabalho, uma vez que os modos de pressuposição, predicação e posicionamento dos sujeitos já nos fornecerá os elementos e as nuances das estratégias de nomeação e de predicação, focaremos nas estratégias de argumentação, de enquadramento ou de representações, e nas estratégias de intensificação ou mitigação. Dessa forma, acreditamos conseguir capturar as nuances dos discursos eleitorais de Maduro e Órban.

É digno de nota que, segundo a pesquisadora, quando da análise dos discursos seguindo o enfoque histórico, há a necessidade de que o contexto seja analisado (como já fizemos ainda no primeiro capítulo) e incorporado à interpretação (WODAK, 2003). Assim, ao analisar criticamente um discurso, precisamos mediar teorias e análises empíricas, o social e o texto, sempre utilizando dispositivos hermenêuticos e interpretativos para preencher as lacunas que possivelmente aparecerão (WODAK, 2003). Ademais, é necessário que o analista transcenda o interior do texto ou do discurso e utilize seu conhecimento do pano de fundo discursivo e do contexto situacional para “situar as estruturas comunicativas ou interativas dos acontecimentos discursivos num marco mais amplo de relações sociais e políticas, de processos e circunstâncias” (WODAK, 2003, p. 103).

⁵⁴ Segundo Wodak (2003, p. 115), “com ‘estratégia’ queremos significar um plano de práticas mais ou menos preciso e mais ou menos intencional (incluindo as práticas discursivas) que se adota com o fim de alcançar um determinado objetivo social, político, psicológico ou linguístico. Ao que se refere às estratégias discursivas, ou seja, no que concerne às formas sistemáticas de utilizar a linguagem, as localizamos em distintos planos de organização e de complexidade linguística”.

As seções a seguir serão dedicadas à aplicação dos métodos aqui descritos para que consigamos compreender as estratégias discursivas de construção de inimigos e ameaças nas campanhas de Nicolás Maduro e Viktor Órban e, ademais, examinar as repercussões desses discursos, e, portanto, da realidade construída, no contexto social de cada caso analisado. Por fim, buscaremos comparar as estratégias dos dois líderes e apontar suas diferenças, similaridades, suas consequências e ética interna.

4.2 Análise dos discursos de construção de inimigos e ameaças na campanha de Nicolás Maduro

A campanha eleitoral para as eleições presidenciais venezuelanas de 2018 se deu entre os dias 20 de março e 17 de maio. As eleições, por sua vez, aconteceram no dia 20 de maio de 2018. Entre os discursos de Nicolás Maduro realizados nesse período, selecionamos uma amostra que conta com três deles: o discurso realizado no dia 14 de abril, durante a Marcha Antiimperialista, que ocorreu em Caracas; o discurso proferido em ato de campanha na cidade de Mérida, no dia 27 de abril; e o discurso final de campanha, que se deu no dia 17 de maio, também em Caracas. Por não estarem disponíveis através de um canal institucional venezuelano, obtivemos os discursos através da transcrição dos vídeos dos eventos, disponíveis na plataforma *YouTube* e transmitidos pela rede de televisão estatal *Venezolana de Televisión*⁵⁵.

Nossa análise buscará, então, compreender a “realidade” criada pelos discursos eleitorais de Maduro e como são construídos, caracterizados e posicionados entre si os sujeitos da lógica populista, ou seja, o “povo” e os seus “Outros” – a elite ou quaisquer outras subjetividades (re)construídas em antagonismo ao “povo”. Ademais, buscaremos compreender como essa estratégia de construção de Outricidade é instrumentalizada por meio de construções discursivas que fomentam uma perspectiva de crise permanente ao criar medo e um senso de insegurança ontológica no eleitorado, garantindo ao líder não só o apoio necessário no que concerne às eleições, mas, também, a manutenção da lógica populista.

⁵⁵ Na intenção de evitar possíveis contaminações no que concerne à análise, visto que a tradução não é passível de ser feita sem um mínimo de articulação, decidimos por não traduzir os discursos que compõem a nossa amostra. É digno de nota que, no caso húngaro, os discursos, proferidos em húngaro em suas respectivas ocasiões, foram traduzidos e disponibilizados em inglês pelos meios oficiais do próprio país e, assim, os analisaremos.

4.2.1 Modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeitos

De antemão, após uma análise do contexto dos discursos, selecionamos os sujeitos articulados às construções identitárias da lógica populista, ou seja, os sujeitos que se inserem dentro das construções do “povo” e de seus “Outros”, os seus significantes flutuantes⁵⁶. Posteriormente, seguimos com a análise dos modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeitos.

No que concerne aos sujeitos que dão significado ao “povo”, além do próprio termo *pueblo*, que é o substantivo que mais aparece nos discursos, 159 vezes (1,5% da amostra), os substantivos Venezuela, que aparece 118 vezes (1,11%), *patria*, que aparece 74 vezes (0,7%), *Nicolás Maduro*, que aparece 26 vezes (0,24%) e *Hugo Chávez*, que aparece 23 vezes (0,22%), se encontram entre os 10 substantivos que mais se repetem em toda a amostra analisada. É digno de nota que identificamos também a utilização frequente de pronomes pessoais e possessivos se referindo a tais sujeitos como *nosotros(as)*, *nos*, *nuestro(a)(s)*, que aparecem 94 vezes (0,88% da amostra), *yo*, *me*, *mí*, *mío(a)(s)*, que aparecem 156 vezes (1,47%) e *usted(es)*, que aparece 70 vezes (0,70%).

À priori, as tabelas a seguir podem aparentar difícil compreensão, mas, é necessário que salientemos, de antemão, que as mesmas servirão de instrumento para que, ao final, possamos identificar a “realidade” construída por meio dos discursos analisados.

Tabela 1: Pressuposição e predicação de sujeitos nos discursos de Nicolás Maduro

<i>Pueblo venezolano Venezolano(a)(s)</i>	<i>Venezuela</i>	<i>Maduro</i>	<i>Hugo Chávez</i>
<i>valorado amoroso</i>	<i>patria de Bolívar</i>	<i>presidente curtido, experimentado y</i>	<i>comandante de la</i>

⁵⁶ A teoria do mapeamento dos significantes flutuantes, conforme formulada por Laclau e Mouffe (1985), diz respeito à análise das práticas articulatórias que constroem e organizam o meio social. Nesse sentido, um determinado discurso busca articular elementos discursivos de forma a reuni-los dentro de uma única totalidade. Conforme nos mostra Laclau (2005,2013) quando da análise do populismo enquanto lógica política, para que o “povo” possa se constituir numa nova identidade, é necessário que haja a cristalização de uma cadeia de equivalência, via nomeação pela identificação de um “significante vazio”, isto é, uma forma sem conteúdo determinado. Por não ter qualquer significado a priori, o significante flutua, podendo, então, ser preenchido por qualquer significado. Dessa maneira, os significantes flutuantes possibilitam que algo particular passe a representar a totalidade. Tendo em mente a identificação dos significantes que flutuam e, assim, significam as identidades do “povo” e de seus “Outros”, é partir daí que iniciamos a nossa análise.

<i>grandioso amado amoroso decidido soberano valientes patriota bolivariano unido hermoso informado pacífico valiente leal chavista perseverante echado para adelante lleno de pasión indescriptible dispuesto a defender la patria con su vida misma consciente revolucionario es la garantía de la paz, la independencia y la soberanía se merece la historia que está viviendo es la voz de dios en la tierra manda y elige libremente tienen una arma en la mano</i>	<i>quiere paz amada patria tiene una voz propria no la detiene nada ni nadie</i>	<i>capacitado listo para las batallas listo para todas las historias humilde obrero amoroso disciplinado comprometido un hombre de palabra victorioso listo para una gran victoria electoral primer presidente chavista de la historia un presidente con pueblo no es cobarde leal al presidente Chávez</i>	<i>revolución padre y fundador de la patria</i>
--	--	---	---

Fonte: Autoria própria.

Os modos de pressuposição e predicação dos sujeitos que se articulam em referência ao “povo” – *pueblo, venezolano(a)(s), Venezuela, patria, Nicolás Maduro, Hugo Chávez* – apontam para a construção de um “povo” chavista, revolucionário, perseverante, soberano, independente, consciente, trabalhador, mas que está sob ataque (em relação à guerra econômica e às forças imperialistas). Assim, desejoso de paz, prosperidade e de garantia de sua soberania, o “povo” deve seguir batalhando, como vem fazendo em todos os anos de revolução bolivariana, e utilizar a sua arma mais forte, o voto (em Maduro), para vislumbrar um futuro melhor.

[N]osotros tenemos que ser la garantía de la paz, la independencia, la soberanía de Venezuela cueste lo que cueste. Y para eso hay una manera muy sencilla y la manera es prepararse para el 20 de mayo y sacar 10 millones de votos del pueblo de Venezuela.

Bueno, ustedes tienen un arma en la mano y el arma se llama el voto soberano y popular del hombre y de la mujer venezolana, del hombre e de la mujer de Mérida. Voto, voto y más voto. Para lograr consolidar la paz (VENEZUELA, 2018, s/p).

Ademais, é de se notar que Maduro, para além de se apresentar como o herdeiro leal de Hugo Chávez, busca, também, (re)construir a identidade do “povo” à semelhança da sua própria identidade, se colocando, ao mesmo tempo, como representante e parte do “povo”. Dessa maneira, o líder denota para si mesmo uma série de qualidades que também atribui ao “povo” – *obrero, humilde, listo para las batallas, victorioso. “Y cuando digo Maduro, no digo un nombre individual. No. Cuando digo Maduro, digo pueblo. (...) Cuando digo Maduro, digo patria, digo revolución, digo esperanza, digo futuro”* (VENEZUELA, 2018, s/p).

Simultaneamente, seguindo a dinâmica da lógica populista, outras subjetividades são construídas em oposição ao “povo” (Tabela 2) – *Oligarquía/Partidos de oposición/La derecha/Henri Falcón* (somam um total de 24 repetições, representando 0,23% da amostra), *Estados Unidos/Imperio de los EEUU/Imperio yanqui/El imperialismo/Los imperialistas* (somam 17 repetições, um total de 0,16% da amostra) e *La derecha latinoamericana*⁵⁷ (*Michel Temer, Juan Manuel Santos, Mauricio Macri*) (juntos, somam 10 repetições, 0,09% da amostra). No que se refere aos pronomes pessoais e possessivos referentes a tais subjetividades – *ello(a)(s), si, se, su, suyo(a)(s)* –, estes se repetem 127 vezes (1,20% da amostra).

Diferentemente das qualificações positivas empregadas ao “povo” e aos seus significantes, os “Outros” são qualificados negativamente e em oposição ao “povo”. Adjetivos e predicados como *golpistas, tiranas, saboteadoras, responsables por la guerra económica, candidato del FMI, persigue, odia y desprecia el pueblo*, são utilizados para fazer referência a esses sujeitos.

⁵⁷ Certas palavras com significados semelhantes ou quando relacionadas nos próprios discursos por um mesmo referente foram agrupadas para os fins da presente análise.

Tabela 2: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados aos “Outros” nos discursos de Nicolás Maduro

Oligarquía Partidos de oposición La derecha	Imperio de los EEUU Imperio yanqui El imperialismo	Derecha Latinoamericana
<i>proimperialista</i> <i>tiranas</i> <i>golpistas</i> <i>saboteadora</i> <i>apátrida</i> <i>responsables por la guerra económica contra el pueblo</i> <i>va a entregar la Venezuela al Fondo Monetario Internacional</i> <i>candidato del FMI</i> <i>hacen daño a la patria</i> <i>tanto cuanto el imperialismo</i> <i>odia y desprecia al pueblo</i> <i>ofrece solo guarimba, violencia, sabotaje de los servicios públicos</i> <i>pretendió imponer en el país una tiranía de las oligarquías, de las cúpulas empresariales</i> <i>prepotentes</i> <i>pretenden vernos encima del hombro</i> <i>dice que el pueblo no vale nada</i> <i>pretendían derrocar el gobierno legítimo y tomar por la fuerza el poder para entregarle nuestras riquezas al imperio yanqui</i>	<i>apoyara el golpe de Estado contra el pueblo</i> <i>trató de detener las elecciones con amenazas externas</i> <i>persigue el pueblo</i> <i>viola el derecho internacional</i> <i>mienten</i> <i>planean sabotear las elecciones</i>	<i>patines del imperialismo</i> <i>presidentes sin pueblo</i> <i>presidentes sicarios</i> <i>presidentes antipopulares</i> <i>de rodillas al imperialismo</i> <i>odiados por el pueblo</i> <i>ha fracasado en la cumbre de Lima</i>

Fonte: Autoria própria.

Dessa forma, os modos de pressuposição e predicação de sujeitos apontam para a construção de um quadro de inteligibilidade que coaduna com a manutenção e (re)construção discursiva de uma lógica populista na Venezuela às vésperas das eleições presidenciais. A identidade do “povo”, alicerçada nas figuras de Deus, Hugo Chávez e Simón Bolívar, é construída a partir de uma narrativa biográfica que atribui a essa coletividade atributos positivos – *conciente, revolucionario, amoroso, batallador, leal, valente, echado para adelante, informado, valorado* – ao mesmo

tempo em que (re)constrói àqueles entendidos como os “Outros”, os inimigos do “povo”, a partir de uma lógica da diferença. Assim, qualificações e predicados negativos atribuídos aos “Outros” – *hacen daño a la patria, imperialistas, viola el derecho internacional, mienten, apoyaran el golpe de Estado, patines del imperialismo* –, antagonizam suas identidades à identidade conferida ao “povo”.

Esse quadro, portanto, nos aponta para a construção discursiva de oposições binárias como, *soberanía/imperialismo, guerra/paz* e *nosotros/ellos*, quando da tentativa de significar as subjetividades da lógica populista.

¿Cómo se elige un presidente de la república en Venezuela? ¿Con un golpe de Estado? ¿Cómo la oposición eligió a Pedro Carmona Estanga? ¿Con una guarimba? ¿Dónde se elige el presidente de Venezuela, en Washington o en Mérida? ¿En Bogotá o en el Vigía? ¿En Miami o en los Andes venezolanos? ¿Quién elige el presidente en Venezuela? ¿Donald Trump? ¿Juan Manuelito Santos? ¿Mauricio Macri? ¿Ramón a Luz? No. El presidente de Venezuela, lo elige el pueblo venezolano en el ejercicio de su soberanía política y de su voluntad nacional.

¡Abajo el imperialismo norte americano! ¡Abajo las guerras imperialistas! (...) Son batallas que tenemos que dar y que la humanidad debe continuar avanzando, como la batalla del pueblo de Venezuela por la paz, por la dignidad, por la soberanía, por la integridad de nuestra patria. Vamos a prepararnos, hombres, mujeres, por encima de la guerra económica que hace y harán en las próximas semanas, nosotros tenemos una forma de vengarnos contra la guerra económica y nuestra gran venganza contra la oligarquía y la guerra económica va a ser la gran victoria de la democracia venezolana, el 20 de mayo, domingo bendito del pueblo. (...) Nosotros somos un pueblo de paz, nosotros no estamos amenazando y lanzándole misiles a nadie de este mundo. Pero para defender esta tierra y el derecho a la paz de estos niños, desde ya hay que preparar la consciencia nacional para que el domingo 20 de mayo.

Lo único que ofrece la oposición proimperialista es guarimba, violencia, sabotaje de los servicios públicos. Y nosotros, se los digo compatriota, te lo digo a ti muchacha, te lo digo a ti mujer con cuatro hijos, te lo digo a ti hombre trabajador, luchador, nosotros tenemos que ser la garantía de la paz, la independencia, la soberanía de Venezuela cueste lo que cueste (VENEZUELA, 2018, s/p, grifos nossos).

A pressuposição que respalda as oposições binárias construídas é a admissão de que todas as adversidades enfrentadas pelo “povo” venezuelano – hiperinflação, desabastecimento de alimentos, remédios, água e energia elétrica – são resultado de uma *guerra económica* travada contra o governo de Maduro, e, conseqüentemente, contra o “povo”, pelas *oligarquías*, pela *oposición proimperialista*, com a auxílio e respaldo do *imperio* dos Estados Unidos, na tentativa de parar a revolução e de entregar as riquezas do país (*entregar nuestras riquezas*) *al imperio yanqui*. Nesse sentido, as eleições são representadas como um momento único, paradigmático, de definição do futuro do país e do futuro do “povo” venezuelano.

Si queremos paz en Venezuela, si queremos recuperación económica, si queremos a la Venezuela del futuro, de la esperanza renovada, la Venezuela potencia, necesitamos una gran victoria. Porque el domingo se decide lo que va ocurrir, lo que va a ocurrir en Venezuela en los próximos 30 años o más. Esto que vamos a decidir en lo domingo 20 de mayo tiene que ver con el futuro de ustedes (VENEZUELA, 2018, s/p).

Conforme salientamos no capítulo anterior, a compreensão do populismo enquanto lógica política, para além da constituição de uma identidade popular em antagonismo às subjetividades reconhecidas como os “Outros”, também possui uma dimensão afetiva (LACLAU, 2013), que já era muito presente no discurso carismático de Hugo Chávez e que Maduro busca reproduzir. Assim, Maduro constrói uma narrativa de medo e crise, ao articular as oposições binárias identificadas. Nesse sentido, a oposição *soberanía/imperialismo* é construída a partir de uma narrativa que instiga medo no eleitorado, com constatações que ligam os EUA ao golpe de Estado sofrido por Chávez ainda em 2002, com a ideia de que os EUA não só apoiaram grupos armados durante as *guarimbas*⁵⁸ de 2017 mas que, também, se preparam para sabotar as eleições venezuelanas e que querem, assim, se apossar das riquezas do “povo”.

Na mesma via, as oposições binárias *guerra/paz* e *nosotros/ellos* são articuladas de maneira a contrapor a elite interna, a oligarquia ao “povo”. Assim, no caso da primeira, enquanto o “povo” venezuelano é retratado como desejoso de paz, desenvolvimento e melhora em seus padrões de vida, tudo o que a elite de direita ofereceria é uma guerra econômica que só resulta em hiperinflação, sabotagem dos serviços públicos e desabastecimento. Por fim, a oposição *nosotros/ellos* é construída a partir da incitação de medo e incerteza quanto a possível vitória dos adversários políticos de Maduro que, caso saíssem vencedores, entregariam as riquezas da Venezuela aos EUA, fechariam um novo acordo com o FMI e acabariam com as políticas de distribuição de renda e os benefícios sociais concedidos pelo então governo com o *carnet de la patria*.

¿El pueblo de Mérida por eso se va a entregar al imperialismo? ¿El pueblo por eso se va a votar por el candidato del Fondo Monetario? No.

⁵⁸ Segundo Margarita Lopez Maya (2020, p. 185), “operações *guarimbas* são uma forma de protesto de rua que consistem em bloquear vias de trânsito com objetos diversos (lixo, pneus, paus, fogueiras, etc). Quando chegam os corpos repressores, os protagonistas dos protestos se retiram para as suas casas, ou lugares seguros, onde não possam ser alcançados. (...) Algumas *guarimbas* se tornaram violentas com o objetivo de criar instabilidade tal, que obrigaria os militares a intervir e liderar um golpe de Estado”. É digno de nota que, desde que Maduro assumiu a presidência, ocorreram *guarimbas* em 2014 e 2017.

*Aquí está el plan de gobierno de Henri Falcón. ¿Ustedes conocen a Henri Falcón? Bueno, él dio conocer a su programa de gobierno y él dijo que **si él es presidente de la república va a acabar con el carnet de la patria**. Dijo Henri Falcón, que va hacer un acuerdo con el fondo monetario internacional para acabar con el carnet de la patria y botar a 1 millón de trabajadores públicos a la calle. **¿Eso es lo que Venezuela necesita?** (VENEZUELA, 2018, s/p, grifos nossos).*

No que concerne à elite interna, é digno de nota que, contraditoriamente à sua construção em antagonismo ao “povo”, no último discurso de campanha de Maduro, o presidente lhes faz um chamado de união e abertura ao diálogo no caso de sua vitória, o que nos aponta para uma intenção conciliatória de sua parte, ainda que sob as suas próprias condições. A identificação dos EUA como o principal inimigo do país e de seu imperialismo como principal ameaça é, de fato, contundente. Mas, no que concerne à oposição interna, retratada como possivelmente enganada, a esta é aberta a possibilidade de conciliação.

Le hago un llamado, inclusive, aquellos que no nos quieren, le hago un llamado a aquellos que nos odian, aquellos de la oposición, les hago un llamado con la verdad. Solo un segundo, les pido que me escuchen para hablarles con la verdad, en nombre de nuestro padre creador, en nombre de nuestro Jesús redentor, les hablo con la verdad. En Venezuela cabemos todos, en Venezuela podemos marchar juntos. A ti, compatriota opositor, que a ti te han envenenado años tras años para que sientas miedo de nosotros, desprecio y odio hacia el pueblo. (...) Que abandonaran, te engañaron. Si me lo permite, compatriota opositor, te extiendo mi mano, vamos juntos. Solo juntos es posible. El 20 de mayo voy a ganar las elecciones y voy a seguir siendo el presidente de la república hasta el 2025. Te extiendo mi mano. Basta de odio, basta de divisiones. Vamos a unir a Venezuela, vamos a recuperar a nuestra patria (VENEZUELA, 2018, s/p).

É importante ressaltar, também, que, ao mesmo tempo em que instiga medo e insegurança em relação aos inimigos e ameaças que constrói ao “povo”, Maduro detona um tom emocionado quando traz as representações, aqui já comentadas, de Deus, Hugo Chávez e Simón Bolívar. Igualmente, quando se refere ao “povo”, Maduro utiliza expressões afetivas, paternais e religiosas que não só salientam as conotações positivas dessa subjetividade, como servem para consolidar sua identidade.

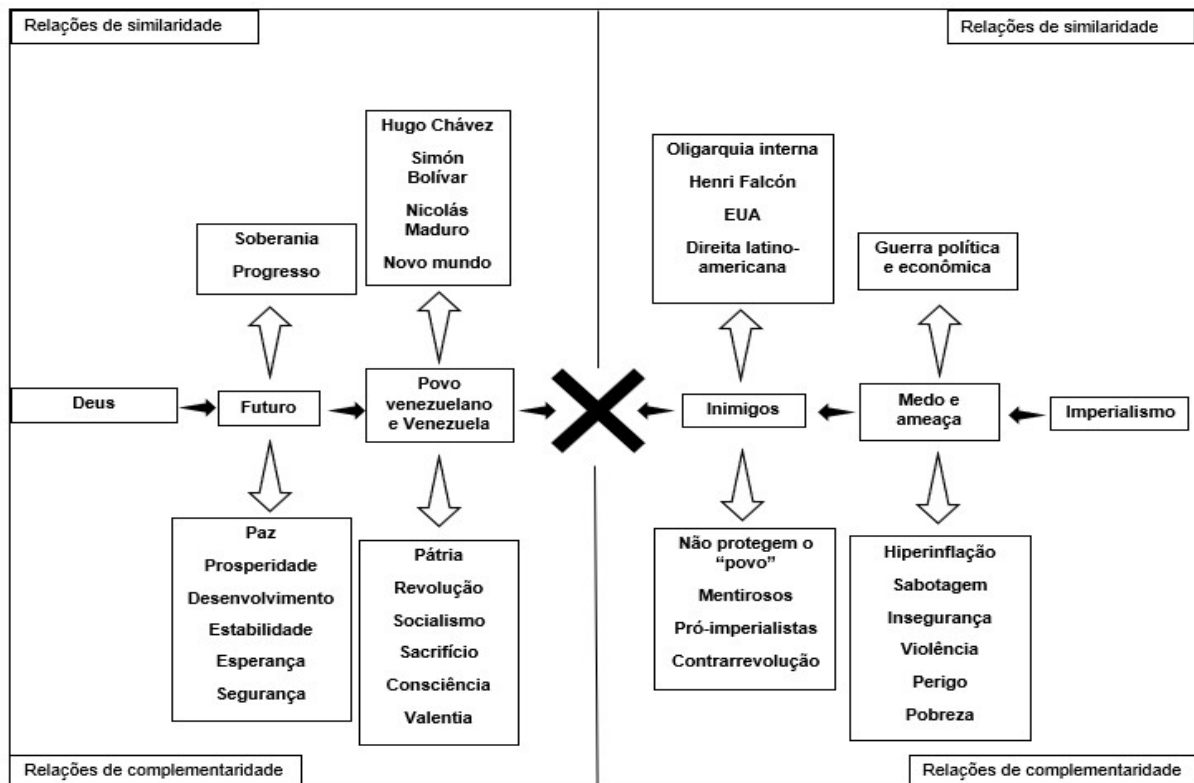
Pidamos a dios sus bendiciones y continuemos batallando unidos y en victoria.** ¡Que viva el 14 de abril del año 2013! ¡Que viva el 14 de abril del año 2002! ¡Que viva el legado del comandando Chávez! ¡Que viva la unión del pueblo! Y digamos con amor, 16 años después, Chávez vive. Independencia y patria socialista. Este será nuestro futuro, de gloria, de lucha, de batalla. Yo he visto el futuro en ustedes, en la energía y la decisión de combate que tiene el pueblo para hacer patria. **He visto el futuro en la firmeza inconvencible, en la fe

suprema del pueblo en Venezuela, porque lo he dicho y lo practico: hay que amar la Venezuela, hay que creer en Venezuela, hay que amar el pueblo venezolano y hay que creer en las fuerzas creadoras infinitas del pueblo de Venezuela. Hay que creer en nuestra patria. Tenemos que creer en nuestra patria como quien cree en un hijo, como quien cría una hija, una nieta, un nieto, con amor, con fe (VENEZUELA, 2018, s/p, grifos nossos).

No que se refere ao posicionamento dos sujeitos, para além da construção desses através de linhas antagônicas, como observado no caso das oposições binárias acima observadas, percebemos, também, a construção deles sob um arranjo hierárquico. Ao “povo” soberano e consciente da Venezuela é conferida toda agência e responsabilidade sobre o futuro do país. Por sua vez, ainda que aqueles descritos como os “Outros” também sejam dotados de poder de agência, esse poder encontraria restrições no poder eleitoral, na persistência e na soberania do “povo” venezuelano. Sendo assim, quaisquer inimigos e ameaças poderiam ser combatidos, e vencidos, pelo voto do “povo” e, conseqüentemente, com a reeleição de Nicolás Maduro.

Por fim, os resultados obtidos até aqui nos possibilitam vislumbrar a realidade construída nos discursos de Nicolás Maduro através de uma lógica populista que (re)constrói a identidade do “povo” venezuelano com atributos e agência específicos. Para além da identidade chavista, socialista e bolivariana, Maduro busca maior identificação do “povo” com a sua própria figura. Ademais, tal identidade é articulada em antagonismo aos inimigos e ameaças (re)construídos pelos próprios discursos. Dessa maneira, os modos de pressuposição, predicação e posicionamento nos permitem observar a utilização da Outricidade como instrumento discursivo que, ao possibilitar a cristalização da identidade do “povo” a partir de uma lógica da diferença, ajuda a naturalizar a realidade construída por Maduro. Aqui, então, propomos o subsequente esquema representativo da realidade criada pelos discursos aqui analisados:

Figura 1: Representação dos modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeitos, relações e realidades (Venezuela).



Fonte: Autoria própria.

4.2.2 Análise Crítica do Discurso: enfoque histórico

Com base na realidade articulada pelos discursos de Nicolás Maduro, o presente método nos permitirá identificar as estratégias discursivas utilizadas na construção da mesma e empregadas de forma a materializá-la e, assim, naturalizá-la. Antes de nos atermos especificamente à análise, contudo, é relevante que levantemos alguns pontos sobre o contexto no qual estão inseridos os discursos aqui analisados.

Como identificamos na seção 1.3, a situação política, econômica e social na Venezuela às vésperas das eleições de 2018 era de intensa polarização interna e pressão internacional pela ilegitimidade do governo de Maduro. É de se notar, também, que, pelo menos desde 2013, conforme já observamos, Maduro responsabiliza a oposição por uma guerra econômica e os EUA por medidas de vieses imperialistas. Nessa via, segundo a narrativa oficial, essa é a causa do desabastecimento maciço de itens básicos, da hiperinflação e, conseqüentemente, da diminuição expressiva dos padrões de vida da população.

O fato é que, relegada a uma realidade sem perspectiva de melhora, um número cada vez maior de venezuelanos acabou por se ver obrigado a deslocar-se do país, gerando uma crise migratória, que em fevereiro de 2018 já somava a cifra de mais de 1.200.000 venezuelanos deslocados (OIM, 2021). Nesse contexto de intensa pressão, o governo, que com a Assembleia Constituinte conseguiu lançar mão de algumas medidas econômicas a fim de atenuar as consequências da crise para a população e para a sua popularidade, segue utilizando a retórica de guerra econômica por parte da oposição e de imperialismo por parte dos EUA, na tentativa de angariar para si o papel de representante legítimo dos interesses do “povo” venezuelano.

Desse modo, as estratégias discursivas empregadas por Maduro, quando de seus discursos eleitorais para as eleições de 2018, coincidem com a busca por manter a lógica populista vigente no país, uma vez que, de um lado, busca reunir o “povo” em torno das figuras históricas de Chávez e Bolívar, além da sua própria figura e seus logros, e, do outro, (re)produz a fronteira antagônica da sociedade ao apresentar a elite interna e os EUA como os grandes inimigos do “povo”.

É de se notar, a priori, que, ao nomear e qualificar os significantes do “povo” e de seus “Outros” (como já observamos anteriormente), Maduro, igualmente, utiliza palavras que ora unem e ora separam, de forma a marcar a fronteira antagônica vigente. Nesse sentido, a utilização dos pronomes nós, nossos e nossas – *nosotros, nos, nuestro(a)(s)* – funcionam de forma a unir, a si mesmo e ao seu partido, as referências que o presidente faz ao “povo”. Na mesma via, a utilização dos pronomes eles, lhe-(s), seus(s), suas(s) – *ello(a)(s), sí, se, su, suyo(a)(s)* – apontam para a tentativa de separar do “povo” aqueles representados como os “Outros”, o que também acaba por estabelecer uma relação de similaridade tais subjetividades.

Aqui, portanto, notamos a utilização de dêixis de pessoa. Segundo Resende (2017, p. 187), “a figura da dêixis interpela o ouvinte a se posicionar em relação à fala e o falante, fazendo com que ele se identifique – ou não – como pertencente ao mesmo grupo, tempo, ou espaço do falante. Ele constrói o sentido grupo”. Desse modo, baseado no pensamento dela, a dêixis é útil neste trabalho devido a sua capacidade de “fixar referências forjar identificação e associação entre falante e ouvinte, construir sentimentos e pertencimento a uma coletividade, além de atrair e aglutinar terceiros para o polo do falante” (p. 188). Assim, o conceito é utilizado para analisar a o efeito de inclusão e/ou de exclusão de discursos proferidos por atores políticos.

Ademais, ao qualificar positivamente o “povo” e negativamente os seus inimigos, Maduro também reitera essas construções com procedimentos linguísticos que atribuem à oposição e os EUA toda a responsabilidade e a culpa pela crise enfrentada pelo “povo”, ao mesmo tempo em que, ao se referir ao seu governo, exalta os seus feitos e minimiza sua responsabilidade, numa articulação que se coaduna com uma estratégia de intensificação e atenuação.

*Ustedes saben que **la derecha esta nos sabotando** en el servicio eléctrico y nosotros resistiendo.*

*Vamos a prepararnos, hombres, mujeres, **por encima de la guerra económica que hacen y harán en las próximas semanas.***

*Todos los días, **con las guarimbas que pretendían derrocar el gobierno legítimo y tomar por la fuerza el poder para entregarle nuestras riquezas al imperio yanqui.***

Fue por el carnet de la patria que creé 800 salud para amainar la guerra económica en las medicinas. Es con el carnet de la patria que vamos a llegar a 5 millones de viviendas para los venezolanos.

*Yo pude haber tenido una excusa de que con la guerra económica no podía construir más viviendas, no tuve excusa. **Me comprometí en dos millones para el año 2018 y he cumplido.***

*Este mes de abril, **vamos a seguir fortaleciendo el carnet de la patria, el próximo jueves, 19 de abril, en el plan de apoyo económico contra la guerra económica, con el carnet de la patria verificado en el código de QR, vamos a depositar 10 millones de modos, independencia de un millón de bolívares** (VENEZUELA, 2018, s/p, grifos nossos).*

No que se refere às estratégias de argumentação, Maduro constrói seu discurso, e a sua realidade, a partir da exaltação, do empoderamento do “povo” venezuelano, de sua soberania, de sua persistência, do seu comprometimento com a revolução bolivariana e que, respaldado por essa história, essa força e esse patriotismo, o “povo” deveria seguir batalhando unido por seu futuro. Ao se apresentar, portanto, como o representante legítimo desse “povo”, Maduro justifica suas ações, como a convocação da Assembleia Constituinte por decreto ou a intervenção na gestão de uma hidrelétrica estadual, com base na prerrogativa de que está agindo em prol do “povo” e de seus interesses, ainda que legalmente haja em desacordo com a Constituição do país.

[E]l camino de la paz, de la patria y de la tranquilidad es la asamblea nacional constituyente. El poder constituyente originario, es el poder popular constituyente.

La hidrológica se quedó en manos del gobernador. Aumentó las tarifas a lo loco. Está botando a los trabajadores de la hidrológica, por eso le he dado la orden al vicepresidente ejecutivo que se intervengan hoy mismo, de inmediato, a la hidrológica de Mérida. Que se ponga orden (VENEZUELA, 2018, s/p).

Na mesma via, o presidente constantemente narra os eventos que acontecem na Venezuela, inclusive as eleições, a partir da produção de uma atmosfera de guerra, de embate, em que o “povo”, ainda que ferido, precisaria continuar batalhando por sua pátria contra aqueles que o relegam a uma realidade de *guarimbas*, insegurança, guerra econômica, dependência, desabastecimento, desemprego. A (re)produção de ameaças e inimigos pelos discursos de Maduro, assim, lhe garante base argumentativa para seguir com as ações de seu governo, como a centralização do poder no executivo ou a militarização do mesmo.

Por eso, la mejor respuesta que este pueblo puede dar a la oligarquía es esta. Cohesionada en las calles, unido en la fuerza de la batalla diaria.

La revolución ha soportado guarimbas en 2014 y 2017, intentos de magnicidios, intentos de golpe de estados y nuestro pueblo esta preparado para lo que sea.

Son batallas que tenemos que dar y que la humanidad debe continuar avanzando, como la batalla que da al pueblo de Venezuela por la paz, por la dignidad, por la soberanía, por la integridad de nuestra patria (VENEZUELA, 2018, s/p).

É importante ressaltar, também, que Maduro faz uma conexão constante entre passado, presente e futuro. Ao exaltar um passado histórico de resistência negro, indígena e revolucionário contra as elites coloniais e estrangeiras, com referências à Bolívar, Ezequiel Zamora e José Leonardo Chirino⁵⁹, e passando a inúmeras referências a Hugo Chávez como o baluarte, o comandante da revolução bolivariana, Maduro exalta as mudanças políticas acontecidas nos quase 20 anos de governo chavista, mas sempre lembrando que ainda há muito o que ser feito. De posse desse passado glorioso e revolucionário e das batalhas que se impõem no presente, o “povo” é novamente conclamado para lutar por um futuro soberano e independente, pela

⁵⁹ Ezequiel Zamora e José Leonardo Chirino são dois símbolos da História e da luta venezuelana pela independência colonial, contra o controle estrangeiro e pela abolição da escravatura. José Leonardo Chirino era um comerciante afro-venezuelano que testemunhou a Revolução Haitiana (1791), liderada por negros e escravos, quando passava pelo país a trabalho. Ao retornar à Venezuela, Chirino liderou o movimento que visava promover igualdade de direitos para os afro-venezuelanos, ao mesmo tempo em que intentava lutar contra a colonização espanhola. Ezequiel Zamora foi uma figura militar importante na insurgência guerrilheira contra o governo central, já na Venezuela independente, na chamada Guerra Federal entre 1859 e 1863. O evento tentou realizar distribuição de terras para a população mais pobre, uma vez que as terras ainda estavam, desde o tempo da colonização, concentradas nas mãos da elite interna, representada por grandes proprietários e pecuaristas. Zamora, juntamente com Bolívar, é visto como figura central nos ideais históricos do bolivarianismo, especialmente no que concerne à independência do controle estrangeiro e aos ideais de igualdade e unidade da Venezuela (AZZELLINI, 2009).

manutenção da revolução, que só pode ser possível com sua reeleição nas eleições presidenciais, por pelo menos 10 milhões de votos.

*Hemos pasado en 20 años un proceso único en la historia de Venezuela. Hemos visto como nuestro pueblo de ha crecido en todas las etapas, en todas las coyunturas. Hemos visto como el pueblo se ha educado, como ha surgido una nueva cultura política, de valores: **el valor de la patria, el valor del amor a la historia, el valor de Bolívar y el amor a los libertadores, el valor de resignificar la historia de la resistencia de Guaicaipuro y de nuestros abuelos indígenas. Cuentos valores se han acumulado en nuestra mente y en nuestro corazón y conformado hay una nueva cultura política de cada uno de nosotros cuando levantamos la bandera de Bolívar, de Guaicaipuro, de José Leonardo Chirino, de Ezequiel Zamora. Levantamos la bandera de lo que es el pueblo venezolano hoy, de lo que es su historia grandiosa de resistencia y de lucha.***

¡Que viva el legado del comando Chávez! Y digamos con amor, 16 años después, ¡Chávez vive!

Son muchos los logros de la revolución en estos 19 años, muchos los logros en educación, (...) muchos los logros en vivienda, infraestructura. (...) Son muchos los logros en cultura, en la identidad nacional. Son muchos los logros en empleo, en estabilidad laboral, en defensa de los trabajadores. Son muchos los logros en los avances tecnológicos, científicos. Son muchos los logros en la recuperación de la economía nacional. Pero falta mucho y yo veo el camino después del 20 de mayo.

***Acompañenme el domingo, 20 de mayo, con 10 millones de votos y les aseguro la prosperidad económica, la recuperación de Venezuela y la construcción de una Venezuela potencia a la altura de los sueños de todos los venezolanos** (VENEZUELA, 2018, s/p, grifos nossos).*

Outro ponto que se destaca nos discursos do presidente é o simbolismo cristão, algo que Chávez também fazia⁶⁰. Sendo a Venezuela um país predominantemente católico, nos discursos analisados, Maduro se refere ao “povo” como *la voz de Dios en la tierra*. Além disso, em suas construções discursivas, alguns feitos da revolução são comparados a milagres de Deus e, nesse sentido, Deus protegeria o “povo” e a revolução.

*Esto que hemos vivido nosotros en 16 años, no lo ha vivido ningún pueblo del mundo, **esto ha sido un milagro y es cierto que los milagros nos hacen dios, sí. Amén.***

El gran milagro de dios en esta tierra ha sido la consciencia, la dignidad vergataria del pueblo venezolano, su valentía, su patriotismo, su lealtad, su perseverancia permanente.

*Oh dios, que el que nos determina el futuro y aquí en Venezuela ya está determinado y **el pueblo que es la voz de Dios en la tierra** tomó la decisión, Nicolás Maduro Moros será el próximo presidente de la república para el camino 2019, 2020 (VENEZUELA, 2018, s/p, grifos nossos).*

⁶⁰ Num discurso proferido pelo ex-presidente Hugo Chávez em 2011, ele disse que Jesus de Narazé teria sido o maior socialista da nossa era.

Quando da análise das estratégias de argumentação, também identificamos estratégias de enquadramento. Como já salientamos anteriormente, o presidente constrói sua realidade a partir de uma imagem da Venezuela que condiz com um campo de batalha ameaçador e arriscado. Ao mesmo tempo, a despeito da imagem que constrói, o presidente traz sempre um tom positivo e confiante nos discursos analisados. “Claro que vamos a ganhar. Vamos a ganhar en el Vigía. Vamos a ganhar en Mérida. Y vamos a ganar en toda la Venezuela con el voto de un pueblo consciente” (VENEZUELA, 2018, s/p).

Nessa articulação, a imagem de um futuro dependente, inseguro e incerto é associada a uma possível vitória da oposição nas eleições, enquanto a imagem de um futuro soberano, independente e próspero é, por outro lado, associada à reeleição de Maduro como presidente do país. Nessa perspectiva, o enquadramento da realidade venezuelana se desenha sob um enfoque eminentemente antiimperialista e pós-colonial⁶¹, mas, igualmente, centralizador⁶².

Em síntese, a análise crítica dos discursos de Nicolás Maduro, para além de nos permitir enxergar a maneira pela qual seus inimigos e ameaças são construídos, via Outricidade, também nos traz questões acerca das possíveis consequências e desdobramentos desse processo. Para além de simplesmente criar imagens distintas entre o “povo” e aqueles entendidos como os “Outros”, a (re)produção de uma realidade polarizada e em constante conflito acaba por fomentar um senso de insegurança ontológico nas pessoas que passam a enxergar a diversidade de opiniões e a divergência política – que deveria ser natural em qualquer meio social – como algo ruim, que deve ser eliminado.

Ainda que esta pareça ser uma boa estratégia eleitoral, no longo prazo, a dinâmica de criação de antagonismo social poderia acabar por obscurecer e silenciar demandas populares e parcelas da população que não se veem mais inseridas nos referenciais de “povo” construídos. Ou seja, uma dinâmica excludente e violenta. Ademais, no caso de Maduro, as tendências, cada vez mais centralizadoras, adotadas em resposta às pressões internas e internacionais, acaba por obscurecer as iniciativas e a possibilidade real de uma democracia protagonista na Venezuela.

⁶¹ Pós-colonial no sentido de não aceitar para si o *status quo*, a história única de inevitabilidade de adoção do sistema neoliberal, vislumbrando, assim, outras possibilidades de futuro.

⁶² Com centralizador queremos fazer referência à centralização de poder no Executivo, uma vez que o Legislativo venezuelano foi vencido pela oposição, o que acarreta, também, uma menor autonomia popular, objetivo máximo da revolução chavista.

4.3 Análise dos discursos de construção de inimigos e ameaças na campanha de Viktor Órban

Entre os inúmeros discursos de Viktor Órban durante a campanha de seu partido Fidesz para as eleições gerais de 2018, que se deu entre 07 de fevereiro e 07 de abril, com a eleição tendo acontecido em 08 de abril, selecionamos uma amostra que contém três desses discursos: o discurso Estado da Nação (*State of Nation Adress*), realizado em Budapeste, no dia 08 de fevereiro, o discurso pelo 170º aniversário da Revolução Húngara de 1848 (*Orbán Viktor's ceremonial speech on the 170th anniversary of the Hungarian Revolution of 1848*), realizado em 16 de março, também em Budapeste, e o discurso feito por Órban durante o evento que marcou o final da campanha do Fidesz para as eleições gerais, que se deu no dia 07 de abril, na cidade de *Székesfehérvár*. Os discursos foram retirados do site oficial do governo húngaro, já em língua inglesa⁶³.

Nossa análise visa compreender a realidade criada pelos discursos eleitorais de Órban e como os sujeitos da lógica populista, o “povo” e o seu “outro” – seja a elite ou qualquer outra subjetividade (re)construída em antagonização ao “povo – são caracterizados e posicionados entre si. Além disso, buscaremos compreender como essa estratégia de construção de Outricidade é instrumentalizada por meio de construções discursivas que fomentam uma perspectiva de crise ao criar medo e um senso de insegurança ontológica no eleitorado.

4.3.1 Modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeito

Após analisarmos o contexto de cada discurso, selecionamos os sujeitos que correspondem às construções do “povo” e de seus “Outros”, na lógica antagônica populista. A priori, as tabelas a seguir podem aparentar difícil compreensão, mas, é necessário que salientemos, de antemão, que as mesmas servirão de instrumento para que possamos identificar a realidade construída por meio dos discursos analisados.

⁶³ Na intenção de evitar possíveis contaminações no que concerne à análise, visto que a tradução não é passível de ser feita sem um mínimo de articulação, decidimos por não traduzir os discursos que compõem a nossa amostra. É digno de nota que, no caso húngaro, os discursos, narrados em húngaro em suas respectivas ocasiões, foram traduzidos e disponibilizados em inglês pelos meios oficiais do próprio país.

No que se refere às construções das subjetividades relacionadas à ideia de “povo”, é digno de nota que os termos *hungarians*, *hungarian people* e *Hungary* estão entre os 10 substantivos mais citados nos discursos analisados, representando respectivamente, 0,28% da amostra (26 vezes), 0,48% (45 vezes) e 0,57% (54 vezes). Ademais, notamos uma utilização frequente de pronomes pessoais e possessivos relacionados a tais substantivos como *we*, *us*, *our*, *ours* – nós, nos, nosso(s), nossa(s) – que, juntos, representam 5,98% da amostra (564 vezes).

Tabela 3: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao “povo” nos discursos eleitorais de Viktor Órban.

<i>Hungarians Hungarian people</i>	<i>Hungary</i>
<i>better trained better educated more employable opposing migration false modest united generous deep tolerant the heirs of the 1848 revolutionaries freedom fighters calm good-humoured hard working resilient have nothing to fear have an obsessive desire to look the future have something to defend are up against media outlets maintained by foreign concerns and domestic oligarchs, professional hired activists, troublemaking protest organisers, and a chain of NGOs financed by an international speculator, summed up by and embodied in the name “George Soros”</i>	<i>decent well organized loved nation of culture under invasion christian threatened land of hungarian free</i>

Fonte: Autoria própria.

Os modos de pressuposição e predicação dos sujeitos que se referem ao “povo” nos discursos analisados – *hungarians*, *hungarian people* e *Hungary* – apontam para construção da identidade húngara como um “povo” cristão, bravo, resiliente, generoso, trabalhador, honrado, mas que está sob iminente risco. Nesse sentido, o

“povo” deve seguir lutando por sua liberdade e independência e precisa continuar unido para que seja capaz de experimentar um futuro próspero.

I believe that we Hungarians have a future if we remain Hungarian: if we cultivate the Hungarian language, defend our Christian and Hungarian culture, and preserve independence and Hungarian freedom. Well now, Dear Friends, this is the Hungarian model, and – as far as I can see – it works. Appreciating hard work, supporting families, retaining national identity and preserving independence: this is the future – and this future can be ours (HUNGRIA, 2018, s/p).

Paralelamente, outras subjetividades são constituídas (Tabela 4) em contraposição à noção de “povo” – *George Soros, Western Europe/European Leaders, Brussels, Opposition Parties, Islamic civilization/Muslims e (Im)migration/(Im)migrant/Mass population movements*⁶⁴. Entre os 10 substantivos mais citados nos discursos, desse grupo identificamos (George) Soros com 18 repetições (0,19% da amostra). Ademais, *Western Europe/European Leaders* aparecem 8 vezes (0,08%), *Brussels* aparece 10 vezes (0,11%), *Opposition Parties/Opposition Candidates* aparecem 7 vezes (0,07%), *Islamic civilization/Islamic World/Muslims* aparecem 5 vezes (0,05%) e *(Im)migration/(Im)migrant/Mass population movements* aparecem 23 vezes (0,25%). Por sua vez, os pronomes pessoais e possessivos *they, them, theirs* – eles, lhe(s), seus(s), sua(s) – representam 1,15% da amostra, com 109 repetições.

Em contrapartida às qualificações positivas denotadas aos sujeitos que se referem ao “povo”, as presentes subjetividades são qualificadas de maneira negativa. Adjetivos como *liars, danger, anaemic, failed, opposition ally* e práticas como *threat people, endanger women, wants to cast aside Europe culture, has picked a fight against Hungary* são utilizados para referir-se a tais sujeitos.

Tabela 4: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados aos “Outros” nos discursos eleitorais de Viktor Órban.

George Soros	Western Europe European Leaders	Brussels
<i>international speculator opposition ally opposition force forces acceptance for</i>	<i>are losing their countries immigrant zone looks at migration flows</i>	<i>is not defending Europe it is not halting immigration wants to support and organise migration</i>

⁶⁴ Certas palavras com significados semelhantes foram agrupadas para os fins da análise.

<p><i>immigration and migration finances a network of international NGOs has picked a fight with Hungary, British, president Trump and Israelis</i></p>	<p><i>with its hands raised in surrender have no intention of defending the borders want to let in the immigrants place of forced coalitions and liberal media dictates under dark clouds will soon come under horrendous pressure have become immigrant countries is occupied without realising it</i></p>	<p><i>wants to delute the population of Europe and replace it wants to cast aside Europe culture, way of life, and everything which separates and distinguishes Europeans from the other peoples of the world wants that Hungary adopts policies that open the way for the decline of christian culture and expansion of Islam</i></p>
<p>Opposition parties</p>	<p>Islamic civilisation Muslims</p>	<p>(Im)migration (Im)migrants Mass population moviments</p>
<p><i>liars Soros' candidates do not fight for hungarian people sow hatred anaemic serve outside interests will dismantle the border fance and accept the mandatory resettlement quotas handed down from Brussels threat people with prision, nationalisation and a new change of system come up with the idea than Islam is the last hope for humanity dennied the reality of immigration failed to understand the mood of the times denied the reality of the mandatory migrant quota and the Soros Plan</i></p>	<p><i>has always seen its mission as the conversion of Europe to what it calls the true faith majority of immigrants that will arrive</i></p>	<p><i>is the rust which would slowly but surely consume our country threatens the everyday security that we take for granted brings with it the increased threat of terrorism endanger women from violent attacks invasors imminent danger</i></p>

Fonte: Aatoria própria.

Nesse sentido, os modos de predicação e pressuposição indicam a construção do quadro de inteligibilidade da Hungria às vésperas das eleições gerais de 2018 sob

as nuances da lógica populista, ao constituir um “povo” bom, honrado, honesto e guerreiro, dotado de qualidades ímpares, em contrapartida a “Outros” maus, invasores, conspiradores, que colocam em risco a independência, a prosperidade, a identidade e o futuro da nação húngara. Sendo assim, depreende-se da análise que os significados para os sujeitos que se referem ao “povo” e aos seus “Outros” dependem de oposições binárias como *hungarians/(im)migrants, national/international, we-us/they-them*.

[T]he greatest threat of all is posed by the millions of immigrants coming from the South, and Europe’s leaders – in partnership with a billionaire speculator – have no intention of defending the borders, but want to let in the immigrants.

We are up against media outlets maintained by foreign concerns and domestic oligarchs, professional hired activists, troublemaking protest organisers, and a chain of NGOs financed by an international speculator, summed up by and embodied in the name “George Soros”. This is the world we must fight with in order to defend that which is ours.

[T]hey want us to voluntarily hand our country over to others, over a period of a few decades. They want us to hand it over to foreigners coming from other continents, who do not speak our language, and who do not respect our culture, our laws or our way of life: people who want to replace what is ours with what is theirs (HUNGRIA, 2018, s/p, grifos nossos).

A pressuposição que ancora as oposições binárias observadas é a assunção de que existiria um perigo iminente (a imigração islâmica em massa) que não só ameaçaria a vida, os valores e a cultura cristã húngara, mas de toda a Europa. Paralelamente a isso, as instituições internacionais, os governos da Europa Ocidental e os partidos da oposição estariam associados às “elites” e são apresentados como defensores de interesses internacionais, uma vez que “defendem a imigração” e, portanto, são apresentados como os inimigos do “povo” húngaro. Sendo assim, as eleições são construídas discursivamente como um momento chave de definição do futuro. “Everyone who wants to preserve Hungary as a Hungarian country must go out and vote, and must cast both their votes for Fidesz. Only this is safe. Everything else is a gamble, and may sweep our future into danger” (HUNGRIA, 2018, s/p).

É digno de nota que, conforme salientamos no capítulo anterior, a compreensão do populismo enquanto lógica política, para além da constituição de uma identidade popular em antagonismo às subjetividades reconhecidas como os “Outros”, também possui uma dimensão afetiva (LACLAU, 2013), muito presente nos discursos de Órban. Para além da incitação de medo no eleitorado no que concerne à imigração e à possibilidade de vitória da oposição, que condensaria em si interesses de elites

internacionais, existe um tom emocionado, apaixonado, de amor à pátria que é comumente utilizado pelo líder populista como forma de consolidar a identidade do “povo”.

We passionately love Hungary, and are ready to do everything we can for it. Being Hungarian means that we love our homeland and respect one another. The good soldier does not fight because he hates that which is facing him, but because he loves that which is behind him. He loves Hungary and Hungarians (HUNGRIA, 2018, s/p).

No que se refere à oposição binária *hungarians/(im)migrants*, esta é construída a partir de uma narrativa que, ao instigar medo, fomenta uma percepção de insegurança ontológica no eleitorado, ou seja, a entrada de imigrantes islâmicos no país acabaria por colocar em xeque não só o progresso econômico do país e a segurança das famílias húngaras, mas a própria identidade húngara e seus valores culturais cristãos.

*The situation is that those **who do not halt immigration at their borders are lost: slowly but surely they are consumed.** The young of Western Europe will see this when they become minorities in their own countries, and they have lost the only place in the world that could be called home. Tell everyone that **migration is the rust which would slowly but surely consume our country.** Tell everyone that we would have to provide for migrants. If resettlement commences, economic growth will be for nothing: there will be nothing from which to support families; and there will be nothing from which to pay pensions. Tell everyone that **mass migration threatens the everyday security** that we take for granted. **Mass migration brings with it the increased threat of terrorism.** It is as clear as day: where there is mass migration, women are in danger from violent attacks (HUNGRIA, 2018, s/p, grifos nossos).*

A oposição binária *national/international*, por conseguinte, é construída sob a narrativa de que os governos da Europa Ocidental, representados, principalmente por Berlim, Paris e Bruxelas (aqui compreendida amplamente como as instituições da UE), ao invés de lutarem contra as massas migratórias islâmicas, agiriam por meio de interesses próprios (internacionais) e, assim, estariam “deixando os imigrantes entrarem”, “forçando a imigração”, sem “vontade e capacidade para parar esses processos ou revertê-los”.

*So please do not forget that we must not deliver the fate of the country into the hands of the **internationalists.** Brussels is not defending Europe and it is not halting immigration, but wants to support it and organise it. It wants to dilute the population of Europe and to replace it (...).*

This danger to us comes from politicians in Brussels, Berlin and Paris. (...) They want us to also accept migrants and to also become countries with mixed populations (HUNGRIA, 2018, s/p, grifos nossos).

Paralelamente a esses sujeitos, a figura de George Soros, um filantropo e especulador húngaro, radicado nos EUA, é constantemente trazida por Órban como sinônimo de uma rede internacional conspiratória que quer infiltrar milhares de imigrantes na Hungria. É digno de nota que, nos discursos analisados, George Soros é o vocábulo capaz de condensar todos os sujeitos da fronteira política que se opõe ao “povo”: os imigrantes, os partidos da oposição, mídia e ONGs internacionais, Bruxelas e os governos da Europa Ocidental.

*[W]e shall fight against what **the empire of George Soros** is doing to Hungary, and what it wants to do to Hungary. The forces opposing us, **George Soros’s network** and the international bureaucrats he has bought, have in no way given up. We understand that **George Soros’s organisations** have not only installed themselves in Brussels and Budapest, but also in New York, at the UN. We understand that they are spending incalculable sums of money on pushing through acceptance for migration at a global level. We understand that Soros has picked a fight not only with us, but also with the British, President Trump and the Israelis. **And everywhere the topic is the same: forcing acceptance for immigration and migration** (HUNGRIA, 2018, s/p, grifos nossos).*

Por fim, a oposição binária *We-us/They-them*, é construída não só opondo húngaros e (im)migrantes, interesses húngaros e interesses internacionais, mas, igualmente, opondo o “povo” à “elite” interna, representada pelos partidos de oposição. Estes são descritos como “oligarcas”, “mentirosos”, “candidatos de Soros”, sempre contra os interesses do “povo” húngaro.

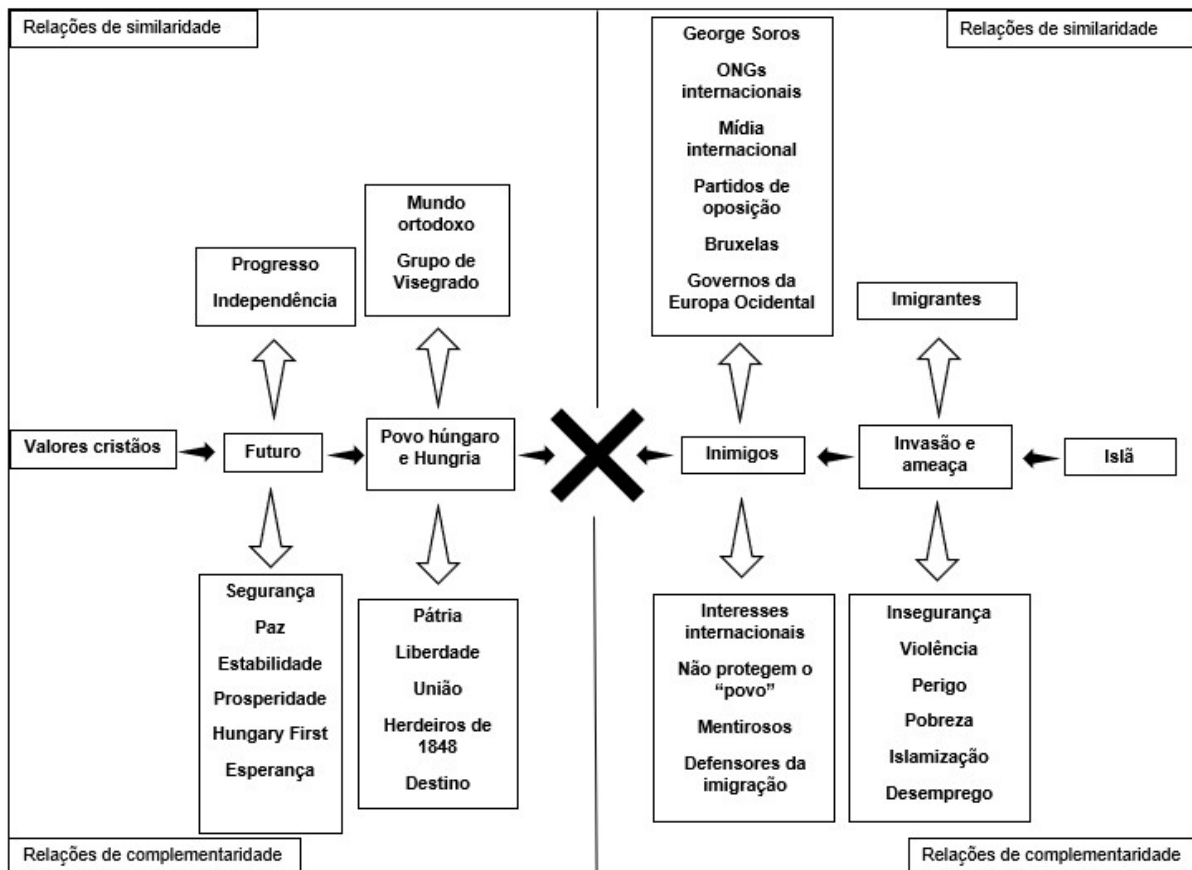
*[M]ost absurd of all is that (...) there is **a national party** which has seen better days, and which **has now come up with the idea that Islam is the last hope for humanity**. **Today our political opponents in Hungary are in a hopeless situation. They have failed to understand the mood of the times. On the most important issues they have not stood by us, and have not stood by the country.** They did not support us when the fence was being built. They withdrew to the sidelines during the referendum on the mandatory migrant quota. They did not support the amendment to the Constitution. **They denied the reality of immigration. They denied the reality of the mandatory migrant quota and the Soros Plan.** The people can see this and know the truth (HUNGRIA, 2018, s/p, grifos nossos).*

No que se refere ao posicionamento dos sujeitos, a construção destes ao longo de linhas antagônicas, como observamos acima, igualmente os constrói a partir de um

arranjo hierárquico. Os sujeitos que se referem ao “povo” são posicionados como agentes nos discursos, ou seja, são postos como os responsáveis pelo futuro da Hungria. Ao mesmo tempo, são posicionados, em relação aos imigrantes, como superiores. “[I]t’s clear that, compared with migrants, we Hungarians are better-trained, better-educated and more employable” (HUNGRIA, 2018, s/p). Aos “Outros”, com exceção dos (im)migrantes, é, também, conferido certo grau de agência, embora essa agência encontre restrição no poder eleitoral que pertence ao “povo”. Ou seja, quaisquer inimigos e ameaças poderiam ser combatidos pelo bravo “povo” húngaro se este votasse e garantisse maioria para o Fidesz nas eleições gerais.

Os resultados obtidos até aqui nos permitem visualizar a construção da realidade nos discursos de Órban, a partir de uma lógica populista que não só (re)constrói a identidade do “povo” húngaro com atributos e agência específicos, como a posiciona em antagonismo aos inimigos e ameaças (re)construídos pelos próprios discursos. Nesse sentido, os modos de pressuposição, predicação e posicionamento nos permitem enxergar que a utilização da Outricidade como instrumento discursivo, de fato, parece factível na realidade articulada por Órban e, inclusive, ajuda a naturalizá-la. Nesse ponto, portanto, propomos o seguinte esquema representativo da realidade criada pelos discursos aqui analisados:

Figura 2: Representação dos modos de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeitos, relações e realidades (Hungria).



Fonte: autoria própria.

4.3.2 Análise Crítica do Discurso: enfoque histórico

Tendo em mente a realidade articulada pelos discursos de campanha de Viktor Órban, o presente método nos permitirá maior discussão e compreensão das estratégias discursivas empregadas no decorrer da construção dessa realidade. Aqui, nos cabe trazer mais um pouco do contexto no qual se encontram os discursos aqui analisados.

Como demonstramos na seção 1.4, a questão migratória foi amplamente utilizada por Órban, pelo menos a partir de 2015. No bojo da crise migratória europeia, em decorrência da guerra civil na Síria, Órban passou a se colocar como o protetor dos valores cristãos europeus em detrimento à invasão mulçumana e lançou uma ampla campanha antimigratória, nacionalmente e no Parlamento Europeu (THORPE, 2018; BÍRÓ-NAGY, 2021). Assim, nos três anos restantes de seu mandato, "Órban

fez tudo o que estava ao seu alcance para assegurar que a política húngara girasse em torno dessa única questão” (BÍRÓ-NAGY, 2021, p. 2).

Entre 2015 e 2018, foram lançadas múltiplas consultas nacionais sobre o tema. Leis que dificultavam o refúgio e a migração foram criadas. O governo ordenou um referendo sobre o mecanismo de cotas de imigrantes da UE, construiu um muro na fronteira sul do país, onde o país faz divisa com a Sérvia, além de ter dificultado o trabalho de ONGs e instituições nacionais e internacionais que tivessem uma visão diferente da do governo sobre essa questão (PALONEN, 2018; BÍRÓ-NAGY, 2021). Além disso, uma ampla campanha midiática xenofóbica foi lançada com a colocação de *outdoors*, que atacavam não só os imigrantes, mas, também, relacionavam Bruxelas, George Soros e os partidos da oposição à essa questão, antagonizando-os ao “povo” húngaro.

Figura 3 – Outdoor imigração



Fonte: The Intercept, 2018.

Figura 4 – Outdoor George Sores e oposição



Fonte: The Intercept, 2018.

Figura 5 – Outdoor Bruxelas



Fonte: The Budapest Beacon, 2018.

Figura 6 – Outdoor Stop Soros



Fonte: O Globo, 2018.

O primeiro outdoor (Figura 3) traz uma foto de um fluxo de pessoas, que representa a imigração, e uma placa vermelha escrito *stop* – pare, em inglês. O segundo (Figura 4) mostra uma fotomontagem de George Soros abraçado a quatro

membros da oposição, que seguram alicates nas mãos e segue com uma mensagem que diz: “a fronteira deve ser retirada”, fazendo referência ao muro construído na fronteira sul do país e a vontade da oposição em acabar com o mesmo. Já o terceiro outdoor (Figura 5) traz uma frase que diz: “Vamos parar Bruxelas! – “Consulta Nacional 2017”. Por fim, o quarto outdoor (Figura 6), traz uma placa vermelha escrita *Stop Soros!* – em inglês, Pare Soros! – e a frase que diz “Soros quer transplantar milhões da África e do Oriente Médio”.

Esse, portanto, é o contexto húngaro em que se deram as eleições de 2018, e os discursos aqui analisados. Nesse sentido, as estratégias discursivas de Órban coadunam-se com a tentativa de manter a lógica antagônica da sociedade vigente para, assim, ser capaz de apresentar-se como o legítimo representante da nação e dos interesses do “povo” húngaro em contrapartida aos seus inimigos, na tentativa de angariar, assim, amplo apoio eleitoral.

No que se refere propriamente às suas estratégias, primeiramente, nota-se que, além de nomear seus inimigos e ameaças, Órban também lança mão dos pronomes pessoais e possessivos (como já indicamos anteriormente) para unir, a si mesmo e ao seu partido, as significações que dá ao “povo”, com a utilização dos pronomes nós, nossos e nossas – *we, us, our, ours*. Ao mesmo tempo, os discursos de Órban constroem uma barreira entre seus inimigos e o “povo”, com a utilização dos pronomes eles, lhe(s), seus(s), sua(s) – *they, them, theirs*. Nota-se, portanto, a utilização de referências dêiticas no decorrer de todos os discursos analisados, assim como observamos no caso de Maduro. Ademais, comumente em seus discursos, Órban enfatiza a singularidade da ameaça que o “povo” enfrenta, numa tentativa clara de fomentar medo.

[W]e must fight against an opponent which is different from us. Their faces are not visible, but are hidden from view; they do not fight directly, but by stealth; they are not honourable, but unprincipled; they are not national, but international; they do not believe in work, but speculate with money; they have no homeland, but feel that the whole world is theirs. They are not generous, but vengeful, and always attack the heart – especially if it is red, white and green (HUNGRIA, 2018, s/p).

Além de qualificar positivamente os sujeitos que se referem ao “povo” e negativamente aqueles descritos como os “Outros”, o líder também se utiliza de um recurso quantitativo quando da representação desses últimos. Nesse sentido, podemos notar o uso frequente de uma quantificação genérica e hiperbólica quando

há referência à quantidade de imigrantes que poderia entrar no país, em caso de vitória da oposição e aceite das propostas vindas da Comissão Europeia quanto às cotas migratórias. A tais quantificações, somam-se também expressões metafóricas de uso comum que denotam uma ideia de muita quantidade como *mass (im)migration* (imigração/migração em massa) e *mass population movement* (movimento populacional em massa).

Their task is to win power and implement the grand plan: to break Hungary, which stands in the path of immigrants; and first to settle thousands, then tens upon tens of thousands of immigrants in Hungary within a few years.

If we allow it to happen, in the next one or two decades tens upon tens of millions will set out for Europe from Africa and the Middle East.

[B]y 2020, sixty million people will have set off for Europe. There's also consensus that Africa will be more powerful than any previous expectations had envisaged. By 2050 its population will have doubled, to 2.5 billion. There will be ten times more young Africans than young Europeans (HUNGRIA, 2018, s/p, grifos nossos).

No que se refere às estratégias de argumentação, Órban constrói seus discursos, e, assim, sua realidade, calcado numa atmosfera de guerra, em que o “povo” húngaro precisa lutar contra aqueles que querem usurpar sua cultura, sua identidade, seus empregos, sua segurança. Na mesma via, o líder justifica suas ações contra a imigração, seja na construção de uma barreira física, na diminuição do aporte governamental para as ONGs, ou nos ataques às instituições internacionais e à mídia, com base na justificativa de que o país enfrenta um grande perigo que justifica o uso de tais artifícios. Assim, o grande mal e a ameaça representados pelos inimigos de Órban lhe garantem base argumentativa para o seu projeto político.

*Naturally **we shall fight**, and if needs be we shall deploy an ever more powerful legal arsenal. (...) And **we shall fight** in the international arena as well.*

*[W]e do not need **to fight** the anaemic little opposition parties, but **an international network** which is organised into an empire. (...) This is the world **we must fight** with in order to defend that which is ours.*

[W]e shall fight for it to the end and we shall never surrender (HUNGRIA, 2018, s/p, grifos nossos).

Ademais, conectando passado, presente e futuro, Órban traz em seus discursos lembranças das batalhas históricas travadas pelo “povo” húngaro – como a Revolução Húngara de 1848 e o fim do comunismo no país. Também traz elogios à sua própria revolução iliberal, demonstra seus êxitos, mas deixa claro que ainda há

muito o que ser feito, e convoca o “povo”, mais uma vez, para o *front*, no caso as eleições gerais de 2018, que definirá, então, o futuro que os espera.

*[T]he day has come which lifts the heart of every Hungarian. The day on which, in the great book of world history, a Word was written in the Hungarian language: that word was “Freedom”. **On this day multitudes come together for us to honour the brave and bow our heads in memory of the heroes.** (...) This is exactly what we need today: seriousness and determination. We need it because today we must talk to each other about serious matters: matters just as serious as those which had to be dealt with 170 years ago. **We are the heirs of the 1848 revolutionaries and freedom Fighters.** Hungary is beginning to resemble a hardworking, well-organised and decent country. **But it still doesn’t quite look as it should.** It’s still not what it could be. It is now doing better, but still not as well as it could do, judging by its talent. We’re now here near the end of our work, and there’s still plenty to do. **The Hungarian cause is bound to win.** Now everything is in place: experience, courage, battle-hardened troops, international prestige, a country on an ascending course, great plans, and what seems at the moment to be inexhaustible strength. We must clearly and forth rightly state that **we do not see the battle that we’re fighting as a hopeless one**; in fact as we see it, we now stand on the brink of victory. In the closing stage of the campaign the issues have crystallised, and **we see that we have a choice of two futures**: one is offered by the candidates of Soros; the other is represented by the candidates of Fidesz and the Christian Democrats (HUNGRIA, 2018, s/p, grifos nossos).*

Da análise das estratégias de argumentação, conseguimos, também, identificar as estratégias de enquadramento e as de intensificação e atenuação. Quanto às primeiras, Órban cria uma imagem da Hungria como um campo de batalha, descrevendo um futuro incerto, inseguro e caótico para o caso de sua derrota eleitoral. Ao mesmo tempo, descreve a si mesmo e ao seu partido Fidesz como os únicos capazes de garantir um futuro próspero, livre e seguro para o “povo”. O enquadramento da realidade, portanto, se faz de um ponto de vista ultranacionalista e xenofóbico.

Nesse mesmo sentido, Órban emprega estratégias de intensificação para narrar o passado glorioso e batalhador do “povo” húngaro, descrever os logros do seu governo e o amor que o “povo” húngaro sente por sua pátria. Também, apresenta os perigos representados por seus inimigos e pela grande ameaça da imigração em massa. Na consecução de tal estratégia, nota-se o tom emocionado que o líder utiliza para exprimir os seus sentimentos e emoções para com o estado das coisas, com a utilização de palavras e expressões que denotam amor (*[W]e love our homeland; We passionately love Hungary; Homeland is an anchor needed by everyone in their*

hearts), medo (*If things continue like this, our culture, our identity and our nations as we know them will cease to exist. Our worst nightmares will have become reality*), esperança (*we are people who think that the last hope for Europe is Christianity; All this gives us hope*), coragem (*[W]e summoned up our courage when it was needed*) (HUNGRIA, 2018, s/p).

Por fim, a análise crítica dos discursos de Órban, além de nos permitir maior compreensão de *como* os inimigos e as ameaças são construídas no discurso oficial da Húngria às vésperas das eleições de 2018, com base na construção de Outricidade, igualmente, nos lança questionamentos sobre as possíveis consequências que essas construções discursivas podem causar. A total desconsideração da oposição como adversária política e a sua denominação como inimiga do “povo” aumenta ainda mais a polarização no país. Também dificulta uma ideia de sociedade plural que abarque as incontáveis diferenças que existem entre as pessoas. Ademais, a construção do “povo” húngaro cristão como naturalmente contra a imigração islâmica acaba por naturalizar sentimentos (e ações) xenofóbicos e preconceituosos que, igualmente, só dificultam a convivência com a intrínseca diferença que existe entre as pessoas.

Na próxima sessão, buscaremos apontar similaridades, diferenças e questionamentos quanto às construções das realidades húngara e venezuelana que possibilitaram a reeleição de seus respectivos líderes e, então, partiremos para as considerações finais da presente pesquisa.

4.4 Outricidade e (In)Segurança Ontológica à esquerda e à direita

Esta sessão será dedicada à análise dos casos empíricos expostos nos itens anteriores. Para tal, apontaremos semelhanças e diferenças entre os discursos populistas de Nicolás Maduro e Viktor Órban, a forma como os dois líderes utilizaram-se, e seguem utilizando, construções discursivas que permitem a manutenção de uma lógica populista em seus respectivos países, garantindo-lhes, assim, o papel de representante legítimo do “povo”. Por fim, traremos algumas reflexões e questionamentos sobre o tema.

Primeiro, como podemos depreender da análise dos casos anteriores, a Outricidade é utilizada por ambos os líderes em suas respectivas construções discursivas. Nesse sentido, tanto Maduro quanto Órban transformam diferenças em

relações antagônicas ao (re)construírem o “povo”, e sua identidade, em antagonismo a aqueles entendidos como os “Outros”. Sendo a própria lógica populista, conforme teorizada por Laclau (2005, 2013), necessariamente antagônica, mais do que explorarmos o fato da Outricidade *ser* utilizada por líderes populistas, precisamos destacar *como* ela se faz possível. Por tal razão, entendemos que a pista para esclarecer como a instrumentalização da Outricidade se faz possível residiria no uso de narrativas de crise capazes de produzir um senso de insegurança ontológica no eleitorado.

Compreender, portanto, a instrumentalização de um cenário de crise intermitente por líderes populistas permite vislumbrar, para além da possibilidade de ruptura populista, a manutenção da lógica do antagonismo. Como mostra Moffit (2015, p. 190), “ao invés de apenas pensar sobre a crise como um gatilho para o populismo, devemos também pensar em como o populismo tenta agir como um gatilho para a crise”. Os casos aqui analisados são representativos dessa dinâmica.

Maduro constrói sua narrativa de crise ao instrumentalizar a situação calamitosa na qual vive a Venezuela de maneira a culpabilizar a oposição por uma guerra econômica que visa sabotar seu governo, a revolução bolivariana e o próprio “povo” em favor do imperialismo estadunidense – que quer se apossar das riquezas do país –, retirando de si mesmo qualquer responsabilidade pela situação. Em conjunto, Maduro incita medo no eleitorado ao descrever um futuro ainda pior no caso da vitória de seus inimigos, enquanto toma para si o papel de salvador. Nesse sentido, ao construir e materializar tal realidade, o discurso de Maduro é capaz de fazer com que os eleitores enxerguem lacunas em seu senso de segurança ontológico. Nessa dinâmica, então, o líder apresenta as eleições como um momento ímpar de definição do futuro e, portanto, de possível solução do cenário de crise, ao mesmo tempo em que apresenta a si mesmo como a única alternativa capaz de restaurar a estabilidade e a confortabilidade necessárias ao alcance da segurança ontológica.

Órban, por sua vez, (re)produz a fronteira antagônica na Hungria com a inserção de novos inimigos, além da manutenção dos antigos. Assim, passa a instrumentalizar, e, em muitos sentidos, a executar, uma crise em torno da questão migratória ao contrapor o “povo” e os valores cristãos húngaros não só aos próprios imigrantes, mas, igualmente, a aqueles que estariam agindo em favor dos mesmos, como o Parlamento Europeu, George Soros, os partidos de oposição, ONGs, mídia etc. É digno de nota que, embora os fluxos migratórios para o país tenham, de fato,

aumentado nos últimos anos, em 2019, os imigrantes representavam, na verdade, apenas 5,3% da população da Hungria. E, entre os seus principais países de origem dos imigrantes, estavam Romênia (a grande maioria), Ucrânia, Sérvia, Alemanha e Eslováquia (ONU, 2019), ou seja, muito longe da nomeada invasão anticristã proclamada por Órban.

Ou seja, deslocado de uma realidade sustentada por dados, mas sustentado em discursos de medo, Órban se utiliza de uma narrativa de crise construída com base em uma ameaça representada por imigrantes que chegariam principalmente da África e do Oriente Médio, e que tentariam impor seus valores islâmicos aos valores cristãos do “povo” húngaro. Ao mesmo tempo, ele também constrói como inimigos aqueles que estariam facilitando a ameaça imigrante, como as instituições europeias, ONGs e até mesmo George Soros. Estes seriam traidores do “povo” por defenderem interesses estranhos à nação húngara em essa verdadeira luta civilizacional.

Nesse sentido, assim como no caso de Maduro, a construção da crise por parte de Órban, seja por meio de campanhas midiáticas xenofóbicas ou por seus pronunciamentos oficiais, alimenta a ansiedade coletiva e, assim, cria um senso de insegurança ontológica no eleitorado húngaro ao desencadear medo e ansiedades quanto ao futuro. Sua estratégia de criar antagonismo social institui as eleições como um momento único de definição do futuro do país, e coloca seu nome e de seu partido como os legítimos representantes do “povo” e dos valores cristãos húngaros. Órban se apresenta como o único capaz de proteger o “povo” e garantir um porto seguro aos húngaros, ou seja, de prover segurança ontológica e estabilizar tal subjetividade.

É importante ressaltar que, ao criarem discursivamente a crise, Maduro e Órban, além de atribuir toda a culpa pela situação descrita a seus inimigos, apresentam soluções simplistas para problemas muito complexos. Reeleger Maduro, restaurar a governabilidade do Executivo, ou aumentar para 100% o número de pensionistas na Venezuela, todas essas opções não seriam, por si só, capazes de resolver as consequências do rentismo venezuelano no longo prazo ou restabelecer o crescimento e o desenvolvimento do país ou mesmo colocar em xeque a influência política e econômica que os EUA detém na América Latina. Da mesma forma, construir muros, constranger e discriminar imigrantes islâmicos não resolveria o problema de queda da natalidade húngara, tampouco toda a problemática que se coloca, à nível regional e global, quanto ao deslocamento em massa forçado. Ao mesmo tempo, ao simplificar problemas complexos em torno da nomeação de

culpados, como se a eliminação dos mesmos fosse suficiente para o fim da crise e a restauração de um senso de estabilidade, Órban oferece como solução a centralização e o autoritarismo, além de obscurecer, e muito, as complexidades inerentes da vida política na pós-modernidade.

Os casos de Maduro e Órban, ainda que semelhantes em muitos aspectos, também possuem diferenças. No caso de Maduro, o seu populismo de esquerda, com potencial democratizante e inclusivo, busca romper com a lógica neoliberal e seguir com os planos de Chávez de instaurar alternativas, apesar de sugerir que esta seja o socialismo do século XXI na Venezuela, seja o que isso for. Como salientado na sessão 1.3, não podemos deixar de ressaltar aqui os logros desse processo. De fato, a ruptura populista no país foi possibilitada, em conjunto com a figura de Chávez como unificadora da identidade popular, pela existência de movimentos populares que, numa lógica *bottom-up*, conseguiram se articular em oposição ao Pacto de *Punto Fijo*, exigindo uma mudança no *status quo* nacional que possibilitasse maior representação popular.

A chegada de Chávez ao poder e a aprovação da Constituição Bolivariana da Venezuela apontavam para a consecução desses objetivos. Contudo, à medida que as pressões internas e internacionais se tornaram cada vez mais veementes, a resposta do chavismo foi (re)produzir a fronteira antagônica da sociedade, transformando adversários políticos como inimigos e centralizando o poder, deslegitimando o sistema de freios e contrapesos, limitando a independência do Judiciário, ou mesmo cercando os direitos políticos da oposição interna. Além disso, do ponto de vista econômico, ainda que o chavismo tenha, de fato, conseguido incluir uma parcela significativa da população, antes marginalizada, no que concerne à direitos sociais e à participação na vida política, ele também acabou por perpetuar a economia rentista venezuelana, sem conseguir criar um projeto de desenvolvimento sustentável no longo prazo (STAVRAKAKIS et al., 2016).

Com a morte de Chávez e a eleição de Nicolás Maduro em 2013, a manutenção de uma lógica populista que fosse inclusiva e com potencial democratizante se tornou ainda mais complicada na Venezuela. Houve aumento das pressões internas e externas contra Maduro, especialmente com acusações de falta de legitimidade. Ao mesmo tempo, ocorreu a piora dos indicadores econômicos e sociais. Em reação, Maduro, repetindo o que fizera Chávez quando pressionado, intensificou o discurso de antagonismo social, e passou a culpar inimigos pela situação do país. Adotou como

opção soluções simplistas para problemas deveras complexos, e apostou na centralização e na militarização do governo. Nesse sentido, a ideia de uma democracia popular radical e participativa foi se perdendo cada vez mais, e substituída por um regime cada vez mais personalista e autoritário, sustentado por uma dependência irrestrita da população para com o Estado, via políticas de transferência de renda.

Além disso, como já evidenciamos na presente seção, a (re)produção da fronteira antagônica via Outricidade e, assim, a manutenção de uma lógica populista acaba por propiciar a formação de formas monolíticas de identidade que não abarcam toda a multiplicidade de características e demandas que se inserem no meio social.

Nesse sentido, a experiência empírica do populismo de esquerda na Venezuela nos aponta que sem um empoderamento real do povo, com o comprometimento da liderança em cumprir um papel de facilitador e iniciador ao invés de concentrar o poder em suas mãos, qualquer projeto que se pretenda radicalmente democratizante e inclusivo acaba circunscrito à agência pessoal do líder (STAVRAKAKIS et al., 2016). Como nos mostra Laclau e Mouffe (1985, p. 275), uma concepção pluralista e democrática perpassaria pela renúncia à uma categoria de sujeito unitário, monolítico e suturado e, por outro lado, “abre caminho para o reconhecimento da especificidade dos antagonismos constituídos de diferentes posições de sujeitos”.

O caso do populismo de direita húngaro, por sua vez, sinaliza, para além do personalismo e da centralização do poder, para a (re)produção de um sujeito nativista, ultranacionalista e pautado num moralismo religioso que se pretende incontestável e totalizante. Diferenças não são aceitas e são, portanto, transformadas em inimigos a serem erradicados. Notamos, igualmente, o viés *top-down* da lógica populista húngara que se circunscreve, prioritariamente, na figura de Órban como representante legítimo do “povo”. O fracasso da elite política liberal-socialista em administrar e minimizar os impactos da crise de 2008, e os efeitos das políticas econômicas neoliberais de maneira geral, abriu margem não só para emergência de um populismo de direita no país, mas, igualmente, para o próprio Órban. Seu discurso iliberal, com uma retórica de opor o “povo” húngaro às elites neoliberais, também teve como efeito opor a massa aos valores universais de igualdade, direitos humanos e inclusão social, ou seja, criou um discurso de medo enfatiza como exclusivamente aceitável o particularismo cultural de um único grupo social, ou seja, valores como a fé cristã, a fidelidade, a caridade e

o nativismo (PAP, 2018). Qualquer característica que se afaste disso é tido como inimiga da nação, devendo ser, portanto, eliminada ou excluída.

Como mostra Arjun Appadurai (2019, p. 21):

Na ausência de uma economia nacional que os Estados modernos possam alegar que protegem e fortalecem, não é surpresa ter havido uma propensão a que Estados de fato, bem como diversos movimentos populistas em ascensão, tentem reencenar a soberania nacional por meio do chauvinismo cultural dominante, do etnonacionalismo e da opressão às dissidências intelectuais e culturais.

Nesse sentido, a (re)produção constante de uma narrativa de crise não só econômica, ou de representação, mas também moral, acaba por normalizar a designação de “Outros”, de bodes expiatórios, que, moralmente diferentes do “povo” precisam, então, ser excluídos, expulsos, silenciados, barrados, rejeitados. Ainda que o principal inimigo de Órban em 2018 tenha sido a imigração islâmica em massa e o perigo representado pela crença islâmica para os valores cristãos húngaros, esse moralismo igualmente se revela na relação do governo com outras minorias internas como a comunidade LGBTQIA+ e as mulheres, principalmente a partir de uma rearticulação dos valores tradicionais da família⁶⁵. Além disso, o moralismo religioso também leva a um anti-intelectualismo uma vez que não só as noções monolíticas de “povo” não podem ser questionadas e/ou criticadas, mas, igualmente, suas características morais não seriam passíveis de questionamento. Não foi surpresa, em tal contexto, a aprovação de diversas leis que tentam cercear a autonomia acadêmica de pesquisadores e de universidades.

No que concerne à ideia de democracia, o que o caso empírico do populismo de direita húngaro nos mostra é que esta fora apartada de seus valores intrínsecos de igualdade, liberdade de expressão, autonomia e cidadania. Hoje, na Hungria, democracia teria passado a representar um mero instrumento de autorização para políticas ultranacionalistas, xenofóbicas, patriarcais e excludentes. Ela teria deixado

⁶⁵ É de se notar a recente aprovação de uma nova lei contra a comunidade LGBTQIA+, que proíbe a “promoção de conteúdos sobre homossexualidade ou mudança de gênero para menores de 18 anos” (REUTERS, 2021, s/p). Tal lei poderá abrir margem para a proibição da difusão de livros, filmes e conteúdos escolares sobre tal temática. Ademais, o governo “colocou como justificativa no texto da lei que se trata de “combater o crime de pedofilia” (REVISTA FORUM, 2021, s/p). A nova legislação gerou críticas tanto da população, que foi às ruas contra o governo, quanto de diversos líderes da UE, que rechaçaram veementemente a nova legislação e, inclusive, têm feito ameaças contundentes à permanência da Hungria na Organização. Inclusive, a UE emitiu uma declaração, assinada por 13 estados-membros, em que os mesmos se dizem “fortemente preocupados” com o movimento húngaro (VEJA, 2021, s/p).

de ser um valor em si mesma, de pacto social. Conforme salienta Brown (2019, p. 106):

Com a democracia assim rebaixada e diminuída, o exercício do poder político, embora não desapareça, é cada vez mais privado da modulação provida por meio da deliberação esclarecida, do pacto, da prestação de contas e da legitimação pela vontade do povo. A *realpolitik* reina, com o resultado de que as manobras cruas, as negacionistas, as estratégias de *branding*, as manipulações e a indiferença com os fatos, argumentos e a verdade, tudo isso desacredita ainda mais o político e desorienta ainda mais a população quanto ao significado da democracia.

Finalmente, encerramos com alguns últimos comentários. Pensar no populismo enquanto lógica política e, assim, desacoplá-lo de predeterminações nos leva, além de compreender a inevitável (re)produção e confrontação de identidades existentes no meio social, ao encontro de novas possibilidades de construção desse meio, inclusive mais democráticas. Entretanto, para que isso seja possível, é necessário, e aqui concordamos com Mouffe (2019), compreender que a polarização, em si, ou a construção de fronteiras políticas entre o nós e o eles, seriam, necessariamente, partes integrantes de qualquer lógica política e social, inclusive daquela que se pretende democrática. Nesse sentido, o que precisamos ter em mente ao vislumbrarmos um meio social inerentemente conflituoso é que este precisa ser compreendido e construído a partir de conflitos agonísticos e não antagonísticos, como vemos nas lógicas populistas contemporâneas.

A questão crucial num regime democrático-liberal, portanto, é como estabelecer essa distinção nós-eles, a qual é constitutiva da política, de um modo que seja compatível com o reconhecimento do pluralismo. O importante é que o conflito, quando surgir não tome a forma de um “antagonismo” (uma luta entre inimigos), mas de um “agonismo” (uma luta entre adversários). O confronto agonístico é diferente do antagonístico, não porque ele permite um possível consenso, mas porque o oponente não é considerado como um inimigo a ser destruído, mas um adversário cuja existência é percebida como legítima. Suas ideias serão postas vigorosamente em luta, mas seu direito de defendê-las nunca será questionado. A categoria *inimigo*, porém, não desaparece, pois permanece pertinente àqueles que, por rejeitarem o consenso conflitual que constitui a base de uma democracia pluralista, não podem fazer parte da luta agonística (MOUFFE, 2018, p. 95, grifos da autora).

Por fim, é importante notar que a aceção do confronto como inevitável em qualquer lógica política, igualmente, nos leva de encontro à impossibilidade da manutenção de um senso de segurança ontológico pleno, uma vez que a busca ou a criação de narrativas que pretendem satisfazê-lo, acabarão, como já nos salientava Laing (1960), nos levando a um círculo vicioso que nega, exclui, expulsa, invisibiliza e mata a diferença em sua busca por estabilidade e completude.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo tão plural, diverso, multiétnico, multicultural e plurissexual torna-se essencial compreender a constante (re)construção da realidade a partir dos processos de identificação que são estabelecidos no dia a dia. Assim, reconhecer as narrativas identitárias que disputam o status de hegemonia nas arenas nacionais e internacional torna-se fundamental para compreendermos a heterogeneidade mundial e as possibilidades de uma convivência harmônica com o diferente. Nesse contexto, as Ciências Humanas e, aqui mais especificamente, a disciplina de Relações Internacionais e o seu subcampo Segurança Internacional têm experimentado nas últimas décadas uma proliferação de trabalhos que visam trazer o viés simbólico-discursivo para o centro de suas análises.

Inserida nesse ambiente, a presente pesquisa buscou compreender como a realidade sistêmica (re)produzida desde os finais do século XX, e a sua atual crise, possibilitou a ascensão de líderes populistas contemporâneos que (re)articulam identidades monolíticas, ao Outrificar outras subjetividades, como estratégia política e de que forma esse processo se torna possível. Nossa motivação foi compreender como, num mundo global e com informações na palma das mãos, uma estratégia como essa se torna viável. O fato é que as transformações ocorridas no mundo são muito mais amplas e profundas do que poderíamos imaginar e os seus significados e sentidos ainda estão em processo de construção.

Nos capítulos antecedentes, buscamos compreender os significados e os sentidos conferidos às dinâmicas nacionais e internacionais que possibilitaram, e continuam a possibilitar, rupturas populistas por todo o mundo. De fato, as consequências da interconexão entre globalização, neoliberalismo e democracia representativa são incontáveis e trazem consigo desdobramentos e contradições que desencadearam um sentimento de insegurança latente a nível global. Enquanto o neoliberalismo falha reiteradamente em garantir bem-estar material, político e social, com a liberalização de todos os aspectos da vida humana, a tentativa do *status quo* em mantê-lo enquanto inevitável e, assim, à despeito de seus efeitos desastrosos, reafirmá-lo enquanto ideologia só corrobora ao sentimento de descontentamento latente compartilhado pelas sociedades.

Nesse contexto, como mostrou Laclau (2005, 2013), o não cumprimento reiterado de demandas populares acabou por propiciar uma ruptura entre

representantes e representados dentro do arcabouço das democracias representativas e, assim, a possibilidade de uma ruptura populista, que de fato se concretizou. Pelo menos nos últimos vinte anos e, mais especificamente, na pós-crise de 2008, temos visto ascender lideranças populistas dos dois espectros políticos que dizem representar genuinamente o “povo” contra a “elite” global, neoliberal e cosmopolita.

Mais do que o descontentamento em si, a presente pesquisa buscou atentar-se para como o mesmo foi instrumentalizado por líderes populistas de modo a reinscrever a identidade do “povo” em antagonismo àquelas subjetividades eleitas e culpabilizadas pelo atual estado das coisas. É digno de nota que, na perspectiva teórica de Laclau (2005, 2013), como demonstramos, além da dimensão significativa, a dimensão afetiva igualmente se articula quando da constituição do “povo” e de sua contraparte, uma vez que a coesão social ou a exclusão são amparadas por investimentos que também são afetivos.

Nessa via, a nossa análise procurou entender, na dinâmica da lógica populista, a instrumentalização de uma lógica da diferença, via Outricidade, que, de fato, se provou. Contudo, no decorrer da pesquisa e visando a consecução de nossos objetivos, percebemos que para além da compreensão da crise que torna possível uma ruptura populista precisaríamos compreender as dinâmicas que tornam possível a (re)produção dessa lógica e, assim, a reeleição de líderes populistas.

Assim, como demonstramos em nosso segundo capítulo, na (re)produção de uma lógica populista, visto que as identidades são inerentemente contingentes e fluídas, faz-se necessário que os líderes populistas sejam capazes de manter o elo de reconhecimento do “povo” ao longo do tempo. Para isso, a (re)articulação constante de uma narrativa de crise capaz de criar lacunas no senso de insegurança ontológico do “povo”, não só viabiliza a transformação da diferença em Outricidade, via eleição e culpabilização de “Outros” pela causa da crise, como, também, une o “povo” em torno da sua própria identidade e elenca o líder populista seu legítimo representante.

Assim, a crise precisa ser compreendida não só como viabilizadora de rupturas populistas, mas, como parte integrante da própria lógica populista (MOFFIT, 2015). Nesse universo, então, precisamos vislumbrar que a pós-modernidade⁶⁶ e o cenário

⁶⁶ É de se notar que ainda que o que aqui denominamos de pós-democracia e pós-modernidade tragam consigo diferentes experiências, acreditamos que a interconexão entre tais experiências é fundamental

de crise, ansiedades e insegurança no qual estamos inseridos serve como substrato ideal para uma lógica política que, ao antagonizar o meio social, elege uma das partes, o “povo”, como subjetividade legítima. Destarte, os líderes populistas se tornam capazes de articular tal cenário de maneira a instigar e produzir insegurança ontológica. Em contrapartida, então, oferecem narrativas nacionais, mitológicas, étnicas capazes de oferecer um sentimento de pertencimento, familiaridade e controle de modo que o “povo” consiga resgatar a previsibilidade, a constância e a estabilidade outrora perdidos. É de se notar, ainda, que ao invés de oferecerem soluções ou planos de ação que de fato consigam acabar com tal dinâmica de crise, os líderes populistas comumente apresentam soluções simplistas, como excluir e inviabilizar aqueles entendidos como os “Outros”, para os problemas complexos que se apresentam. Dessa forma, eles acabam por depender da (re)produção da própria insegurança ontológica que prometem erradicar.

A análise dos casos selecionados nos trouxe, de fato, a confirmação da nossa hipótese. Como demonstramos no terceiro capítulo, tanto Nicolás Maduro quanto Viktor Órban utilizam-se da Outricidade como forma de manter a fronteira antagônica da sociedade vigente e, assim, apresentarem-se como os legítimos representantes do “povo”. Na análise de seus discursos pudemos comprovar a articulação constante de narrativas de medo e crise que, ao criarem lacunas no senso de insegurança ontológica do eleitorado, instam por soluções rápidas e saídas imediatas. O resultado desse processo, para além da reeleição dos líderes analisados, é a utilização de medidas extraordinárias, muitas vezes fora do arcabouço institucional de seus Estados, como, por exemplo, é o caso do muro construído na fronteira sul da Hungria ou a convocação, via decreto presidencial, da Assembleia Constituinte por Maduro.

Ademais, a análise dos casos nos trouxe outros questionamentos. Apesar de suas similaridades, também mostraram suas diferenças. No caso do populismo de esquerda na Venezuela, este nos permitiu vislumbrar o potencial inclusivo e democratizante do populismo, ao permitir que o “povo” seja reconhecido enquanto ator político. Nessa perspectiva, entender como se deu a ruptura populista no país, ainda na Era Chávez, e como esse processo contou com a participação ativa de movimentos populares, numa dinâmica *bottom-up*, nos mostra a potencialidade que a unificação do “povo” representa.

para a compreensão do cenário político e social atual e dos desdobramentos que tornam possíveis as rupturas populistas da atualidade.

Entretanto, do aumento das pressões internas e internacionais, o movimento feito primeiro por Chávez e depois por Maduro foi a (re)produção da fronteira antagônica da sociedade e a transformação de seus adversários políticos em inimigos do “povo” venezuelano. Nesse sentido, a manutenção da lógica populista antagônica no país gerou uma centralização do poder nas mãos do Executivo e, de muitas formas, deslegitimou o sistema de freios e contrapesos existente. É digno de nota que com a eleição de Maduro em 2013, como demonstramos, o governo foi ainda mais centralizado e militarizado do que durante os anos de Chávez no poder. Nesse contexto, os ideais de uma democracia radical e participativa acabaram circunscritos à uma realidade cada vez mais personalista e autoritária, sustentada pela dependência da população para com o Estado no que concerne às políticas de transferência de renda.

Sendo assim, a experiência empírica do populismo de esquerda na Venezuela nos aponta, ao menos, duas advertências. Primeiramente, que sem um empoderamento real do povo, destituído do personalismo e da concentração de poder nas mãos de um líder, qualquer projeto de democracia radicalmente democratizante e inclusivo não se torna viável (STAVRAKAKIS et al., 2016). Ademais, quando da constituição identitária desse povo, seria preciso abdicar das categorias de sujeito unitário, monolítico e suturado e, por outro lado, vislumbrar a constituição de um povo que leve em conta a especificidade dos diferentes sujeitos que o compõe (LACLAU, MOUFFE, 1985).

No caso do populismo de direita na Hungria, por sua vez, mais do que politicamente, o antagonismo se (re)produz a partir de uma narrativa moral e religiosa que se pretende inquestionável. Nesse sentido, qualquer subjetividade que se apresente como diferente do “povo” é vista como um risco à unidade do mesmo. Assim, existe uma pluralidade na construção de “Outros” que não se circunscreve apenas na dicotomia nacional/internacional, mas que se espalha por toda a sociedade de modo a elevar a tradição religiosa como a lei suprema do Estado. Esse processo, portanto, não só (re)produz narrativas ultranacionalistas e xenofóbicas, mas, igualmente machistas, homofóbicas, anti-intelectuais, contra os direitos humanos e à própria ideia de democracia que conjuga em si os ideais de igualdade e liberdade.

Os riscos atrelados a esse tipo de populismo são muitos e precisam ser constantemente lembrados. Primeiro, não só a democracia deixa de ser um fim capaz de harmonizar as diferenças, primar pela igualdade e pela liberdade de todos,

mas esta passa a ser um regime político que serve apenas como um meio para transferência de poder político em que a deliberação, a prestação de contas ou a verdade deixam sem ser elementos imprescindíveis.

Além disso, a concepção de identidades monolíticas centradas sob um viés moral não apenas faz com que tais identidades se afirmem enquanto naturalmente e merecidamente superiores, mas, igualmente, justifica, seguindo essa mesma moral, a exclusão, o obscurecimento, o apagamento, a expulsão, o abandono e a morte de outras subjetividades entendidas como naturalmente inferiores. O caso húngaro, nesse sentido, e todos os movimentos do governo Órban em excluir e obscurecer imigrantes, mulheres, pesquisadores ou a comunidade LGBTQIA+ denotam todo o individualismo e ressentimento inscritos nesse tipo de política e insta, urgentemente, por respostas da comunidade internacional e da sociedade húngara, o que já vem acontecendo ao longo dos últimos anos.

Na contramão de afirmações binárias entre o que é bom ou ruim, democrático ou antidemocrático, nossa intenção aqui é, mais do que trazer respostas, trazer novos questionamentos. Ainda que uma ruptura populista tenha o potencial de unir o “povo” em torno de uma cadeia de equivalências, inclusive com potencial democratizante e inclusivo, como superar o papel representado pela liderança? Como superar as construções identitárias monolíticas? Como garantir que as demandas populares sejam, de fato, atendidas, respeitando os direitos humanos e a diversidade intrínseca do meio social? Como vislumbrar, na atualidade, democracias verdadeiramente democráticas, que sejam responsivas ao social? De que forma contornar as tendências ultranacionalistas, moralistas e xenofóbicas que podem ser produzidas por discursos populistas? Como garantir uma convivência harmônica com o diferente?

Nesse sentido, três premissas nos parecem extremamente necessárias, embora certamente não sejam únicas ou inquestionáveis, de serem levadas em consideração ao pensarmos em qualquer possibilidade de mudança social com viés democrático e inclusivo e de superação da lógica populista antagônica que vemos sendo (re)produzida constantemente nas sociedades da pós-modernidade. Primeiramente, a sociedade precisa resgatar para si o papel de protagonista na política. Ou seja, precisamos entender a crise social atual como uma possibilidade de (re)construir outras formas de identidades populares que abarquem todas as nossas diferenças, sejam elas culturais, políticas, econômicas, sociais, étnicas ou sexuais.

Nessa dinâmica, inevitavelmente, precisaremos questionar as narrativas que tomam a ideologia neoliberal, suas contradições e consequências, como incontornáveis.

Ademais, enquanto sociedade, precisamos normalizar o conflito político, isto é, precisamos compreender que a polarização, em si, ou a construção de fronteiras políticas entre o nós e o eles é parte integrante de qualquer lógica política e social. Nessa via, é necessário que tal conflito seja enxergado sob um viés agonístico e não antagônico, ou seja, os adversários políticos precisam ser enxergados e enfrentados enquanto tais e não como inimigos que precisam ser destruídos (MOUFFE, 2018).

Precisamos, por fim, compreender, enquanto indivíduos, que na realidade pós-moderna na qual estamos inseridos, a busca por um senso de segurança ontológico pleno e individual *não* se faz possível. O reconhecimento dessa incompletude, portanto, não só minimizaria o engajamento social em discursos de Outricidade, que simplesmente elegem e culpabilizam outras subjetividades pelos problemas mais complexos que se desenham na atualidade, mas, igualmente, nos permite criar outras narrativas, outras possibilidades de futuro e, assim, outra realidade.

6 REFERÊNCIAS

ÁDÁM, Zoltán. **What Happened Hungary?** Political Institutions and political economy dynamics before and after the 2010 authoritarian populist turn. CES Open Forum Series, n. 41, 2020, p. 1-30.

ÁDÁM, Zoltán; BOZÓKI, András. **State and Faith:** Right-wing Populism and Nationalized Religion in Hungary. *Intersections. East European Journal of Society and Politics*, v. 2, n.1, p. 98-122, 2016.

APPADURAI, Arjun. Fadiga da democracia. *In: GEISELBERGER; Heinrich (Orgs.) A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los.* São Paulo: Estação Liberdade, 2019, p. 19-36.

ARENAS, Nelly. **El chavismo sin Chávez:** la deriva de un populismo sin carisma. *Nueva Sociedad*, n. 261, 2016, p. 13-22.

BABB, Sarah. **The Washington Consensus as a transnational policy paradigm:** Its origins, trajectory and likely successor, *Review of International Political Economy*, v.20, n.2, p. 268-297, 2012.

BAJO-RUBIO, Oscar; YAN, Ho-Don. Globalization and Populism. *In: YU, Fu-Lai Tony; KWAN, Diana S. (eds.) Contemporary Issues in International Political Economy.* Singapura: Springer Nature Singapore Pte Ltd., 2019, p. 229-252.

BALDWIN, David A. **The concept of security.** *Review of International Studies*, v. 12, 1997, p. 5-26.

BANDEIRA, Luiz A. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 2, 2002, p. 135-146.

BAYLIS, John. The Concept of Security in International Relations. *In: BRAUCH, Hans G. et al. (eds) Globalization and Environmental Challenges.* Berlin: Springer, 2008, p. 495-502.

BECKER, Jens. **The rise of right-wing populism in Hungary.** *SEER Journal for Labour and Social Affairs*, v. 1, p. 29-40, 2010.

BEDIN, Gilmar; NIELSON, Joice. A Crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências. *In: COSTA, Lucia et al. (Orgs.) A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI.* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, p. 27-42. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/rfv9p/epub/costa-9788577982318.epub>>. Acesso em: 02 fev. de 2020.

BENCZES, István. **From Goulash communism to goulash populism: the unwanted legacy of Hungarian reform.** *Post-Communist Economies*, 2016, p. 1-21.

BÍRÓ-NAGY, András. **Orbán's Political jackpot: migration and the Hungarian electorate.** *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 2021, 1-21.

BIRDSALL, Nancy et al. **The Washington Consensus – Assessing a Damaged Brand.** [Policy Research Working Paper 5316]. Banco Mundial e Centro para o Desenvolvimento Global, 2010.

BLOCK, Elena; NEGRINE, Ralph. **The Populist Communication Style: Toward a Critical Framework.** *International Journal of Communication*, v. 11, pp. 178-197, 2017.

BRASIL. **A Operação Acolhida.** Disponível em: ><https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.** São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism And The Subversion of Identity.** New York: Routledge, 1990.

CAMILLERI, Joseph. *Insecurity and Governance in na Age of Transition.* In: BURKE, Anthony; PARKER, Rita (eds.). **Global Insecurity – Futures of Global Chaos and Governance.** Londres: Springer Nature, 2017, p. 23-42.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura – A crise da democracia liberal.** Zahar, 2018.

CHODOR, Tom. **Neoliberal Hegemony and the Pink Tide in Latin America: Breaking Up With TINA?** Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.

CHRYSSOGELOS, Angelos. *Populism in Foreign Policy.* In: THOMPSON; William R. (Ed.) **Oxford Research Encyclopedia of Politics.** Oxford: Oxford University Press, 2017.

CHRYSSOGELOS, Angelos. **State Transformation and Populism: From the Internationalized to the Neo-Sovereign State?** *Politics*, Online First, 2018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0263395718803830>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

Cierre de campaña de Nicolás Maduro en la Av. Bolívar de Caracas, evento completo, 17 mayo 2018. [S. l.: s. n.] Venezuela. 2018. 1 vídeo (1:35:41hr). Publicado pelo canal: Luigino Bracci Roa desde Venezuela. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=27eEGygmfhg&t=4798s>> Acesso em: 22. mar. 2020.

CONNOLLY, William I. **Identity/Difference. Democratic Negotiation of Political Paradox.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

COX, Robert. **Structural Issues of Global Governance:** Implications for Europe. In: GILL, Stephen. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations.** Toronto: Cambridge University Press, 1993, p. 259-289.

DE LA TORRE, Carlos; ARNSON, Cynthia J. The Evolution of Latin American Populism and the debates over its meaning. *In:* DE LA TORRE, Carlos; ARNSON, Cynthia J. (eds.) **Latin American Populism in the Twenty-First Century.** Baltimore: The John Hopkins University Press, 2013.

DEÁK, András. Hungarian Dances: **The Origins and the Future of Viktor Orbán's Revolution.** Lithuanian Annual Strategic Review, 2004, p. 145-168.

DELLA PORTA, Donatella. Política progressista e regressiva no neoliberalismo tardio. *In:* GEISELBERGER; Heinrich (Orgs.) **A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los.** São Paulo: Estação Liberdade, 2019, p. 57-76.

Discurso de Nicolás de Maduro en acto de campaña en Mérida, 27 abril 2018. [S. l.: s. n.] Venezuela. 2018. 1 vídeo (40:27min). Publicado pelo canal: Luigino Bracci Roa desde Venezuela. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iv8_SC7J7eg> Acesso em: 22. mar. 2020.

Discurso del Presidente Nicolás Maduro en marcha este 14 abril 2018. [S. l.: s. n.] Venezuela. 2018. 1 vídeo (49:32min). Publicado pelo canal: Luigino Bracci Roa desde Venezuela. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gHil1XCtNVE>> Acesso em: 22. mar. 2020.

DORRAJ, Manochehr. **Populism and Corporativism in the Middle East and North Africa:** a Comparative Analysis. Chinese Political Science Review, v. 2, n. 3, p. 288-313, 2017.

EMERSON, R. Guy. **A Bolivarian People:** Identity Politics in Hugo Chávez's Venezuela. Humanities Research, v. 17, n. 1, 2011, p. 87-107.

EXCERPTS: Hungarian 'lies' speech. **BBC News**, [S. l.], 19 set. 2006. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/5359546.stm>. Acesso em: 2 jun. 2020.

FABRY, Adam. **The Political Economy of Hungary: From State Capitalism to Authoritarian Neoliberalism**. Gewerbestrasse: Springer Nature, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis**. In T. A. Van Dijk (Ed.), *Discourse studies: A multidisciplinary introduction*. SAGE Publications Ltd, 2011, p. 357-378.

FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do sujeito**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRASER, Nancy. Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson. In: GEISELBERGER; Heinrich (Orgs.) **A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los**. São Paulo: Estação Liberdade, 2019, p. 57-76.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GEDEON, Péter. Market and Democracy: The Dual Transition in Hungary. In: HAYASHI, Tadayuki (ed.) **Democracy and Market Economies in Central and Eastern Europe: Are New Institutions Being Consolidated?** Slavic Research Center, Hokkaido University, 2004, p. 85-107.

GEISELBERGER; Heinrich (Orgs.) **A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los**. Prefácio. São Paulo: Estação Liberdade, 2019, p. 9-18.

GENTILE, Gino. **Politics as Religion**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag – Populism, Citizenship and Global Protest**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017.

GERMANI, Gino. **Authoritarianism, Fascism and National Populism**. New Brunswick: Transaction, 1978.

GIDDENS, Anthony. **Conversations with Anthony Giddens: Making Sense of Modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1998.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GILL, Stephen. **Globalisation, Market Civilisation, and Disciplinary Neoliberalism**. *Journal of International Studies*, v. 24, n. 3, 1995, p. 399-423.

GILL, Timothy M. **The Possibilities and Pitfalls of Left-Wing Populism in Socialist Venezuela**. *Journal of World-System Research*, v. 24, n. 2, 2018.

GOLDSTEIN, Ariel. **The New Far-Right in Brazil and the Construction of a Right-Wing Order**. *Latin American Perspectives*, v. 46, n. 4, 2019, p. 245-262.

GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism**. London: Routledge, 1991.

HADIZ, Vedi R. **Islamic Populism in Indonesia and Middle East**. Melbourne: Cambridge University Press, 2016.

HALL, Stuart. **The Hard Road to Renewal - Thatcherism and the Crisis of the Left**. Nova York: Verso, 1988.

HESS, Steve; AIDOO, Richard. **Charting the Roots of Anti-Chinese Populism in Africa: A Comparison of Zambia and Ghana**. *Journal of Asia and African Studies*, v. 0, p. 1-19, 2013.

HOMOLAR, Alexandra; SCHOLZ, Ronny. **The power of Trump-speak: populist crisis narratives and ontological security**. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 32, n. 3, 2019.

HUNGRIA submete lei 'Stop Soros' ao Parlamento. **O Globo**, [S. l.], 14 fev. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/hungria-submete-lei-stop-soros-ao-parlamento-22396313>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

HUNGRIA. Primeiro-Ministro (2010-presente: Viktor Órban). **Orbán Viktor's ceremonial speech on the 170th anniversary of the Hungarian Revolution of 1848**. Budapeste, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/orban-viktor-s-ceremonial-speech-on-the-170th-anniversary-of-the-hungarian-revolution-of-1848>> Acesso em: 20. mar. 2020.

HUNGRIA. Primeiro-Ministro (2010-presente: Viktor Órban). **Prime Minister Viktor Orbán's Speech at the 25th Bálványos Summer Free University and Student Camp. Tusnádfürdő**, 30 de jul., 2014. Disponível em: <<https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-25th-balvanyos-summer-free-university-and-student-camp>> Acesso em: 20. mar. 2020.

HUNGRIA. Primeiro-Ministro (2010-presente: Viktor Órban). **Prime Minister Viktor Orbán's speech at the final Fidesz election campaign event**. Székesfehérvár, 06

de abr. de 2018. Disponível em: <<https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-final-fidesz-election-campaign-event>> Acesso em: 20. mar. 2020.

HUNGRIA. Primeiro-Ministro (2010-presente: Viktor Órban). **Viktor Orbán's "State of the Nation" address**. Budapeste, 18 de fev. de 2018. Disponível em: <<https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/viktor-orban-s-state-of-the-nation-address>> Acesso em: 20. mar. 2020.

HUNTINGTON, Samuel P. **Democracy's Third Wave**. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 2, 1991, p. 12-34.

IGNAZI, Pietro. **The silent counter-revolution**: Hypotheses on the emergence of extreme radical right-wing parties in Europe. *European Journal of Political Research*, v. 22, n. 1, p. 3-34, 1992.

IKENBERG, John. **The End of Liberal Order?** *International Affairs*, v. 94, n. 1, p. 7-23, 2018.

KALTWASSER, Cristóbal R. *et al.* **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

KALTWASSER, Cristóbal R. **Latin America Populism**: Some Conceptual and Normative Lessons. *Constellations*, 2014, p. 1-11.

KISSANE, Dylan. Rednecks and Watermelons: The Rise and Fall of Populist Parties in Modern Australian Politics. *In*: GHERGINA, Sergiu, MISCOIU, Sergiu; SOARE, Sorina (eds.) **Contemporary Populism: A Controversial Concept and Its Diverse Forms**. New Castle: Cambridge University Press, 2013.

KNUTSEN, Torbjørn L. **A History of International Relation Theory**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

KORNAI, János. **Hungary's U-Turn: Retreating from Democracy**. *Journal of Democracy*, v. 26, n.3, 2015, p. 34-48.

KORNAI, János. The Political Economy of the Hungarian Stabilization and Austerity Program. *In*: BLEJER, Mario; SKREB, Marko. **Macroeconomic Stabilization in Transition Economies**. Nova York: Cambridge University Press, 1997, p. 172-203.

KRASTEV, Ivan. **Liberalism's Failure to Deliver**. *Journal of Democracy*, v. 27, n.1, 2016, p. 35-38.

KRASTEV, Ivan. **The Strange Death of the Liberal Consensus**. *Journal of Democracy*, v. 18, n. 4, 2007, p. 56-63.

KUBÁT, Michal et al. **Populist Parties in Contemporary Europe**. [Research Report] Centre for social sciences. Hungarian academy of sciences, 2020.

LACAN, Jacques. **Écrits**. Paris: Édition du Seuil, 1966.

LACAN, Jacques. **Écrits. A Selection**. Nova York: W. W. Norton, 1977.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a Name? In: PANIZZA, Francisco. **Populism and the Mirror of Democracy**. Londres: Verso, 2005, p. 32-50.

LAINING, Ronald D. **The Divided Self: An Existential Study in Sanity and Madness**. London: Penguin Books.

LARNER, Wendy. Neoliberalism: Policy, Ideology, Governmentality. In: DE GOEDE, Marieke (ed.) **International Political Economy and Poststructural Politics**, Palgrave Macmillan, 2004, p. 199-218.

LEONE, José A. R. **Transición Democrática o Autocratización Revolucionaria: El deterioro institucional de la democracia en Venezuela 1999-2019**. [Working Paper] Institut de Ciències Politiques i Socials, n. 352, 2019.

LÖFFLMANN, G. **America First and the Populist Impact on US Foreign Policy**. *Survival*, v. 61, n. 6, 2019, p. 115–138.

LOMAX, Bill. **The 1988 election in Hungary**: Third time lucky for the young democrats. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, v.15, n.2, 1999, p. 111-125.

LOPES, Alice C.; MENDONÇA, Daniel. O populismo na visão inovadora de Laclau. In:

LYNN-DOTY, Roxanne. **Foreign Policy as Social Construction**: a Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in Philippines. *International Studies Quarterly*, v. 27, p. 297, 320, 1993.

MACKEY, Roberts. Hungary's Election Campaign Ends in a Flurry of Dirty Tricks. **The Intercept**, [S. l.], 7 abr. 2018. Disponível em: < <https://theintercept.com/2018/04/07/foreign-spies-meddled-hungarys-election-smear-non-candidate-george-soros/>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

MAITINO, Martin E. **Populismo e Bolsonarismo**. Cadernos CEMARX, v. 13, n. 0, p. 1-20.

MARCH, Luke. **From Vanguard of the Proletariat to Vox Populi: Left-Populism as a 'Shadow' of Contemporary Socialism**. SAIS Review, v. 27, n. 1, p. 63-77, 2007.

MARINGONI, GILBERTO. **Bolivarianismo**. Enciclopédia Latinoamericana, 2015. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/b/bolivarianismo>>. Acesso em: 02 fev. de 2021.

MAYA, Margarita L. **Populism, 21st-century socialism and corruption in Venezuela**. Thesis Eleven, v. 149, n. 1, 2018, p. 67-83.

MAYA, Margarita L. **The Venezuelan Caracazo of 1989: Popular Protest and Institutional Weakness**. Journal of Latin American Studies, v. 35, n. 1, 2003, p. 117-137.

MAYA, Margarita L. Venezuela: de la democracia representativa al régimen sultánico de Nicolás Maduro. In: CAETANO, Gerardo; MAYORGA, Fernando (Org.) **Giros Políticos y desafíos democráticos en América Latina: enfoques de casos nacionales y perspectivas de análisis**. Buenos Aires: CLACSO, 2020, p. 181-198.

MAYA, Margarita L. **Venezuela: la crisis política del postchavismo**. In: MAYORGA, Fernando (Org.) Elecciones y legitimidad democrática en América Latina. La Paz: Plural Editores, 2016, p. 165-204.

MAYA, Margarita; PANZARELLI, Alexandra. Populism, rentierism, and socialism in the twenty-first century: the case of Venezuela. In: DE LA TORRE, Carlos; ARNSON, Cynthia. **Latin American populism in the twenty-first century**. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2013.

MCGREW, Anthony. Globalization and global politics. In: BAYLIS, John et al. **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. Oxford: OUP Oxford, 2010, p. 16-29.

MENDONÇA, Daniel. **A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda**. Simbiótica, Vitória, v.6, n.2, 2019, p. 31-50.

MENDONÇA, Daniel. RESENDE, Erica. **Populismo de Esquerda e Vontade dos Iguais**. Aprovado para publicação. Ano de aceite, 2020.

MILANOVIC, Branko. **Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization**. Harvard University Press, 2016.

MITZEN, Jennifer. **Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma**. *European Journal of International Relations*, v. 12, n. 3, 2006, p. 341-370.

MIZUNO, Kosuke; PHONGPAICHIT, Pasuk (eds.) **Populism in Asia**. Singapore: Singapore University Press, 2009.

MOFFIT, Benjamin. **How To Perform Crisis: A Model for Understanding the Key Role of Crisis in Contemporary Populism**. *Government and Opposition*, v. 50, n. 2, 2015, p. 189–217.

MOFFITT, Benjamin; TORMEY, Simon. **Rethinking Populism: Politics, Mediatisation and Political Style**. *Political Studies*, v. 62, n. 2, p. 381-397, 2014.

MOFFITT, Benjamin. **The Global Rise of Populism – Performance, Political Style and Representation**. California: Stanford University Press, 2016.

MOUFFE, Chantal. **Por um Populismo de Esquerda**. Autonomia Literária, 2018.

MOUFFE, Chantal. The “End of Politics” and the Challenge of Right-wing Populism. *In: PANIZZA, F. (ed.) Populism and the Mirror of Democracy*. Londres/ Nova Iorque: Verso, 2015. pp. 50-72.

MOUFFE, Chantal; LACLAU, Ernesto. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards A Radical Democratic Politics**. Londres: Verso, 1985.

MUDDE, Cas. **Populist Radical Parties in Europe**. New York: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal R. **Populism: A Very Short Introduction**. Oxford/ Nova York: Oxford University Press, 2017.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is Populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

NABERS, Dirk. **A Poststructuralist Discourse Theory of Global Politics**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2015.

NEUMANN, Iver B. **Self and Other in International Relations**. *European Journal of International Relations*, v.2, n. 2, p. 139-174, 1996.

NOGUEIRA, João P; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ONU. **World Social Report 2020**: Inequality in a changing world. United Nations publication, 2020.

OSTIGUY, Pierre. A Social-Cultural Approach. *In*: KALTWASSER, Cristóbal R. *et al.* **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

PALONEN; Emilia. **Performing the nation**: the Janus-faced populist foundations of illiberalism in Hungary. *Journal of Contemporary European Studies*, 2018, p. 1-15.

PANIZZA, Francisco (eds.). **Populism and the Mirror of Democracy**. Londres: Verso, 2005.

PANIZZA, Francisco. **Contemporary Latin America** – Development and Democracy beyond Washington Consensus. Nova York: Zed Books Ltd., 2009.

PARLAMENTO EUROPEU. **Trends In European Public Opinion** [Exploratory Study]. PE 596.847, EPRS, 2016. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2016/major-changes-in-european-public-opinion-2016/report/en-report-exploratory-study-201611.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

PARLAMENTO EUROPEU. **Os cidadãos europeus em 2016**: percepções e expectativas, combate ao terrorismo e à radicalização. PE 570423, EPRS, 2016. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/files/be-heard/eurobarometer/2016/europeans-in2016perceptionsandexpectations/analytical-overview/pt-analytical-overview-europeans-in-2016.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

PARLAMENTO EUROPEU. **Major Trends In European Public Opinion With Regard To The European Union** [Exploratory Study]. TNS, 2015. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/atyourservice/files/beheard/eurobarometer/2015/major-changes-in-european-public-opinion-2015/report/en-reportmajortrendsineuropean-public-opinion-201510.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

PASSMORE, Kevin. **The Right in France from the Third Republic to Vichy**. Oxford: Oxford University Press: 2012.

PATMAN, Robert G. The Liberal International Order and Its Populist Adversaries in Russia, UK and USA. *In*: F. A. Stengel *et al.* (Eds.). **Populism and World Politics**: Exploring Inter- and Transnational Dimensions. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019, p. 277-304.

PIVARNYIK, Balázs. Hungary secretly accepted 1,300 refugees in 2017. **The Budapest Beacon**, [S. l.], p. s/p, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://budapestbeacon.com/hungary-secretly-accepted-1300-refugees-2017/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

PLAGEMANN, Johannes; DESTRAI, Sandra. **Populism and International Relations**: (Un)predictability, personalisation, and the reinforcement of existing trends in world politics. *Review of International Studies*, v. 45, n. 5, p. 711-730, 2019.

POLITICO. **Poll of Polls**: Polling from across Europe. Disponível em: <
<https://www.politico.eu/europe-poll-of-polls/>>. Acesso em: 05 mai. de 2020.

POSEN, Barry R. **The Rise of Illiberal Hegemony**. *Foreign Affairs*, v. 97, n. 2, p. 20-28, 2019.

RAJCSÁNYI, Gellért. **Viktor Orbán's Hungary**: Orbanist Politics and Philosophy from a Historical Perspective. *Political Change – Konrad Adenauer Stiftung Political Dialogue Asia*, 2018, p. 123-134. Disponível em: <
https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=8e914238-5bca-e235-e176-f8d502f4a33f&groupId=288143> Acesso em: 20 abr. de 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **Hatred of Democracy**. London: Verso, 2006.

RENDUELES, Cesar; SOLA, JORGE. The Rise of Podemos: Promises, Constraints, and Dilemmas. In: AGUSTIN, Oscar G.; BRIZIARELLI, Marco (Eds.). **Podemos and the New Political Cycle - Left-Wing Populism and Anti-Establishment Politics**. Palgrave, 2018.

RENDUELES, Cesar. Do retrocesso global aos contramovimentos pós-capitalistas. *In*: GEISELBERGER; Heinrich (Orgs.) **A grande regressão**: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. Prefácio. São Paulo: Estação Liberdade, 2019, p. 9-18.

RESENDE, Erica S. A. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa**: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

RESENDE, Erica. S. A. **O nexó identidade/alteridade nas relações internacionais**: dois casos de encontro com a diferença. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, 2020, p. 234-247.

RESNICK, Danielle E. **Urban Poverty and Party Populism in African Democracies**. New York: Cambridge University Press, 2014.

RODRIK, Dani. **Populism and the Economics of Globalization**. NBER Working Paper No. 23559 June 2017, 1-45.

RODRIK, Dani. **The Globalization Paradox**: Democracy and the Future of the World Economy. New York and London: W.W. Norton; 2011.

ROJO, Luíza M. A fronteira interior - análise crítica do discurso: um exemplo sobre "racismo". *In: O giro discursivo*. In: IÑIGUEZ, Lipicínio (Orgs.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 206-257.

ROTH, Kenneth. **The Dangerous Rise of Populism: Global Attacks on Human Rights Values**. In: HUMAN RIGHTS WATCH (ed.). *World Report 2017*, pp. 1-14. New York: Seven Stories Press, 2017.

RUPNIK, Jacques. **How Things Went Wrong**. *Journal of Democracy*, v. 23., n. 3., 2012, p. 132-137.

SAMELA, M.; VON SCHEVE, C. **Emotional Dynamics of Right- and Left-wing Political Populism**. *Humanity and Society*, vol. 42, n. 4, 2018. pp. 434-454.

SCHEIRING, Gábor. **The Retreat of Liberal Democracy: Authoritarian Capitalism and the Accumulative State in Hungary**. *Gewerbestrass*: Springer Nature, 2020.

SHAPIRO, Michael. *Textualizing Global Politics*. *In: International/Intertextual Relations – Postmodern Reading of World Politics*. New York: Lexington Books, 1989, p. 11-22.

SHAPIRO, Michael. **The Politics of Representation: Writing Practices in Biography, Photography, and Policy Analysis**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

SIROHI, Rahul; BHUPATIRAJU, Samyukta. **Reassessing the Pink Tide: Lessons from Brazil and Venezuela**. Singapura: Springer Nature, 2021.

SMITH, Steve. *The contested concept of security*. In: BOOTH, Ken. **Critical security studies and world politics**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005, p. 27,62.

SØRENSEN, G. **Democracy and democratization**. Processes and prospects in changing world. Boulder: Westview Press, 2008.

STAVRAKAKIS, Yannis et al. **Contemporary Left-wing Populism in Latin America: Leadership, Horizontalism, and Postdemocracy in Chávez's Venezuela**. *Latin America Politics and Society*, v. 58, n. 3, 2016, p. 52-76.

STAVRAKAKIS, Yannis. *et al.* **Contemporary Left-wing Populism in Latin America: Leadership, Horizontalism, and Postdemocracy in Chávez's Venezuela**. *Latin American Politics and Society*, v. 58, n. 3, p. 51-76, 2016.

STEELE, Brent. **Ontological Security in International Relations** - Self-identity and the IR state. New York: Routledge, 2008.

STENGEL, Frank; MACDONALD, David B.; NABERS, Dirk (Eds.). **Populism and World Politics**. Exploring Inter- and Transnational Dimensions. New York: Palgrave Macmillan, 2019.

TAYLOR, Charles. **Sources of the Self**: The Making of Modern Identity. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

TRAUB, James. **What Was Liberalism?** The Past, Present, and Promise of a Noble Idea. Nova York: Basic Books, 2019.

TUSHNET, Mark. **Varieties of Populism**. German Law Journal, v. 20, 2019, p. 382-389.

VAN DIJK, Teun A. O giro discursivo. In: IÑIGUEZ, Lipicínio (Orgs.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004, p.7-14.

VENEZUELA. Presidente (2013-2024: Nicolás Maduro). **Discurso do Presidente Nicolás Maduro em ato eleitoral**. Caracas, 14 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gHil1XCtNVE>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VENTURI, Franco. **Roots of Revolution**: A History of the Populist and Socialist Movements in Nineteenth Century Russia. London: Wiedenfeld and Nicolson, 1960.

WALIEKI, Andrzej. **The Controversy over Capitalism**: Studies in the Philosophy of Russian Populists. Oxford: Clarendon Press, 1969.

WALKER, Rob B. J. **Inside/Outside**: International Relation as Political Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WASSERMAN, Claudia. **História, Mito e Política na América Latina**. Revista do Tempo Presente, 2013.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what States Make of it**: The Social Construction of Power Politics. International Organization, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

WEYLAND, Kurt. **Clarifying a Contested Concept – Populism in the Study of Latin American Politics**. Comparative Politics, v. 34, n. 4, pp. 1-22, 2001.

WEYLAND, Kurt. **Latin America Authoritarian Drift**: The Theart from the Populist Left. Journal of Democracy, v. 24, n. 3, p. 18-31, 2013.

WEYLAND, Kurt. **Latin America's Authoritarian Drift**: The threat from the Populist Left. *Journal of Democracy*, v.24, n. 3, 2013, p. 18-32.

WEYLAND, Kurt. Populism: A Political-Strategic Approach. *In*: KALTWASSER, Cristóbal R. *et al.* **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

WEYLAND, Kurt. **The Rise of Latin America's Two Lefts**: Insights from Rentier State Theory. *Comparative Politics*, v. 41, n. 2, 2009, p. 145-164.

WILLIAMSON, John (eds.). **Latin American Adjustment**: How Much Has Happened? Washington: Institute for International Economics, 1990.

WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Editorial Gedisa, S.A., 2003, p. 17-34.

WODAK, Ruth. **El enfoque histórico del discurso**. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Editorial Gedisa, S.A., 2003, p. 101-142.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear**. What Right-Wing Populist Discourses Mean. California: Sage Publications, 2015.

ZIZEK, Slavoj. **Against the Populist Temptation**. *Critical Inquiry*, v. 32, n. 3, p. 551-74, 2006.